



INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Mestrado em Jornalismo

O Espaço ‘Opinião’ do jornal *Público* – perfil e agenda dos comentadores no início de 2014

Relatório de Estágio com vista a obtenção do grau Mestre em Jornalismo

Melissa Catarina da Silva Lopes

Trabalho orientado pela Prof^ª. Doutora Maria Inácia Rezola

Lisboa, Novembro de 2014

Declaração

Declaro ser a autora deste relatório de estágio, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, que constitui um trabalho original que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer uma das suas partes) a outra instituição de ensino superior para a obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho plena consciência de que o plágio poderá levar à anulação do presente trabalho.

Lisboa, 13 de Novembro de 2014

A candidata,

Resumo

O presente relatório foi elaborado no âmbito do Mestrado em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. O seu objetivo central é suscitar uma reflexão sobre a dimensão política do comentário no espaço de opinião na imprensa portuguesa.

O ponto de partida para o nosso estudo foi a experiência de estágio no jornal *Público* na secção de política. Ao longo dos meses que aí trabalhamos foi-nos possível levantar hipóteses de trabalho, questionar algumas ideias que tínhamos sobre o assunto e refletir, de uma forma fundamentada, sobre o espaço opinião deste jornal.

A experiência permitiu-nos, num segundo plano, centrar a nossa atenção nos artigos de opinião do ‘Espaço Público’. Foi nosso objetivo procurar perceber quem são os formadores de opinião (*opinion makers*) do jornal, traçando um perfil socioprofissional dos mesmos. Paralelamente, procurámos verificar quais são os temas privilegiados no espaço opinião e perceber com que tom são abordadas as questões políticas.

Através da análise do ‘Espaço Público’ pretendemos delinear uma hipótese de resposta à seguinte questão: estará a opinião pública dos colunistas do *Público* a contribuir para a formação de opinião e para o enriquecimento do debate político junto dos cidadãos, cuja informação, interesse e participação cívica se revela reduzida? A principal conclusão do nosso estudo é que o espaço de comentário pertence sobretudo a uma elite académica e/ou política que não consegue capitalizar interesse nos cidadãos.

Palavras-chave: Comentadores políticos; comentário político; opinião pública; jornalismo e democracia;

Abstract

This internship report has been put together as the final step of the MBA in Journalism at the Higher School of Communication and Media Studies. The main goal of our research was to excite a discussion about political dimension of portuguese newspapers through the analyzis of political commentary.

The starting point of our research was the work experience at the newspaper “*Público*” in the politics department. The entire journey gave us the opportunity to question a few ideas we had on the topic and reflect, providing reasonable explanations. Secondly, the experience allowed us to focus our attention on articles within ‘Espaço Público’ (that is the specific newspaper commentary area). In this stage, our aim was to understand who and how many are the opinion makers and create a socioprofessional profile of them. We also seeked to verify which topics were considered most important and gain an understanding of their perspective and tone on political topics.

Through ‘Espaço Público’ analysis we aimed to develop an hypothetical answer to the following question: Could the “*Público*” opinion makers contribute to the formulation of public opinion of the citizens, whose interest and participation in civic matters has been known to be reducing in recent times? Our research allowed us to realize that political commentary is mainly produced by an academic and/or political elite group (that includes professors and investigators) who cant’t capitalize citizens interest.

Keywords: Opinion makers; political comementary; public opinion; journalism and democracy

Agradecimentos

Aos meus Pais, por tudo o que são e me permitem ser

À professora Maria Inácia Rezola,

pela dedicação e disponibilidade

Ao Bernardo, por estar sempre presente

À Leonete Botelho,

pelos valiosos ensinamentos

E ao gato Flora,

pela serenidade que me transmite

Índice

Declaração.....	II
Resumo.....	III
Abstract.....	IV
Agradecimentos.....	V
Introdução	8
Capítulo I	11
Caracterização da empresa.....	11
1.1- O nascimento de um diário generalista de referência.....	11
1.2- O Público na Web: desafios e dificuldades.....	13
Capítulo II	18
O estágio no <i>Público</i>	18
2.1 – Objetivos.....	18
2.2. Dinâmica da secção Política do <i>Público</i>	21
2.3 – Contestação social e alinhamento da batalha política para 2015.....	25
- Contexto político.....	26
- A proximidade das comemorações do 25 de Abril.....	27
- As manifestações nas ruas de Lisboa.....	29
- O livro de Vítor Gaspar.....	31
- Eleições Europeias.....	31
- Demissão de Ana Drago.....	32
2.4. CCPJ e a lei que proíbe os estagiários de assinar.....	33
2.5. Outras formas de construção da notícia.....	36
2.6 - A agenda política – onde está a notícia?.....	39
Capítulo III	42
Democracia e Jornalismo.....	42
3.1- Democracia e jornalismo: uma união inseparável.....	42
3.2. A dimensão política do jornalismo.....	47
3.3 – Sistema político e sistema mediático português.....	49
3.4 - Eleições: A lei do blackout informativo e o progressivo abstencionismo.....	53
Comentadores políticos.....	56
3.5- “Autoridades cognitivas” e “líderes de opinião”.....	56
3.6 – Comentadores como aglutinadores de opinião pública.....	57

3.7- Homogeneidade da opinião pública dos comentadores	62
Capítulo IV	66
O ‘Espaço Público’ do <i>Público</i>	66
4.1- A política não é tudo mas envolve tudo.....	66
4.2- Corpus de análise e procedimentos metodológicos	70
4.3 – Tematização dos artigos de opinião	71
4.3.1 – ‘Política nacional’	72
4.4 – Perfil dos comentadores do <i>Público</i>	84
4.4.1. Comentadores fixos.....	84
4.4.2. Comentadores esporádicos	85
Conclusão	88
Bibliografia	93
ANEXOS.....	96

Introdução

O presente relatório tem por base o estágio curricular realizado na secção de política do jornal *Público*, durante um período de três meses, de Janeiro a Março de 2014. Pretende-se refletir sobre a dimensão do comentário político no jornal, combinando a análise de conteúdo inerente aos artigos em causa e a análise do perfil socioprofissional dos seus autores.

Assim, no decurso do estágio no *Público* propusemo-nos proceder ao levantamento dos artigos publicados no espaço opinião do jornal, procurando determinar alguns elementos que, em nosso entender, se revelam centrais para uma caracterização dos comentadores. A par da sua quantificação, procuramos saber quem são; as suas profissões (políticos, ex-políticos, professores universitários, jornalistas), filiação partidária, cargo que ocupam ou que ocuparam na política (eurodeputados, deputados; representante de associações, etc.). Desta forma pretendemos verificar qual é a lógica do “Espaço Opinião” – denominado no jornal por ‘Espaço Público’ – ou seja, que importância é conferida aos comentadores residentes, frequência com que escrevem, espaço que ocupam os seus comentários, quais os assuntos mais discutidos; que assuntos dão azo a mais comentários; que assuntos ficam na agenda durante mais tempo (lógica de continuidade); que comentadores têm mais mediatismo. É também nosso objetivo examinar a opinião formulada pelos colaboradores do jornal que escrevem esporadicamente no ‘Espaço Público’ sem espaço e periodicidade pré-estabelecidos.

No fundo, trata-se de perceber e avaliar o espaço opinião do *Público*, quantificá-lo e qualificá-lo, tendo em vista apurar características que permitam estimar a qualidade da discussão política. É importante lembrar que existem limitações naturais que se impõem quando se analisam artigos de opinião: a opinião pública corresponde à opinião publicada? O espaço opinião reflete a opinião de cada um dos portugueses? Perante estas questões, defendemos *à priori* que a opinião publicada não reflete necessariamente a opinião do público. É com esta hipótese em mente que procuramos analisar e refletir sobre o “Espaço Opinião” do jornal.

Numa altura em que o comentário político, feito por políticos ou ex-políticos, especialmente das duas grandes forças partidárias – Partido Socialista (PS) e Partido Social-Democrata (PSD) se tornou tão característico dos meios de comunicação social, consideramos pertinente estudar como funciona o fenómeno na imprensa escrita. É certo que o comentário político é mais mediático no espaço televisivo, devido às características naturais de um meio que alcança um público mais alargado e diversificado, num formato de informação contínua ao longo do dia. No entanto, ele está também presente na imprensa escrita, onde assume grande importância na formação da “opinião pública”, dado que os indivíduos que assinam regularmente no “Espaço Opinião” de um jornal são geralmente individualidades reconhecidas na sociedade (reputados jornalistas, académicos e políticos), cujas opiniões são muitas vezes citadas por outros comentadores na televisão, marcando, por vezes, a agenda dos *opinion makers* televisivos.

Todavia, o inverso também sucede com alguma frequência. A “avalanche” de análises políticas na televisão, feitas inclusivamente por políticos alimenta o espaço opinião dos jornais, numa lógica de “comentário que arrasta comentário”. É importante referir que as análises políticas feitas no espaço mediático televisivo se confundem, muitas vezes, com a própria ação política – na medida em que é impossível desligar a sua opinião da militância partidária que representam.

Este fenómeno de comentar o comentário dos seus pares, por sua vez, dá origem a um “jornalismo de reações”. Numa segunda abordagem, o fenómeno origina a formação de uma opinião mais refletida e ponderada, no fundo com mais tempo para ser processada, entendida e contextualizada. Se a primeira abordagem está mais ligada ao jornalismo televisivo, a segunda diz respeito às colunas de opinião nos jornais que têm tempos mais “prolongados” para a produção de opinião. Mas terá esta opinião mais eficácia junto do público? Ou tratar-se-á apenas de uma opinião que gira em torno de si mesma e não sai do círculo elitista dos *opinion makers*? Embora possamos refletir sobre estas questões ao longo do trabalho, empiricamente não pretendemos analisá-las por se encontrarem fora do nosso âmbito de trabalho, cujo período de análise não é suficiente para a obtenção de respostas bem fundamentadas. Além disso, seria também necessário a utilização de ferramentas metodológicas (entrevistas e inquéritos) junto do público.

O nosso trabalho divide-se em **quatro capítulos**: o **capítulo I** destina-se à apresentação das principais características da empresa em causa – o jornal *Público* –

assim como uma leitura do panorama geral dos problemas que os jornais enfrentam na era dos conteúdos gratuitos na internet; O **capítulo II** dá início ao relato da experiência da aluna enquanto estagiária na redação do jornal, a leitura da dinâmica da secção que integrou e os trabalhos jornalísticos que executou, acompanhados de um contexto político específico; O **capítulo III**, de cariz teórico, pretende deslindar conceitos operativos essenciais no estudo em causa: democracia e jornalismo, opinião pública e comentário político, antecedendo o estudo de caso que se encontra no **capítulo IV**. Este expõe e analisa quantitativa e qualitativamente o espaço de comentário do jornal, bem como a análise do perfil socioprofissional dos profissionais que colaboram neste espaço. Por último, na **conclusão** procuramos responder fundamentalmente às questões de partida que enunciamos na **introdução**: ‘quem são os comentadores do “Espaço Público” do *Público*’, ‘que espaço ocupam no jornal e na sociedade?’, ‘que temas predominaram nos primeiros três meses do ano no espaço opinião?’, ‘qual o peso da política nacional nesse espaço?’

Capítulo I

Caracterização da empresa

1.1- O nascimento de um diário generalista de referência¹

O nascimento do jornal *Público* foi possível graças à vontade e iniciativa de um grupo de jornalistas, todos do jornal *Expresso*, que decidiu lançar um diário sério e exigente, cuja ambição era destacar-se como um jornal de referência, com níveis de exigência e de qualidade comparáveis aos dos melhores no panorama europeu.

Foi com esse objetivo em mente que se começou a discutir, no Verão de 1988, a possibilidade de lançar o *Público*. A partir daí, realizam-se, os primeiros contactos entre esse grupo de jornalistas e o grupo económico Sonae. Entre os profissionais que alinharam no novo projeto editorial encontravam-se Adelino Gomes e Teresa de Sousa, ambos jornalistas de grande prestígio e uma longa carreira profissional. Em finais do ano de 1988 dá-se a conclusão do primeiro número zero, tendo em vista testar o conceito editorial e conceito gráfico do jornal. Decidida a questão gráfica e editorial, prosseguiu-se para a realização de estudos de mercado e de viabilidade económica.

A decisão de avançar com o projeto foi tomada apenas no ano seguinte. A empresa *Público, Comunicação Social S. A* foi constituída no dia 31 de Outubro de 1989. Estávamos num ano mítico, de profundas mudanças na ordem internacional, que despoletavam grandes aspirações no campo do jornalismo, existindo uma sintonia ideal entre o processo de mudanças tecnológicas e civilizacionais no espaço público contemporâneo.

O presidente do grupo Sonae, Belmiro de Azevedo, e o primeiro diretor do *Público*, Vicente Jorge Silva, dão uma conferência de imprensa, no Grémio Literário, em Lisboa,

¹Embora as fronteiras que separam um jornal de referência e um jornal sensacionalista, podemos afirmar que um diário de referência demonstra maior interesse por temas políticos e económicos e baseia-se numa opinião pública dirigente (Rocha, 2013), associada à tomada de decisões políticas, económicas e culturais. Estas publicações afiguram-se assim como plataformas de expressão de líderes, utilizadas no estrangeiro como referência para a realidade social do país. Diferenciam-se dos jornais de carácter sensacionalistas, que se dedicam a temas generalistas menos sóbrios da vida quotidiana de uma sociedade.

onde apresentam a “Magna Carta” do jornal, na qual é expresso a ambição que norteia o projeto:

«... O PÚBLICO é o lugar de encontro entre um grupo de jornalistas e um grupo empresarial, a SONAE, tendo em vista um objectivo comum: a criação em Portugal de um jornal diário que, através de uma aposta inovadora no plano editorial e tecnológico, reúna as energias necessárias para responder ao desafio de uma informação moderna e de qualidade no espaço europeu (...)».

Jorge Vicente Silva

Em Setembro de 1989, o jornal divide-se em duas redações: uma em Lisboa, na Quinta do Lambert, e outra no Porto, na rua Nossa Senhora de Fátima. As redações foram pioneiras em Portugal ao construírem espaços de trabalho totalmente informatizadas. Concluídas as primeiras etapas de construção do projeto, reúnem-se condições para avançar para a derradeira fase – a saída do jornal. A primeira data prevista era 2 de Janeiro de 1990, o que acabou por não acontecer, devido a problemas técnicos que demoraram mais dois meses a ser solucionados. Durante esse período, a redação realizou sucessivos números experimentais, simulando situações reais, para que no dia estabelecido para a saída do jornal tudo corresse pelo melhor. E assim foi.

No dia 5 de Março de 1990 sai o primeiro número do jornal. Os dois grandes destaques do dia foram a sucessão de Álvaro Cunhal no Partido Comunista Português e um jogo entre o Sporting e o Porto. A tiragem desse primeiro número foi superior a 100 mil exemplares.

Passados cinco meses, chega o primeiro grande desafio a nível internacional - o Iraque de Saddam Hussein invade o Kuwait. A cobertura do conflito constituiu a primeira oportunidade para o jornal marcar a diferença, estatuto que se viria a consolidar na “Operação do deserto”, no início de 1991. No dia 17 de janeiro de 1991, soldados de 31 países aliados dos EUA iniciaram uma ofensiva contra o Iraque, em represália à invasão daquele país no Kuwait, que tinha ocorrido em 2 de agosto de 1990. O *Público* foi o único a enviar dois jornalistas ao teatro das operações.

É em 1991, apenas com um ano de existência, que o jornal *Público* consagra oficialmente o objetivo de pertencer à lista dos melhores diários de referência, integrando

a *World Media Network*, uma associação de diversos jornais de referência no mundo que incluía, por exemplo, o jornal alemão *Süddeutsche Zeitung*, o espanhol *El País*, o francês *Libération* e o italiano *La Stampa*, com a qual publicou vários suplementos especiais.

Relativamente às instalações da redação em Lisboa, o jornal já alterou a sua localização por três vezes. Depois da Quinta Lambert – junto ao Campo Grande, a redação do *Público* mudou-se para Picoas, e mais recentemente, para a zona industrial de Alcântara. As mudanças prendem-se essencialmente com razões financeiras – a renda a pagar pelas instalações é menor numa zona industrial do que no centro da capital – e com a necessidade de adaptar a redação à estrutura atual. Hoje, as secções encontram-se todas num só espaço, amplo, permitindo a comunicação entre todos os jornalistas, bem como todas áreas do jornal (direção, recursos humanos, técnicos de informática, de fotografia, entre outros), o que não acontecia nos espaços anteriores, ocupados por diversos andares.

1.2- O *Público* na Web: desafios e dificuldades

O jornal *Público* tem uma estreita ligação à internet, desde logo porque surgiu numa altura em que esta se desenvolveu e começou a fazer parte da vida dos cidadãos. O *Público* na Web desde 1995, tendo sido, segundo dados de 2005, o *site* de notícias mais visitado pelos portugueses e em 2013 o *Público* já reunia um número assinalável de assinantes (mais de 4 mil assinantes) comparativamente aos seus rivais. Tal número de assinantes significou um aumento de 62,2%, nesta vertente, em período homólogo. De acordo com os dados mais recentes, 2014, os diários generalistas portugueses registam a mesma tendência de aumento das vendas das assinaturas digitais (um aumento de 153 %), sendo que o *Público* lidera este indicador com uma média de 6626 assinantes por mês, um aumento de 72 % face ao ano transato, fruto da política de promoções adotadas nos últimos meses.

Paralelamente a este aumento, o número de leitores de jornais impressos começou a diminuir, sobretudo desde 2007. Nesse ano, o *Público* registou uma quebra nas vendas diárias de 5,5 %, situando-se nos 41.764 exemplares². Em 2013, as vendas do jornal

² Fonte: Público.pt disponível em <http://publico.pt/media/noticia/cinco-jornais-diarios-mais-lidos-perdem-nove-mil-exemplares-por-dia-em-2007-1323831>

caíram novamente, desta vez 7,6 %, para uma média de 28 mil exemplares diários³. A tendência de quebra continua até ao presente.

Vários fatores concorrem para esta situação, mas parece-nos pertinente destacar duas causas que se interrelacionam entre si e que consideramos serem determinantes para o problema que a imprensa enfrenta: o fenómeno da *internet* que trouxe a possibilidade de consumo de conteúdos na *web*, sem qualquer custo, e a crise económico-financeira com que o ocidente se debate. Estes dois fatores têm tido um efeito mortífero para a imprensa nacional que está irremediavelmente condicionada por decisões administrativas dos investidores dos grandes grupos económicos e que se vê obrigada a efetuar despedimentos e cortes nos salários, colocando o próprio jornalismo em causa.

Tal como muitas outras empresas, o *Público* enfrenta um período financeiro conturbado, o que tem ditado diversas reestruturações. Em Outubro de 2012, a administração apresentou um plano de redução de custos na qual previa a dispensa de quarenta e oito trabalhadores da empresa. Como forma de protesto, os trabalhadores mandaram os sindicatos para iniciar um processo de greve.

Mas, como fazer face ao pacote à avalanche de conteúdos que a internet oferece aos cidadãos? Como contrariar o declínio acentuado nas vendas de jornais impressos? Este é o grande dilema e desafio dos jornais atualmente. Há quem questione a sobrevivência destas publicações num futuro não muito longínquo, defendendo que este passa pela digitalização de tudo o que ao papel, originalmente, pertencia. A nossa opinião, no entanto, afigura-se contracorrente, acreditamos que há futuro para os jornais impressos existe, necessitam porém de ser reinventados e readaptados.

Quanto vale a informação? Quanto vale a boa informação? E até que ponto, as pessoas estão dispostas a pagar por conteúdos, que conseguem obter de forma gratuita, independentemente da qualidade? O que é a qualidade na informação? Estas são algumas das questões com que as direções dos jornais se debatem atualmente.

O *Público* tem encarado o problema como uma possibilidade de se manter como um diário pioneiro na adoção das diversas potencialidades tecnológicas, apostando fortemente no *site* – *Publico.pt* – que tem sido congratulado, por diversas vezes, com

³ Segundo dados de 2013, todas as publicações registaram uma quebra nas vendas, entre janeiro e outubro. O Correio da Manhã lidera a lista dos diários mais lidos com cerca de 115 mil exemplares diários; o Jornal de Notícias cerca de 66 mil; o jornal “I” vendeu 5 mil jornais por dia. Relativamente aos jornais semanais, o Expresso vende 94 mil jornais por semana, enquanto que o Sol se fica apenas pelos 24 mil exemplares. Fonte: Expresso.pt, disponível em <http://expresso.sapo.pt/vendas-de-jornais-continuam-em-queda=f848269>

prémios na área do ciberjornalismo, quer pelo design, quer pelos conteúdos de jornalísticos. A página Público.pt foi o segundo *site* de um jornal a disponibilizar a Edição Impressa em HTML, para assinantes. Desde Maio de 1999 integra também um serviço autónomo de notícias com atualização constante. A partir de 2001, começou a publicar a Edição Impressa em PDF, igualmente para assinantes.

A alteração mais recente ocorreu este ano, 2014. Como resposta à crise de circulação da edição impressa, a direção do jornal implementou outro sistema de assinaturas *online*, no qual vigora um sistema em que é possível ler até vinte artigos no site de forma gratuita, a partir daí o acesso às notícias é feito através de uma assinatura mensal que possibilita o acesso a todos os conteúdos do jornal, incluindo pdf's dos jornais impressos. A diretora do jornal, Bárbara Reis, explica que a medida visa “garantir a própria sustentabilidade do jornal” e assegurar a qualidade jornalismo praticado no *Público*, nomeadamente em termos de independência e rigor, mas também da possibilidade de continuar a fazer reportagens de investigação distintas.

Ainda assim, o processo de assinaturas não se afigura como a solução-chave para o problema da queda das vendas. Até porque o sistema de assinaturas revela algumas deficiências, sendo, por exemplo, possível contrariar a impossibilidade de se ler determinado artigo copiando o *link* noutra servidor sem registo. A direção, através da equipa de informáticos, continua à procura de um modelo que viabilize economicamente a atividade do jornal, já que as vendas por si só não o fazem.

A quantidade de conteúdos disponíveis *online* e os conteúdos disponíveis no jornal impresso estão igualmente em alteração. Tendencialmente, tudo o que é publicado no papel está disponível no *site*. No entanto, nem tudo o que está no *site* surge no impresso. Podemos afirmar que houve um nivelamento de papéis e de importância conferida aos dois formatos. Se até há pouco tempo o jornal impresso se afigurava como um elemento distintivo, contendo informação que não constava noutra suporte qualquer, atualmente a tendência é para que os leitores do *online* tenham textos mais completos do que os leitores do papel, uma vez que no site não há limites de espaço e de caracteres.

Com uma aposta crescente na Internet, e no seu *website*, o *Público* disponibiliza hoje uma série de funcionalidades a todos os seus utilizadores. Para além das diversas secções (Portugal, Economia, Política, Mundo, Cultura, Desporto, Ciência, Tecnologia e Opinião), destacam-se, entre outras: a Edição impressa, Notícias de última hora (dividida

em secções temáticas); o *Guia do Lazer*; o *Cine cartaz*, a *Loja Público*, os suplementos *P2*, *Inimigo Público* e *Ípsilon*, *Fugas* e *Life & Style*; Vídeos; Fotogalerias e Infografias, bem como o destaque para as fotografias mais marcantes do dia.

Os suplementos do *Público* dividem-se entre os que são impressos e disponíveis *online* (*Revista 2*, *Ípsilon*, *Inimigo Público* e *Fugas*) e os que são apenas *online* (*Life&Style*, *P3* e *Cine Cartaz*). A *Revista 2* surgiu pela primeira vez a 12 de Fevereiro de 2007, na altura e até há dois anos chamava-se *P2*. Esta debruça-se sobre temas relacionados com a sociedade, engloba grandes entrevistas sobre as mias diversas áreas da sociedade como as artes e a cultura. É na *Revista 2* que são publicadas preferencialmente reportagens mais longas de investigação de cariz intemporal. Dito de outra forma, temas que não estejam necessariamente na ordem do dia, como acontece no jornal. A revista recebeu a medalha de ouro no prémio ibérico de *design* jornalístico ÑH. O *Público* recebeu ainda uma medalha de ouro pela edição especial da 2 “21 ideias fora da caixa para mudar Portugal”, uma medalha de prata e duas menções honrosas, estas para trabalhos de infografia.

O *P3* é um *site* de informação *online*, de forte componente multimédia e com um espírito colaborativo. Produzido por e para um público jovem, resulta de um consórcio inédito entre o *Público*, a Universidade do Porto e o INESC Porto. Trata-se de um projeto inovador no jornalismo, no qual as barreiras entre emissor e recetor são eliminadas, permitindo ao leitor comum ser simultaneamente produtor de conteúdos e fazedor de novas histórias. As redes sociais têm, no *P3*, uma influência acrescida. O vídeo, a fotografia, o som, a infografia são meios de comunicação tão importantes quanto o texto. O *P3* engloba quatro secções em que a Cultura é autónoma e abrangente. Depois de concluído o período de estágio no jornal, já colaborei para o *P3* com duas crónicas (ver anexos I e II), sendo este, em meu entender, um especto revelador da valiosa experiência que o estágio no *Público* me proporcionou, quer a nível profissional quer a nível humano, patente na continuidade de contato com alguns profissionais do jornal.

O enigmático *Inimigo Público* é o suplemento de humor do jornal. Usa a sátira para fazer um resumo das notícias que marcaram a semana, sendo todo o seu conteúdo ficcional. O seu lema é “Se não aconteceu... Podia ter acontecido”! O seu diretor é Luís Pedro Nunes e a subdiretora Rute Gil. A sua redação é formada por Alexandre Pereira,

António Marques, David Marçal, Fábio Benídio, João Henrique, Mário Botequilha, Nuno A. Jerónimo, Nuno Sousa, Patrícia Castanheira, Susana Romana e Vítor Elias.

A revista *Fugas* é o suplemento dedicado a viagens, prazeres e automóveis, que é publicado ao sábado. A revista *Ípsilon* é a revista dedicada à cultura e é publicada à sexta-feira. Aqui, os temas abordados são os mais diversos, desde o teatro, cinema, música, artes plásticas, entre outros. Substituiu, a 12 de Fevereiro de 2007 os suplementos *Mil Folhas*, *Sons* e *Y*. O *Público* tem ainda outros dois suplementos *online*. O primeiro dedicado à cultura cinematográfica, o *Cine Cartaz*, que aborda as novidades do cinema: filmes em destaque, estreias, críticas, notícias e passatempos. O segundo, o *Life & Style* que se dedica a assuntos relacionados com moda, beleza, bem-estar, gastronomia, família e relações e pessoas.

Capítulo II

O estágio no Público

2.1 – Objetivos

A realização do estágio curricular no *Público* e o presente relatório encerram o ciclo de estudos respeitantes ao mestrado em Jornalismo na Escola Superior de Comunicação Social. Assim, optámos por estagiar num jornal de referência e numa área que fosse de encontro às nossas expectativas académicas, profissionais e pessoais.

A secção ‘Política’ foi uma escolha natural e óbvia. Em nosso entender, trata-se da faceta mais estimulante do jornalismo, uma vez que esta corresponde a uma área transversal a todos os domínios da sociedade, na qual os *media* se afiguram como um “protagonista político” (Manin, 1995). Diante deste cenário de intersecção de dois campos poderosos – os *media* e a política – merece particular interesse estudar de que modo os *media* operam na nossa sociedade, com especial interesse de saber de que forma determinam comportamentos e até que ponto são decisivos no contexto de uma democracia.

Nos sistemas democráticos, a política encarada como exercício de soberania popular revelou-se ao longo dos tempos uma utopia ou um ideal-limite que, ironicamente, parece estar a afastar a sua base de legitimação – os cidadãos. Todavia, cremos que a política está ‘viva’ e continua a representar uma luta constante pelo poder para aqueles que exercem atividade na esfera política sobretudo de um ponto de vista económico, ou seja, como afirma Max Weber⁴, os que vivem profissionalmente “da” política e “para” a política. Para este autor, quem participa ativamente na política luta pelo poder, independentemente dos objetivos finais dessa disputa: seja como meio de servir outros objetivos ou ideais (os que vivem “para” a política), seja pela obtenção de poder pelo poder (os que vivem “da” política), em que o objetivo é desfrutar da sensação de prestígio atribuída pelo próprio poder. Estes últimos acentuam o espaço competitivo de lideranças,

⁴ Discurso de Max Webber, “A política como vocação”, proferido numa conferência em 1918 e publicado em 1919 na Alemanha.

cujo fim essencial é a tomada do poder pelo poder. «Para Schumpeter, a política não é o campo do exercício da razão pública, da vontade racional, ou a esfera onde os cidadãos aprendem e elaboram as ‘virtudes públicas’ como sugeria Tocqueville [na sua famosa obra “*A Democracia na América*”], ou o momento onde deveria afluír a ‘dignidade cívica’ (...) a política conforma um espaço competitivo de lideranças cujo objetivo essencial é a tomada do poder» (Rêgo, 1994)⁵

Mas estas características não significam, em nosso entender, que os cidadãos não tenham um papel fundamental na forma como a política se afigura no presente. Até porque, de uma forma redutora mas objetiva, o universo político abarca todos os indivíduos de uma sociedade, mesmo aqueles que se julgam alheados desse campo. Segundo Weber, somos todos “políticos ocasionais”, quando votamos, quando proferimos um discurso político ou quando aplaudimos ou contestamos um comício político, mas a realidade revela que, passo a passo, estamos a deixar de ter essa ligação com a política. Nesse sentido, nos resultados de um ato eleitoral torna-se mais decisiva ou é mais determinante a inação política (a abstenção) do que propriamente a ação política. Pode parecer paradoxal mas, em nosso entender, quanto mais os cidadãos se inibem de participar na vida política do país, mais envolvidos estes poderão estar nas consequências das decisões governamentais (sobretudo aquelas que são baseadas em interesses pessoais ou corporativos daqueles que detém poder e que geralmente lesam os cidadãos contribuintes). Já dizia Aristóteles (1278) que o objetivo da política não é viver, mas viver bem (Bobbio et al, 1999: 958). Mas o que significa viver bem? E quem se destina o “viver bem”? Apenas à classe política? Ou a todos os cidadãos de uma sociedade?

Encontramo-nos num tempo em que até conhecemos e validamos os processos políticos mas em que desconhecemos os reais objetivos dos políticos eleitos. Dito de outra forma, sabemos e legitimamos a forma como a classe política é eleita através do voto, no entanto, no que diz respeito aos verdadeiros fins dos agentes políticos, além de variarem consoante o contexto em que o país se encontra e de poderem ter múltiplas leituras, estes parecem encontrar-se duplamente codificados, isto é, a mensagem dos políticos apresenta-se-nos codificada a nível linguístico, na utilização de termos ambíguos e pouco claros, fazendo com que o conteúdo e, portanto, os objetivos das mesmas não sejam

⁵ RÊGO (1994) Walquiria, *Notas sobre o conceito de democracia em Joseph A. Schumpeter e Hans Kelsen*. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7532&Itemid=363

perceptíveis ao cidadão comum. Parece-nos que essa codificação linguística provoca sentimentos de desconfiança da parte dos cidadãos. É nesse contexto que consideramos fundamental o papel dos jornalistas de deslindar o significado de cada tomada de decisão política.

Podemos assim assumir que o nosso interesse na atividade da esfera política é múltiplo e variado: engloba tanto o desempenho da classe política e o impacto desse desempenho na sociedade, como a participação cívica dos cidadãos. Por outras palavras e recorrendo a alguns exemplos ilustrativos, a política está presente tanto na ação do manifestante de megafone empunhado em frente à Assembleia da República, como no indivíduo resignado que não intervém ou no cidadão que esboça o seu pensamento com a liberdade que lhe diz respeito nas paredes de uma qualquer cidade ou no seu blogue pessoal. São também de relevo as palavras do Primeiro-ministro e do Presidente da República ou dos líderes da oposição política e o jogo político que todos conduzem, independentemente de se lhes reconhecer ou não reconhecer credibilidade e competência. Na política assume ainda particular relevância as consequências que as decisões governamentais têm na sociedade, por estas envolverem diretamente a vida real dos cidadãos. Isto é, mais do que a forma ou processo como os eleitos deliberam, merece maior sensibilidade reflexiva os efeitos positivos ou negativos da sua ação governativa.

Mas porque é que a política nos afeta tanto? Vários autores contemporâneos (Weber, 1918. Bobbio, 1999, Stoker, 1995) ajudam-nos a compreender esta dimensão alargada do conceito de política.

Em primeiro lugar, apesar de podermos falar de política nos mais diversos âmbitos (política financeira de um banco, política educacional de um infantário, política de uma associação de voluntariado, etc) é necessário proceder a uma delimitação do conceito. Para isso recorreremos ao célebre discurso de Weber (1918) “A política como vocação” que, embora reconhecendo que o termo ‘política’ é amplo e abrange qualquer tipo de liderança independente da ação, considera necessário restringir o conceito à liderança, ou à influência sobre a liderança de uma associação política, ou seja, de um Estado.

Falar de política envolve ainda falar de poder. «O conceito de política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder» (Bobbio et al, 1999). Este autor apresenta-nos uma visão tripartida do poder, ou seja, das diferentes vias para a obtenção do “domínio sobre os outros homens”, de forma a conseguir “qualquer vantagem”, alcançando os “efeitos desejados”. Estes poderes, diz-

nos Bobbio, baseiam-se no poder económico, no poder ideológico e no poder político. Sendo que o poder dos meios de comunicação social corresponde ao poder ideológico que «se vale da posse de certas formas de saber inacessíveis aos demais, de doutrinas, de conhecimentos, até mesmo apenas de informações, ou então códigos de conduta, para exercer uma influência sobre o comportamento de outrem e induzir os componentes do grupo a agir de determinado modo e não de outro» (Bobbio et al, 1999: 221).

Todavia, parece-nos amplamente consensual que nenhum dos três poderes definidos por Bobbio se comportam na sociedade como campos autónomos e independentes entre si. Aliás, consideramos que há uma tendência para a diluição das fronteiras do poder político, do poder económico e do poder ideológico, tornando-se cada vez mais complicado impercetíveis as fronteiras de um e de outro, o que gera situações conflituosas entre os três poderes. Os órgãos de comunicação social afiguram-se, porventura hoje mais do que nunca, como exemplo desta conceção tripartida do poder: são ferramentas de poder ideológico (ou até mesmo aparelhos ideológicos do Estado, relembrando conceitos de Althusser), pertencem aos que detém poder económico, e estes, por sua vez, têm ou pretendem ter através da detenção de posição nos *media*, poder político.

Stoker (1995) também contribui para a compreensão do conceito de política alargado à esfera privada de cada indivíduo. Diz-nos o autor que a política é uma atividade generalizada que tem lugar em todos os âmbitos nos quais os seres humanos se ocupam de produzir e reproduzir as suas vidas. Esta pode contemplar tanto o confronto quanto a cooperação de forma a que se resolvam problemas através de decisões tomadas coletivamente. Como refere Stoker, “a política trata de todas as decisões que configuram nossa vida e não apenas daquelas que se tomam no âmbito restrito que tradicionalmente se define como político” (Albuquerque⁶, 2007: 9).

2.2. Dinâmica da secção Política do *Público*

⁶ Artigo “Ciência Política: uma introdução”, de Armando Albuquerque, disponível em http://www.armandoalbuquerque.com/_2007.pdf

A secção ‘Política’ do *Público* engloba política nacional e política europeia⁷, sempre que esta envolve políticos nacionais e questões com implicações na governação do país. Integra a grande secção ‘Portugal’, onde estão também incluídas as secções ‘Sociedade’, ‘Educação’, ‘Saúde’, ‘Local’, ‘Justiça’ e ‘Media’, sendo que há uma forte dinâmica entre as várias áreas, uma vez que a política (e principalmente as decisões políticas) afetam diretamente ou indiretamente todas as secções mencionadas. Por outras palavras, é lugar-comum afirmar-se que tudo na vida tem uma dimensão política – a vida de cada cidadão em particular e da sociedade em geral está irremediavelmente ligada a decisões políticas, assim como a vida, a experiência e as escolhas de cada cidadão comportam em si teor político e ideológico, mesmo que não se dê conta de tal, como já foi explicado no ponto anterior. A comunicação social afigura-se neste contexto como um instrumento ideológico, político e económico na realidade política do nosso tempo.

Leonete Botelho assume a editoria da secção e foi quem orientou o meu percurso no jornal, integrando-me dia após dia nas rotinas produtivas do jornal. Os profissionais que constituem a secção são o Nuno Sá Lourenço, Rita Brandão Guerra, Sofia Rodrigues (predominantemente no Parlamento), Maria do Céu Lopes e Paulo Pena, contratado durante o período de estágio. E pelos mais antigos, São José Almeida, que faz análise política semanalmente ao sábado, e Nuno Ribeiro, jornalista que foi durante muitos anos correspondente em Madrid.

Funcionando sempre como uma equipa, cada elemento escreve preferencialmente sobre o assunto ou tema sobre o qual já tenha escrito antes e, portanto, que conheça melhor que ninguém. A título de exemplo: durante os três meses (de Janeiro a Março) verifiquei que o jornalista Nuno Sá Lourenço trabalhava sobretudo questões relacionadas com o Partido Socialista, com o Ministério Defesa Nacional e com a Marinha (o caso dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, por exemplo).

Durante o período analisado, a jornalista mais jovem da secção, Rita Brandão Guerra, esteve encarregue de escrever sobre a vaga de novos partidos e movimentos políticos/cívicos que foram surgindo no panorama político, que trilhavam assim o

⁷ Quando se trata de política europeia em geral, os temas surgem na sub-secção ‘Europa’, da secção ‘Internacional’. Na política os temas europeus são aqueles que se relacionam, por exemplo, directamente com a política portuguesa, como por exemplo, assuntos que envolvam Durão Barroso, eurodeputados portugueses. Quando são temas de cariz económico, relacionados com as medidas do memorando de entendimento, com Banco Central Europeu, entre outros, estes pertencem à secção ‘Economia’

caminho para uma afirmação nas Eleições Europeias e se consolidavam para as Eleições Legislativas de 2015.

Sofia Rodrigues é a jornalista que trabalha predominantemente no Parlamento, estando por isso encarregue de tudo o que por lá se discute e se decide (Debates Parlamentares, Comissões, Plenários, etc). A jornalista, tal como os seus pares de outros órgãos de comunicação social, é ainda responsável por averiguar quais são os temas das conversas feitas nos corredores respeitantes ao que poderá vir a acontecer, naquilo que constitui uma verdadeira “caça à notícia” ou o exercício de “andar na sombra da notícia”, como a própria editora explicou. Neste sentido, podemos considerar como uma característica dos jornalistas desta área uma preponderância para conviver com fontes ligadas às “elites do poder” (Serrano, 1999). Elites que circulam pela Assembleia da República, desde Secretários de Estado, deputados, assessores de imprensa, etc, cujo acesso privilegiado a informação potencia, muitas vezes, os fenómenos de “fuga de informação”. É comum dizer-se que no jornalismo não existem “fontes desinteressadas” – é preciso ser-se rigoroso, sobretudo quando se lida regularmente com potenciais fontes com interesses na área do poder. Acreditamos que as controversas “fugas de informação” não acontecem por acaso. Estas têm implícitas múltiplas manobras políticas da parte de quem governa, no sentido de obter uma reação dos eleitores a determinadas medidas que possam vir a ser tomadas, ou como resultado de divergências político-partidárias internas. Ainda assim, como nota Manuel Pinto ao refletir sobre a multiplicação e profissionalização das fontes organizadas, «as inevitáveis relações de tensão ou conflito que por vezes ocorrem neste campo não podem ser entendidas como lutas entre bons e maus, mas entre lógicas de ação social autónomas e distintas e, em qualquer caso, legítimas» (2000: 283).

No caso concreto dos jornalistas que lidam diariamente com o poder político, o que acontece é que estes «correm o risco de interiorizar excessivamente a lógica das fontes e mesmo de se sentirem identificados com elas (...) Os riscos são, por conseguinte, significativos, não sendo o menor deles o de os jornalistas, nessa permanente negociação, deixarem, na prática, de o ser, para e converterem em corifeus dos poderes ou em simples comerciantes de informação» (Pinto, 2010: 285). Devemos referir que, durante o período de estágio no jornal em causa, não evidenciámos qualquer tipo de condescendência por parte dos jornalistas em relação às suas fontes, fossem elas mais ou menos próximas do poder, uma vez que, todos os temas e, posteriormente, todos os textos eram discutidos na

secção antes de serem publicados. Todavia, a nossa afirmação é feita tendo plena consciência de que existem sempre, mais ou menos visíveis, «pressões e constrangimentos oriundos do universo de quem detém e controla os meios, dos anunciantes, dos *lobbies* e interesses políticos» (Pinto, 2010: 287)

A jornalista Maria do Céu Lopes é a única responsável por assuntos que envolvem os *media*, embora pertença à secção ‘política’. Esta opção do *Público* deixa patente a sua preocupação com e esta área tão importante – as relações entre os *media* e a política. Maria do Céu Lopes escreve sobre temas relacionados com os meios de comunicação social, com as normas e as regras que a regulam, a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social). O caso da privatização da televisão pública (RTP), por exemplo, audiências televisivas, leis da televisão, entre outros temas, são assuntos da sua responsabilidade, sendo a única especialista na redação em assuntos de *media*. Além desse papel, a jornalista desempenha na ‘política’ todas as funções regulares da secção, como acompanhar na Assembleia da República debates quinzenais e comissões de inquérito, ou ouvir em direto discursos políticos (através da rádio e da televisão) e proceder à atualização constante do *site*.

Mediante a organização da secção e de acordo com agenda de cada dia – definida geralmente na véspera e acertada todos os dias numa reunião onde estão presentes os editores de todas as secções do jornal, incluindo os editores da redação do Porto⁸ – há sempre pelo menos um jornalista “atento” aos telexes da agência de notícias Lusa e responsável pela atualização do *site*. Tarefa que me foi delegada por diversas vezes, tendo ficado nalgumas situações sozinha a “comandar o barco”. De modo a que a secção nunca ficasse sem ninguém, por exemplo durante a hora de almoço, geríamos com os outros profissionais as horas em que cada elemento saía para tomar a refeição, para que estivesse sempre alguém “a vigiar o mundo das notícias”.

O jornalista Paulo Pena, contratado pelo *Público*⁹ no período em que decorreu o nosso estágio, trouxe consigo o gosto pela reportagem e a prática do aprofundamento dos temas diários por estar bem habituado ao registo semanário da revista *Visão*, onde tinha

⁸ A agência de notícias Lusa elabora todos os dias a agenda do dia seguinte, a qual vai actualizando até ao final do dia. É mediante esta agenda, mas não só, que a secção estipula a agenda do dia seguinte.

⁹ Tratou-se de uma contratação contra-corrente que criou algum espanto na redacção, uma vez que o *Público* tem sofrido sucessivas vagas de despedimentos, à imagem do que acontece noutros órgãos de comunicação social.

desempenhado funções anteriormente. Mas, mais importante que tudo isso, constituiu um reforço que a secção há muito reclamava, dada a redução do número de jornalistas comum a todas as redações do país. Paulo Pena estava na altura da sua admissão no *Público* a terminar o seu mais recente livro “Jogos de Poder”, sobre a crise bancária portuguesa e a promiscuidade entre a política e os negócios, que o jornalista conheceu e conhece nos bastidores dos “jogos de poder” em Portugal. Esta opção do jornal deixa transparecer que há uma forte ligação entre a política e os negócios que é necessário conhecer e reportar.

Também os mais ‘veteranos’, a jornalista São José Almeida – que faz análise política no “Espaço Opinião” semanalmente – e o jornalista Nuno Ribeiro¹⁰ – muito ligado, tal como Nuno Sá Lourenço, a questões militares e do Ministério da Defesa Nacional – trabalham temas com maior grau de profundidade implícita, “estórias” para lá da agenda de eventos dos políticos.

Foi neste grupo de trabalho dinâmico mas simultaneamente rígido e rotineiro, que tivemos de nos integrar para conquistar uma posição, semana após semana, com o objetivo de obter tarefas que se revelassem úteis para o jornal. Com um horário de trabalho das 11h às 19h, variando consoante a agenda dos acontecimentos políticos. Isto é, declarações políticas às 20 horas implicavam, naturalmente, sair mais tarde da redação. Debates quinzenais e conselho de ministros matinais obrigavam-me a chegar mais cedo à redação, se para tal tarefa fosse “requisitada”, como chegou a acontecer.

2.3 – Contestação social e alinhamento da batalha política para 2015

Neste ponto apresentaremos de forma sucinta e contextualizada alguns dos trabalhos realizados durante o período de estágio, não necessariamente com uma ordem cronológica exata, mas sim numa lógica que permita uma melhor perceção do contexto político. A análise que se segue tem uma dupla função: vai permitir efetuar um relato dos pontos essenciais da experiência na secção de ‘Política’ do *Público* e, ao mesmo tempo,

¹⁰ O jornalista Nuno Ribeiro foi durante vinte anos correspondente do *Público* em Espanha. Antes disso, aquando do início de carreira, no Diário de Lisboa, foi enviado na guerra civil de Angola (1975).

vão ser lembrados momentos políticos do começo do ano fundamentais. Todos os trabalhos aqui abordados envolveram “saídas” ou “idas ao terreno”, sempre de forma totalmente autónoma e, nalguns casos, na companhia de um fotógrafo.

- Contexto político

Tendo em conta que os acontecimentos não podem ser encarados de forma isolada, pareceu-nos fundamental caracterizar o ambiente político geral e o contexto específico que determinou o desenrolar dos acontecimentos políticos.

Todavia, há que ter em linha de consideração que o jornalismo político é dominado pela agenda política e por acontecimentos promovidos pelos governantes e/ou pelos seus gabinetes especializados em comunicação. As mensagens que estes pretendem passar para o eleitorado precisam da intervenção, primeiro dos jornalistas que percecionam e difundem a mensagem, e depois dos comentadores políticos e analistas que, de alguma forma, clarificam, contextualizam, analisam, comentam. Ao fazê-lo, os comentadores estendem o debate político nos *media*, prolongando-o no espaço e no tempo.

Para fazer corresponder o nosso estudo aos objetivos propostos, analisaram-se os artigos de opinião do ‘Espaço Público’ do jornal, à luz de um contexto político, social e económico particular. A política de austeridade assente sobretudo na subida de impostos, os cortes salariais na função pública, os cortes nas pensões de reforma dos idosos e, ainda o efeito perverso das políticas de austeridade, foram temas muito debatidos no início do ano. Tratou-se de um período caracterizado pela discussão da (in) constitucionalidade das medidas delineadas no Orçamento do Estado, à imagem daquilo que se sucedeu logo desde o início do programa de reajustamento financeiro, em 2011.

As especificidades de 2014 conferiram a este período a esperança no princípio do fim da crise económico-financeira¹¹ e o início da viragem na situação política, se atendermos à lógica de alternância política governativa entre os dois principais partidos portugueses, PSD e PS. Até à data, 2014 foi marcado pelo reacender de diversas ruturas no sistema político que confirmam problemas a nível de representação política e suscitaram discussão sobre a própria organização interna dos partidos, como veremos

¹¹ Sobre o fim do programa de ajustamento financeiro, o Presidente da República já referiu, e outros reforçaram a ideia, que a política de austeridade vai continuar até 2035. Ou seja, o fim da *Troika* não corresponde às expectativas que se possam ter criado de que esse momento seria a “libertação” do país, um novo 1640, como ironicamente muitos comentadores e outras personalidades mediáticas referiram.

mais adiante. Por um lado, acentuou-se a rutura dos eleitores com os eleitos, exemplificada nos altos níveis de abstenção das Eleições Europeias (67%, a mais alta de sempre). E, por outro lado, cresceram as condições para divergências políticas no seio dos partidos, como aquela que se verificou no Partido Socialista com a disputa da liderança, depois do fraco resultado no último ato eleitoral.

O debate político do começo do ano gravitou em torno de dois acontecimentos-chave: as Eleições Europeias de 25 de Maio e a saída da *Troika* de Portugal, isto é, o fim do memorando de entendimento assinado com a *Troika* (sigla que representa o conjunto das entidades externas Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional). É imperioso ter ainda em conta outro aspeto político fundamental – o período entre eleições. Num primeiro plano, as Eleições Europeias, realizadas em Maio, ocuparam destaque nos primeiros meses do ano, determinando a discussão sobre as eleições seguintes, as Legislativas, programadas para 2015, embora estas pudessem ser antecipadas dada as circunstâncias da iminência de uma crise política. Por fim, a aproximação de Eleições Presidenciais sobre as quais se começou a apontar possíveis candidatos. Estes momentos correspondem aos acontecimentos-chave que determinaram e determinam toda a condução político-partidária do ano e, conseqüentemente, a agenda noticiosa da secção de política do jornal.

- A proximidade das comemorações do 25 de Abril

O ano de 2014 marca a passagem dos quarenta anos sobre a Revolução dos Cravos. O simbolismo da data, sobretudo numa altura em que o país se encontra em crise, colocou o tema na ordem do dia. Os almoços semanais na Associação 25 de Abril (A25A), promovidos por António Colaço, seguidos de debates com personalidades públicas mediáticas, começavam a ganhar interesse jornalístico.

O crescente interesse do jornal no que se discutia na A25A – sobretudo quando os convidados poderiam tecer considerações sobre assuntos da ordem do dia que tivessem relevância para a discussão política – permitiu-me conquistar um espaço na Associação que ainda não tinha sido ocupado por nenhum jornalista de forma regular e sistemática. Lá, a cada quarta-feira realizaram-se debates com políticos e outras personalidades da

sociedade civil portuguesa. Em ano de comemorações do 40º. aniversário da Revolução da Liberdade – um tema que esteve na ordem do dia na secção “Política” com relativo destaque – tornou-se oportuno fazer a cobertura noticiosa dos debates na A25A, sempre os intervenientes correspondessem aos critérios editoriais do jornal e sempre que os debates tivessem uma dimensão política passível de suscitar notícia na secção.

Assim, o primeiro debate a que assisti na qualidade de jornalista contou com a presença do reconhecido filósofo e sociólogo Eduardo Lourenço, figura de relevo na sociedade portuguesa. Pessoalmente, constituiu um momento simbólico, uma vez que se tratou da minha estreia a exercer jornalismo no terreno. A notícia teve como título “Eduardo Lourenço acredita numa revolução ‘eufórica’” (anexo III). Na sua intervenção, o filósofo português deixou uma mensagem otimista, afirmando que Portugal vai «conseguir sair da situação humilhante em que se encontra».

À medida que os partidos políticos revelam cada vez mais as suas fraquezas internas, expondo-se muitas vezes a incoerências ideológicas, num contexto em que os portugueses se afastam progressivamente da partidocracia, a figura de António Capucho, ex-militante do PSD que foi expulso por se apresentar nas eleições autárquicas de forma independente contra um candidato da sua cor partidária, constituiu um assunto mediático – as expulsões de militantes dos principais partidos portugueses que reforçaram a decadência da partidocracia em Portugal. A matéria que resultara desse debate (“Capucho diz que para o PSD se regenerar é preciso sair de cena quem está em cena”¹². Ver anexo IV) expressou bem o desagrado do ex-militante social-democrata em relação ao partido que ajudou a fundar.

Outro dos intervenientes nos debates da Associação 25 de Abril foi o constitucionalista Reis Novais. Antigo consultor de Jorge Sampaio, Novais tem assumido uma posição relevante na discussão sobre o papel da Constituição Portuguesa, num período de austeridade e de retrocessos sociais que o Tribunal Constitucional tem reprovado. A presença de Reis Novais no debate surgiu numa altura em que os partidos da oposição (PS, PCP, Verdes, BE) entregaram no Tribunal Constitucional pedidos de fiscalização das medidas do documento orçamental. Interessava, por isso, ter a visão de um especialista, adiantar cenários e adensar o debate político em torno da questão. “Reis

¹² A notícia sobre António Capucho (anexo 2) acabaria por gerar uma sucessão de acontecimentos entre a Comissão de Carteira Profissional de Jornalistas e o *Público*, relativamente à questão de não ser permitido aos estagiários assinar peças jornalísticas. A este respeito, ver o ponto 2.4.

Novais diz que Cavaco não pediu fiscalização da CES [Contribuição Extraordinária para adiar medida] ” (ver anexo V) foi o título da matéria que resultou do debate. O constitucionalista previu, nesse dia, que a decisão do Tribunal passaria pela reprovação dos cortes que há dois anos eram tidos como temporários mas que em 2014 passariam a ter um carácter permanente.

Deixando também patente o seu desagrado face à governação PSD/CDS-PP, Maria do Rosário Gama, presidente da APRe! (Associação de Pensionistas e Reformados), se apresentou como uma voz do descontentamento dos mais velhos face aos cortes que foram sofrendo ao longo dos três anos da legislatura de Passos Coelho, relatando situações extremas de pobreza diretamente relacionados com a abrupta diminuição de rendimentos sociais das famílias portuguesas. “APRe! acusa Governo de roubo “legalizado” (ver anexo VI).

- As manifestações nas ruas de Lisboa

Mas não foi só “entre paredes” que se assistiu ao descontentamento do país. A rua foi igualmente palco de diversas manifestações, promovidas quer por organizações sindicais, quer por cidadãos que de forma espontânea engrossavam os atos de contestação. “Um protesto que é quase uma oração” (ver anexo VII) foi o título da reportagem do *Público* de um desses momentos. Tratou-se de uma manifestação, em Lisboa e no Porto, das várias organizações sindicais da área da Saúde, Educação e Trabalho e Segurança Social. O protesto, que teve início ao fim da tarde de uma sexta-feira, ficou simbolizado pelas tochas acesas que os manifestantes empunhavam no percurso que culminaria, na capital, em frente à Assembleia da República. A tónica da manifestação era, obviamente, o descontentamento face à política de austeridade do governo e à presença da *Troika* em Portugal.

Além deste protesto, também os trabalhadores da função pública, representados por sindicatos de todo o país, contestaram os cortes salariais e o memorando da *Troika*. A manifestação da Frente Comum – sindicato da função pública – (ver anexo VIII) coincidiu com o momento em que a contestação social subiu de tom. Dias antes, as forças de segurança pública já se tinham manifestado em grande número, tendo inclusivamente

desafiado os colegas que estavam de serviço, ao tentar subir a escadaria da Assembleia da República. Este episódio tornou-se num ato simbólico de rebeldia dos manifestantes e foi transversal aos vários protestos, inclusivamente o da Função Pública.

O terceiro ato de contestação que reportei no decurso do estágio distanciou-se dos moldes das típicas manifestações sindicais até então presenciadas. O protesto dos militares, Ex – militares, sargentos, oficiais da marinha e da força aérea, bem como dos seus familiares, foi silenciosa, sem buzinas, sem tentativas de desafiar o cordão policial de segurança e sem frases feitas gritadas ao longo do percurso até à Assembleia da República. O protesto – muito patriótico na forma e no conteúdo – constituiu mais um ato de descontentamento face à condescendência dos governantes portugueses perante os ditames das instituições estrangeiras que resultaram em sucessivos cortes no rendimento dos trabalhadores portugueses, dos quais o sector militar não foi exceção.

Estamos, portanto, em condições de afirmar que o protesto teve mais impacto ao nível dos discursos proferidos dos vários representantes militares – sobretudo dada a proximidade das comemorações do 25 de Abril – do que propriamente na conduta dos manifestantes: “As forças de segurança estão serenas, mas não estão submissas” (ver anexo IX), disse Lima Coelho, presidente da Associação Nacional de Sargentos, numa alusão ao momento que antecedeu o 25 de Abril de 1974 em que também se dizia que o os militares se encontravam serenos. A frase foi replicada nas notícias dos vários órgãos de comunicação social. Estávamos a pouco mais de um mês do 25 de Abril. Os discursos incendiados de militares mais antigos que tiveram envolvidos na Revolução de 1974 sugeriam que este é o tempo de uma nova revolução, mas desta vez, defendiam, a revolução que se impõe é uma revolução de mentalidades. Em todo o caso e independentemente do tipo de revolta, os militares frisaram que vão estar sempre do lado dos cidadãos.

Começaram nesta altura a intensificar-se manifestações de arte urbana pela cidade de Lisboa, numa clara alusão aos murais políticos que explodiram depois de derrubado o regime de Salazar, e que se foram apagando com o passar dos anos. “Nasce em Alcântara o primeiro de 40 murais políticos” (ver anexo X), foi a peça que resultou do projeto “40 anos, 40 murais” da responsabilidade de vários artistas urbanos e do conhecido muralista do MRPP, António Alves.

- O livro de Vítor Gaspar

Houve um momento que se distinguiu da maioria dos que acompanhei, por se tratar de um acontecimento diretamente ligado ao governo de direita¹³: a sessão de apresentação do livro sobre o antigo ministro das finanças, Vítor Gaspar, escrito pela jornalista Maria João Avillez. A cerimónia realizou-se no CCB (Centro Cultural de Belém), na presença de um batalhão de políticos afetos ao governo de Passos Coelho e outras figuras notórias da vida política e cultural portuguesa como Eduardo Lourenço. A cobertura do evento foi-me incumbida quase na hora do mesmo, por não haver mais ninguém que pudesse fazer essa tarefa. Em termos de dimensão, a apresentação do livro de Vítor Gaspar correspondeu ao maior acontecimento político que reportei, dada a quantidade de governantes e de jornalistas que lá se encontravam. Vítor Gaspar é um político severamente conotado à política de austeridade que se tornou mediático por se ter demitido por carta, admitindo a ineficiência das suas políticas. A particularidade política da apresentação do livro foi o facto de este ter sido apresentado pelo socialista António Vitorino. “Vitorino descansa governo: no livro de Gaspar não há um xeque-mate ao rei [Passos Coelho] ” (ver anexo XI) foi a notícia que saiu no jornal do dia seguinte. Na notícia que se publicou *online*, na própria noite, deu destaque a uma frase de Vítor Gaspar – “Gaspar diz que Passos é um líder reformista”.

- Eleições Europeias

Noutro âmbito, as Eleições Europeias já começavam a fazer correr alguma tinta nos jornais, com a apresentação de vários candidatos a cabeça de lista dos partidos e com o debate sobre os múltiplos cenários políticos possíveis para os principais partidos do “arco da governação”, PSD, CDS/PP e PS. Fiz a cobertura de duas candidaturas para estas eleições: a da CDU (PCP + Verdes), liderada por Jerónimo de Sousa («As candidaturas de Assis e Rangel são siamesas», diz Jerónimo de Sousa» ver anexo XII) e a do PTP (Partido Trabalhista Português). Inicialmente o PTP teria Amândio Madaleno como cabeça de lista, mas que viria a ser substituído pelo madeirense José Manuel Coelho. No que concerne ao PTP, antes da apresentação do candidato, havia a possibilidade de o

¹³ Por mero acaso, ou talvez não, reportei quase sempre momentos ligados aos partidos de esquerda.

candidato ser um social-democrata que, segundo Amândio Madaleno, foi pressionado pelo poder instalado a abandonar a ideia.

Ainda sobre estas eleições, acompanhei o social-democrata e também comentador político na RTP, Nuno Morais Sarmiento, que traçou cenários possíveis para a política nacional consoante os resultados que cada partido iria obter. “Morais Sarmiento conclui que vitória tangencial do PS nas europeias é um risco para Seguro” (ver anexo XIII) foi o título desta matéria publicada a 25 de Fevereiro. Passado o ato eleitoral em causa, foi possível constatar que o cenário traçado por Morais Sarmiento foi absolutamente certo. O PS obteve a tal vitória tangencial e, em poucas horas, António Costa já avançava para a disputa da liderança do partido com António José Seguro.

- Demissão de Ana Drago

Revelador dos problemas que o Bloco de Esquerda enfrenta foi a demissão de Ana Drago da Comissão Política do Bloco de Esquerda¹⁴, devido a divergências quanto à política do BE de não aceitar coligações com outros partidos para concorrer às eleições europeias (ver anexo XIV). A decisão do partido viria a revelar-se negativa para o mesmo, atendendo ao fraco resultado do Bloco de Esquerda nas eleições para o Parlamento Europeu. A demissão de Ana Drago aconteceu num sábado em que mais ninguém se encontrava na secção (exceto o jornalista que estava a editar¹⁵). Foi o primeiro momento em que tive a responsabilidade de falar ao telefone com um político, neste caso, com Ana Drago. O facto de a editora Leonete Botelho me ter solicitado para trabalhar a um sábado porque não ia estar ninguém na secção, além do jornalista Nuno Sá Lourenço, contribuiu para que o sentimento de realização no trabalho que estava a desempenhar enquanto estagiária crescesse.

¹⁴ Mais tarde, em Julho de 2014, Ana Drago acabaria por sair efectivamente do Bloco de Esquerda.

¹⁵ Nos dias em que a editora tinha folgas, rotativamente os outros jornalistas assumiam essa posição. Editar significa construir a página, neste caso de política, para a edição impressa do dia seguinte.

2.4. CCPJ e a lei que proíbe os estagiários de assinar

A progressiva integração no *Público* e as amplas responsabilidades que me foram cometida geraram um incidente entre o jornal e Comissão de Carteira Profissional de Jornalistas (CCPJ). Em causa esteve uma lei 2008 que entende que os estagiários não devem assinar trabalhos jornalísticos, mas que o *Público*, entre outros órgãos de comunicação social, não tem feito cumprir. A CCPJ alertou a direção do jornal do incumprimento dessa norma, estando por isso sujeito ao pagamento de avultada multas.

Na origem deste incidente esteve uma notícia feita por mim decorrente do evento na Associação 25 de Abril no qual António Capucho era convidado. Passado algum tempo da publicação da notícia relativa ao militante que fora expulso do Partido Social Democrata (ver anexo), a direção do jornal recebeu um *mail* da CCPJ a questionar a identidade da jornalista que assina a notícia, requerendo o número de carteira profissional da mesma. A direção reencaminhou-me o pedido de informação presumindo que a solução seria fácil. Bastar-me-ia ir ao edifício da CCPJ e solicitar uma carteira provisória.

No entanto, chegou-se à conclusão de que os estágios curriculares não podem ser titulares de uma carteira profissional provisória, estando esse direito reservado apenas aos estagiários profissionais. Apesar desta abordagem, tudo continuou como até à data tinha sido no *Público*, ou seja, os estagiários continuariam a desempenhar funções normais de pesquisa, contacto com fontes, construção de notícia e, como resultado de todo o trabalho, veem a sua assinatura no trabalho publicado. Mais tarde, em Março, a CCPJ dirigiu-se novamente à direção do *Público* sobre o assunto e as duas partes chegam a um «acordo» em que os estagiários continuariam a assinar, mas deveriam ser os jornalistas séniores a editar e a assinar também, numa espécie de coautoria. No entanto, o tema iria gerar mais polémica no início do mês de Julho e o jornal dedica inclusivamente um editorial ao tema:

«O PÚBLICO pediu esta quinta-feira à Comissão da Carteira Profissional de Jornalista a formalização por escrito das posições tomadas numa reunião com este jornal ocorrida horas antes, na sede da Comissão e a pedido desta, sobre os estágios curriculares nos jornais, na qual o jornal foi ameaçado com multas que podem atingir muitos milhares de euros.

É posição da Comissão que os trabalhos dos estagiários não podem ser publicados no jornal. E que devem ser encarados como meros “exercícios”, ou seja, os estagiários não podem exercer as “funções de pesquisa, recolha, selecção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados a divulgação” pública. Tal como em nota publicada neste jornal a 23 de Abril, o PÚBLICO adoptou a política de co-assinar os textos dos seus estagiários com um jornalista detentor de carteira profissional, de modo a assumir a responsabilidade pelo trabalho por nós publicado perante todos, em particular os leitores.

O PÚBLICO entende que os estágios curriculares só são frutíferos se os estagiários trabalharem de facto, ou seja, se pesquisarem, cobrirem acontecimentos, entrevistarem pessoas. Ao longo de 25 anos, formámos com dedicação e orgulho centenas de estagiários. Em regra, os jovens começam por escrever pequenos textos, com o passar das semanas, e em função do seu talento, recebem tarefas progressivamente mais complexas. Alguns são hoje relevantes jornalistas. Um jovem à beira de se licenciar não se torna jornalista em três meses. Mas seguramente não aprende nada se, durante o estágio, se limitar a fazer “exercícios” que não visam a publicação. Faz sentido um estágio durante o qual o estagiário pesquisa, recolhe e selecciona informação que não é notícia? Como um alfaiate só aprende a fazer fatos se medir pessoas verdadeiras antes do corte, um futuro jornalista só aprende ao tentar — e por vezes ao não conseguir — escrever notícias que sejam de facto relevantes.

O PÚBLICO estranha a decisão de agora da Comissão, ao tirar da gaveta uma deliberação conservadora e corporativa por si aprovada em 2008 e que até hoje teve o bom senso de não aplicar. Conservadora e que não reflecte a realidade. Os estágios curriculares são, como o nome sugere, uma exigência das universidades e politécnicos. Valem 10, 12 ou mesmo 30 créditos num total de 180. Sem eles, os estudantes não podem terminar os cursos. A Comissão coloca assim esta profissão — um trabalho de serviço público intimamente ligado à liberdade de expressão e aos direitos mais básicos — num absurdo colete de forças. Tal como a ASAE quando exigiu que a Ginginha do Rossio construísse uma casa de

banho e prendeu a proprietária por desobediência, a Comissão da Carteira Profissional do Jornalista decidiu ser mais papista do que o Papa».

***Público*, dia 3 de Julho de 2014**

A questão tem dois ângulos de abordagem fundamentais para a sua análise. Por um lado, consideramos que os pressupostos da lei da CCPJ são legítimos. Trata-se de uma lei que visa, supostamente, impedir que as empresas jornalísticas substituam um jornalista com salário por um jornalista estagiário que não comporta custos para a empresa, tornando o sector cada vez mais precário. Como refere Daniel Ricardo, membro da Comissão ao próprio *Público*: «A lei que proíbe os estagiários dos órgãos de comunicação social de assinarem artigos “visa impedir as empresas de despedir profissionais e de os substituir por pessoas que trabalham de graça”». (*Público*, 5 de Julho de 2014)

Por outro lado, a verdade é que os estágios curriculares de três meses, apesar de tudo, são a única forma de os recém-licenciados terem contacto real com a profissão para a qual estudaram e de mostrarem valor na profissão. Alguns professores de cursos de comunicação e jornalismo (António Granado da Universidade Nova de Lisboa), assim como diretores de jornais, por exemplo Helena Garrido do Jornal de Negócios, discordam da lei da CCPJ, referindo que, no jornalismo, o poder do nome é o que mais importa. Ao impedir os estagiários de construir um portefólio de notícias da sua autoria, a lei da Comissão está a prejudicar os jovens jornalistas que, desta forma, vão trabalhar na mesma e alguém vai assinar por estes.

Independentemente dos argumentos de ambas as partes, considerados por nós válidos, o *Público* estranhou a tomada de posição da Comissão de Carteira Profissional dos Jornalistas, uma vez que a política do jornal em relação aos estagiários sempre foi a de permitir que os estagiários assinassem. Os profissionais do jornal questionaram-se sobre as razões que levaram a que a CCPJ atuasse naquele momento, utilizando uma lei de 2008 considerada obsoleta. Sem conseguir provar que assim tenha sido, ficou no ar a sensação de que se tratava de uma pressão ligada ao poder vigente que utilizou uma lei para exercer algum tipo de constrangimento ao jornal.

Devido a toda a situação fiquei impedida de publicar uma reportagem (disponível em anexo), na qual trabalhei ao longo do estágio. Tratava-se de uma reportagem sobre

comentário político na televisão. Para tal, contactei o diretor de informação da SIC (Alcides Vieira), da SIC Notícias (José António Teixeira) e da TVI (José Alberto Carvalho), o politólogo Adelino Maltez, e ainda a especialista em assuntos de *media*, Felisbela Lopes. Além destes, procurei contactar também o diretor de informação da RTP que, na altura, não se mostrou disponível para falar com jornalistas.

Este caso remete-nos para a discussão sobre a realidade cada vez mais conflituosa no seio do jornalismo: se relacionarmos a formação escolar com as formas de ingresso na profissão, verificamos que esta relação é consideravelmente fraca e inconsistente. São cada vez mais evidentes os fatores de preocupação na inespecificidade de formas de ingresso no jornalismo, tais como práticas profissionais dispersas e em certos casos não legítimas; as relações pessoais e as convivências entre jornalista-empresa acabam por contar mais do que a qualificação escolar – um reflexo claro de uma sociedade clientelar; a organização empresarial é que tem o poder/autoridade nos processos de admissão de jornalistas e na implementação de modelos profissionais; os jovens jornalistas estão sujeitos a uma certa condição de aleatoriedade e subjetividade das suas qualidades humanas e sociais; a socialização no interior das redações tende a passar por estágios não remunerados, por colaborações temporárias e trabalho independente (jornalistas freelancers); os momentos de inserção na profissão são cada vez mais prolongados e precarizados, o que coloca os jovens jornalistas ao sabor de uma “lei selvagem”, na qual não existe nenhuma regra básica e específica de recrutamento. (Graça, 2009¹⁶). Certo é que um diploma, embora seja fundamental na aprendizagem de qualquer profissão, atualmente não garante emprego. No caso concreto do jornalismo, a multiplicação de cursos ligados à comunicação social fizeram com que aumentasse o “batalhão de reserva” de jovens licenciados desempregados que aspiram entrar na profissão.

2.5. Outras formas de construção da notícia

Além dos supramencionados trabalhos no terreno, tive também a oportunidade de realizar outros sem ter que sair da redação – trata-se de um modo de operar no jornalismo

¹⁶ Capítulo seis “Problemas-chave do ingresso no jornalismo” da obra organizada por José Luís Garcia “*Estudos sobre os jornalistas portugueses: encruzilhadas e metamorfoses no limiar do século XX*”, Lisboa: ICS

que é cada vez mais a regra e não a exceção. É um sinal dos tempos, no entanto, a verdade é que se conseguem fazer “notícias de secretária”, utilizando o telefone e a internet como ferramentas essenciais. Ainda que a minha preferência recaísse para trabalhos que envolvessem saídas, realizei cada tarefa com a mesma motivação. Aquilo que me dava mais satisfação era participar na dinâmica do grupo do dia-a-dia, independentemente de ser dentro ou fora da redação.

Um dos casos em que tal aconteceu foi aquando do polémico projeto-lei da coadopção de crianças por casais do mesmo sexo. Realizei a esse propósito uma pesquisa sobre todas as posições dos demais membros do governo, para demonstrar que o tema estava longe de ser consensual dentro do PSD. «Co-adopção: há oito meses a dividir PSD»¹⁷.

Uma publicação “acesa” na página de *Facebook* do social-democrata Pedro Santana Lopes sobre Marcelo Rebelo de Sousa deu azo a uma notícia, uma vez que a disputa mediática entre os dois (seja na televisão como comentadores onde os dois assumem posturas distantes, seja como possíveis candidatos às Eleições Presidenciais) constitui um assunto com alguma relevância jornalística. «Santana acusa Marcelo de tudo fazer para derrubar o Governo»¹⁸.

A ação política, depois de ter conquistado os palcos mediáticos da televisão, chegou ao ciberespaço, no qual as redes sociais assumem um papel considerável na difusão de mensagens políticas. Santana Lopes já começou a fazer campanha às Presidenciais através de uma página de *Facebook* de apoio a uma eventual candidatura a Belém. Atualmente, a comunicação de qualquer político passa pela gestão e atualização das redes sociais.

Relativamente às Eleições Europeias, através de um comunicado do gabinete de comunicação da Comissão Europeia e de alguma pesquisa e contextualização, escrevi «Voto é mais decisivo nestas eleições europeias, alerta Parlamento Europeu»¹⁹, com o

¹⁷ Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/deputados-do-psd-a-favor-da-coadopcao-1619968>>

¹⁸ Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/santana-acusa-marcelo-de-fazer-tudo-para-derrubar-o-governo-1621008>>

¹⁹ Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/o-voto-e-mais-decisivo-nestas-eleicoes-europeias-1623732>>

propósito de esclarecer os leitores cidadãos sobre a importância das últimas eleições europeias.

No dia em que o documento constitucional português assinalou 38 anos de existência, a CGTP emitiu um comunicado que serviu de mote à notícia «A CGTP alerta para os perigos que a Constituição corre 38 anos depois»²⁰. Além do comunicado, inclui outra informação de contextualização. No mesmo dia, Jerónimo Sousa assinalava o marco numa cerimónia na Assembleia da República, na qual estive presente. «Jerónimo apela à convergência na defesa da Constituição, mudando de política».²¹

Outra forma de conceber notícias é, por exemplo, através de entrevistas feitas na rádio (Antena 1, geralmente). Antes de emitir a entrevista ou imediatamente após a sua emissão, a/o jornalista da estação de rádio envia o essencial da entrevista para alguém da secção (normalmente para a editora), para a partir daí construir uma notícia. Tal situação chegou a acontecer comigo, nomeadamente, nesta notícia sobre Paulo Rangel: «Rangel reticente a coligação PSD/CDS nas legislativas [de 2015]»²² Ou ainda a notícia «Ferro Rodrigues espera grande vitória do PS nas europeias»²³. Esta forma de proceder parece-me ser revelador do companheirismo que existe entre jornalistas de órgãos de comunicação social diferentes – a estação de rádio é citada na notícia do jornal, o que poderá conferir-lhe visibilidade, enquanto que o jornal se antecipa a outros jornais na divulgação de alguns assuntos (partindo do princípio que existe uma espécie de exclusividade entre as duas partes).

Os dias em que fiquei na redação foram a maioria deles e fizeram-me perceber que afinal as notícias não acontecem ao minuto e que muitas vezes simplesmente há dias em que não acontecem. Sobretudo em política. Há dias em que o que o dia político é

²⁰ Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/constituicao-da-republica-comemora-38-anos-1630725>>

²¹ Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/jeronimo-apela-a-convergencia-na-defesa-da-constituicao-mudando-de-politica-1630771>>

²²Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/rangel-defende-maior-equidade-na-distribuicao-dos-sacrificios-1621674>>

²³ Notícia disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/rangel-defende-maior-equidade-na-distribuicao-dos-sacrificios-1621674>>

marcado por meros discursos de agenda. Esse facto remete-nos para uma outra questão: na política, o que é que constitui notícia?

2.6 - A agenda política – onde está a notícia?

Durante o período em que decorreu o estágio, a agenda política foi, e continua a ser, muito dominada pelos assuntos económicos, resultantes do processo de ajustamento financeiro que há três anos tem ditado as matrizes da governação do país. Temas como o Orçamento do Estado, as decisões do Tribunal Constitucional sobre algumas medidas, as avaliações da *Troika*, o Documento de Estratégia Orçamental (DEO), o défice, o crescimento, o desemprego, a saída da *troika* (“à irlandesa” ou com programa cautelar), entre outros, são temas que despoletaram sempre discussão pública e reações políticas do Governo e dos seus opositores.

Para os jornalistas da secção Política, mais do que as medidas em si, interessa saber a opinião dos políticos sobre medidas já deliberadas ou sobre possíveis tomadas de decisão. A primazia é dada às reações e às declarações políticas, enquanto que a retórica discursiva é ignorada, a não ser que esta seja reveladora de qualquer coisa passível de ser notícia. Deixa de ter interesse jornalístico o discurso de um político que não aborde nenhum tema que esteja na ordem do dia ou que não ponha em cena um tema mediático. Muitas vezes, um discurso político dura largos minutos mas o teor noticioso acaba por ser nulo. No entanto, parece-me evidente que cada político tem um espaço diferente nos textos noticiosos consoante a posição na estrutura de poder que ocupa. Não querendo afirmar que as palavras de um valem mais que as palavras de outro é um facto que maior atenção é dada a figuras como o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e, geralmente, o líder do principal partido da oposição. No caso destes, o discurso pode até não conter nenhuma novidade, mas as suas palavras geram notícia e marcam a agenda.

O mesmo não se aplica, naturalmente, a todos os deputados que emitem diariamente declarações à imprensa sem relevância jornalística. Na mesma lógica de representatividade, nos debates parlamentares a atenção recai preferencialmente para o debate entre primeiro-ministro e o maior partido da oposição. Daí que, nalguns debates quinzenais que acompanhei, a tarefa que me tenha sido destinada fosse ouvir os partidos

mais pequenos (PCP, Bloco de Esquerda e Verdes), ao passo que a jornalista Sofia Rodrigues, ou outro jornalista com experiência no assunto, se ocupava dos partidos do arco da governação. No entanto, como exercício acabava por ouvir o debate na íntegra e registar os pontos essenciais para treinar o ouvido e para conseguir discutir algum assunto que pudesse surgir na redação.

Nas rotinas da secção é ainda fundamental conhecer a agenda diária dos principais políticos – porque podem originar declarações sobre os temas da ordem do dia e desencadear outras reações. Por exemplo, a agenda do Presidente da República era considerada importante, no sentido em que se podiam obter declarações sobre a atuação do Governo de Passos Coelho e outras situações inerentes à atualidade do país. Habitados à postura de Cavaco Silva de se remeter ao silêncio, muitas vezes a expectativa de obter declarações presidenciais pode relevar-se uma tarefa infrutífera. Relembro uma ocasião em que aguardei praticamente o dia todo pelas declarações do Presidente da República, num dia em que este visitava agricultores no Algarve. Cavaco Silva acabaria por falar somente ao início da noite.

Nos corredores da Assembleia da República, “na sombra da notícia” ou “caça à notícia” é outra pele que os jornalistas têm de vestir, sobretudo os da área da política. Estes procuram encontrar notícia através de movimentações, conversas de corredor, resultando em investigações mais demoradas, e assim, conseguir antecipar-se aos outros órgãos de comunicação social em relação àquilo que mais tarde irá ser do conhecimento geral do público. Eventos parlamentares como Plenários, Comissões Parlamentares, Comissões de Inquérito e Debates Quinzenais são acontecimentos regulares que podem resultar em notícia no próprio dia. Mas estes são espaços privilegiados de circulação dos atores políticos e de convivência destes com os jornalistas, onde são “investigadas” hipóteses de notícias, de movimentações, de estados de alma dos governantes, de decisões futuras, etc. Os corredores da Assembleia da República correspondem, desta forma, a laboratórios de construção de notícias.

No que toca aos temas relacionados com a Europa, os critérios de noticiabilidade são os mesmos dos assuntos nacionais. No caso particular das notícias de cariz europeu, a notícia encontrava-se em reações, opiniões, projeções e até revelações sobre o processo e a condução política das medidas económicas do programa e reajustamento financeiro, que foi assumidamente “mal desenhado” e cujas implicações sociais foram devastadoras.

Quem o admitiu foi a União Europeia e os seus organismos, mas também pelo Fundo Monetário Internacional. A correspondente do *Público* em Bruxelas é Maria Arriaga e Cunha que, entre outros trabalhos, entrevistou um ex-conselheiro de Durão Barroso que criticou acesamente os resgates financeiros a Portugal e Grécia, afirmando que as ajudas a estes países foram na realidade resgates aos bancos alemães. A polémica em torno dos reais objetivos do resgate financeiro na Europa e a opinião de personalidades direta ou indiretamente relacionadas com o planeamento do resgate constituiu e continuará a constituir um tema apetecível.

Capítulo III

Democracia e Jornalismo

3.1- Democracia e jornalismo: uma união inseparável

«Sem um jornalismo forte, a democracia também adoece»

Traquina (2011)

Ao falar de jornalismo e de política é imprescindível falar de democracia²⁴. Bobbio escreve que há várias maneiras de definir a democracia, mas nenhuma delas deixa de incluir a transparência do poder (Bobbio, 1984: 11). De uma perspetiva clássica, a democracia pertence aos cidadãos. «É sobre os cidadãos que assenta o princípio da soberania (...) Idealmente, o processo democrático apenas tem significado real e verdadeiro se os cidadãos estiverem informados. A ideia por trás desta conceção é a de que somente cidadãos informados e esclarecidos podem agir em consciência e fazer escolhas acertadas» (Sousa ²⁵, 2008: 2)

Os dois universos – o da política e o do jornalismo – alimentam-se mutuamente e um não existiria sem o outro. Apesar de os dois revelarem problemas e fragilidades, como nota Jorge Pedro Sousa. A este respeito, temos verificado que desde 2008 até ao

²⁴ Etimologicamente, democracia resulta de duas palavras gregas: demos (povo) e kratos (poder). A nível conceptual, são muitas as sensibilidades e teorias políticas sobre o conceito de democracia. De grosso modo, dividem-se entre a teoria clássica, assente na ideia de bem comum, vontade geral e soberania popular (ROUSSEAU) e a teoria contemporânea ou schumpeteriana, que considera que não existe uma aceção única do que é o bem-comum, e por isso, a vontade geral também não existe. Para Schumpeter, a democracia tem na sua base a competição pela liderança política, assemelha-se a um mercado, carece de racionalismo da parte dos eleitores que são influenciados por grupos de pressão e de interesses. A este respeito, consultar as obras de DAHL, Robert (1997) *A. Poliarquia: Participação e Oposição*; SARTORI, Giovanni (1994) *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo* e SCHUMPETER, Joseph (1984) *Capitalismo, socialismo e democracia*.

²⁵ SOUSA, Jorge, *O jornalismo na democracia representativa: um ensaio*, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação, Media e Jornalismo.

momento, a crise tornou mais evidentes as fraquezas de ambos os campos, o político e o dos *media*.

Se, por um lado, a democracia com a liberdade de imprensa associada, consolida a prática do jornalismo, por outro lado, é através dos meios de comunicação social que a política se valida e se dá a conhecer aos cidadãos. Tal como Habermas evidenciou, nos estados de direito democrático do mundo contemporâneo, o espaço de informação e de debate político deslocou-se para os *media* (cit Sousa, 2008). Ainda que, em particular, a mensagem política mediatizada seja, não raras vezes e engenhosamente, utilizada com propósitos menos claros que desonram o sistema democrático, através de manobras de diversão baseadas em interesses pessoalizados, o jornalismo é hoje o meio onde a política acontece por excelência.

Já afirmamos anteriormente que, quer a democracia quer o jornalismo revelam problemas. No ensaio intitulado “O jornalismo na democracia representativa”, Jorge Pedro Sousa (2008) resume as razões que levam a que se considere que a democracia se está a degradar. Apesar de ser consensual que atualmente a democracia está em crise devido, como refere o autor, ao aumento de «fenómenos de caciquismo e de falta de democratibilidade da vida interna dos partidos; de alheamento dos cidadãos face à política; de divórcio entre representantes e representados; da predominância do poder económico sobre o poder político; da marginalização do cidadão em relação ao processo de decisão política», na realidade a democracia não se está a degradar porque nunca se materializou. Estamos perante um sistema longe daquilo que, segunda a teoria clássica da democracia, seria ideal e justo para todos os cidadãos – o afamado “bem comum”²⁶.

É frequente dizer-se, citando um discurso de Churchill de 1947, que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas ao longo dos tempos. Ou seja, apesar de todas as imperfeições, a democracia continua a ser a melhor forma de governo que alguma vez se conheceu. Mesmo assim, em várias regiões

²⁶ Para Schumpeter, autor de uma revolução na teoria política nos anos 40 que rompeu com a teoria clássica existente, não existe bem comum. Porque, para os indivíduos, grupos e classes diferentes, o bem comum significa coisas diferentes; O governo pelo povo é uma ficção, o que existe é o governo do povo; O governo é exercido por elites políticas, que competem no mercado político pela preferência dos eleitores, na qual o voto é moeda de troca. A sobreania popular, embora não seja nula, é reduzida, visto que são as elites políticas que propõem os candidatos e as alternativas a serem escolhidas pelo eleitor; o objectivo primordial dos partidos políticos é conquistar e manter o poder. A realização do bem comum é um meio para atingir este objectivo. A concepção Schumpeter tornou-se preponderante na moderna ciência política, como afirmam, por exemplo Nobert Bobbio e Raymond Aron.

do globo ainda persistem regimes antidemocráticos considerados arcaicos. Para Jorge Pedro Sousa (2008) a democracia não está a degradar-se porque nunca se efetivou:

«... Talvez seja um exagero dizer-se que a democracia está a degradar-se, pois a democracia idealizada nunca, em tempo algum, se materializou [...] O que se passa é que a democracia foi e é um sistema imperfeito e falível. Porquê? [...] 1- A democracia depende dos cidadãos que são seres humanos imperfeitos [...] 2-Teoricamente, em democracia a última palavra pertence aos cidadãos, mas normalmente isto não acontece [...] 3- Já os antigos gregos e romanos falavam da impunidade dos transgressores [...] a impunidade corrompe as instituições e degrada a democracia [...] 4- numa democracia ideal não haveria a interferência de agentes económicos e sociais organizados, como os lóbis de interesses [...] 5 – governar tornou-se uma tarefa crescentemente complexa e cada vez mais técnica e menos política, sendo orientada predominantemente, pela razão económica, mas também pela razão mediática [...] 6 – A mediatização da política, consequência da democracia de massas [...] tem contribuído para a degradação do debate político, pois esvaziaram-no dos seus valores substantivos e permitiram o triunfo da forma sobre o conteúdo». (Sousa, 2008: 4)

A reflexão de Jorge Pedro Sousa é consonante com aquilo que os diversos autores da teoria contemporânea da democracia (Dahl, 1997. Sartori, 1994, Schumpeter, 1984) defendem, ou seja, a ideia clássica de democracia baseada na soberania popular em prole do bem comum é uma ideia utópica. Desde logo, porque os seres humanos não são todos iguais e, além disso, regem-se pelos seus próprios interesses e não pela “vontade da maioria” que, assim sendo, também não existe.

É exatamente devido às vicissitudes das sociedades contemporâneas que consideramos o jornalismo uma ferramenta essencial aos cidadãos e, em última análise, a melhor maneira de combater os perigos e imperfeições inerentes ao sistema democrático. «As notícias afetam o clima político, influenciam as ações dos políticos e promovem uma saudável vigilância sobre os vários poderes» (Sousa, 2007:11). São os *media* que transmitem os debates no Parlamento, que questionam (ou não) os políticos sobre a ação governativa, que investigam com maior ou menor grau de profundidade essa ação, que os seguem para onde quer que vão, e que, como resultado final, constroem e organizam um discurso lógico para servir todos os dias aos indivíduos de uma sociedade

predominantemente de informação. Embora, também o jornalismo enfrente os seus próprios dilemas e fraquezas, agravados com a crise económica e financeira.

A relação entre a democracia e o jornalismo, entre políticos e jornalistas, entre a política e a opinião pública é inevitável e inseparável e só se verifica em plenitude nos sistemas democráticos. É importante referir que em sistemas autoritários (antidemocráticos) onde a sociedade civil não se pode exprimir livremente e construir uma opinião pública genuína, independente e autónoma em relação ao poder político, a opinião pública é manipulada e condicionada através de mecanismos de propaganda. Nesse contexto, não é possível falar nem de jornalismo nem de opinião pública. Porém, mesmo em sistemas democráticos, como é o português, a relação entre o campo político e o campo dos *media* revela uma dependência mútua que tende a ser cada vez mais questionável, dada a politização dos demais campos sociais. É, sobretudo, uma aliança que deve ser sempre objeto de reflexão, tanto pelos cidadãos como pela própria classe jornalística, na medida em que os atores políticos se servem dos jornalistas através de uma instrumentalização que os jornalistas se sujeitam, consciente ou inconscientemente, com alguma frequência. Carvalheiro (2005: 184), citando outros autores, dá-nos a compreender de forma muito clara o papel dos *media* numa democracia:

«O conceito de esfera pública lançada por Habermas presta-se a acolher duas perspectivas, já que é entendido como espaço ideal de discussão e vigilância do poder, mas tenta responder a uma suposta perversão desse papel à medida que os próprios *media* se tornam manipuláveis (...) Isto significa que, quer na tradição liberal, quer nas correntes mais críticas sobre o funcionamento do sistema democrático, se sedimentou a ideia de liberdade de informação e de expressão como um instrumento indispensável da vigilância dos cidadãos sobre o poder. Assim os *media* devem ser um dos mecanismos de escrutínio dos representantes políticos, colocando no domínio público tudo o que cabe na relação entre a sociedade e o Estado. Ou seja, contrabalançando o potencial opressor dos Estados através da desocultação e da publicitação em nome do interesse público, de modo a capacitar o cidadão para avaliar e decidir» (Rheingold, 1993; McQuail, 1994 *cit.* Carvalheiro)

Tudo isto transforma a relação jornalistas-políticos tendencialmente multifacetada e uma relação negocial. Do lado dos políticos, essa relação balanceia entre o desejo dos

seus representantes de atrair a atenção dos *media* (quando os políticos precisam de transmitir as suas mensagens e precisam de publicidade) e entre o ódio aos jornalistas quando estes investigam matérias menos abonatórias dos governantes e da sua ação governativa. Entendemos que este jogo de intenções, no qual também os jornalistas dependem dos políticos para dar notícias, pode ser prejudicial ao serviço do jornalismo e à própria democracia, se considerarmos que a informação que nos chega mais não é do que o resultado de um jogo de interesses baseado em relações de dependência socioprofissionais, que vão para lá do interesse público.

Felisbela Lopes (2014) reflete, no seu mais recente estudo “O real (ainda) mora aqui?”, sobre a relação dos jornalistas e políticos recorrendo ao tango como analogia: «entre políticos e jornalistas existe uma espécie de tango cujo passo é ora marcado por quem se assume fonte de informação (Chaparro, 2001), ora pelos jornalistas que produzem a notícia – trata-se de uma simbiose complexa (Ortega, 2003) que exige espaço de manobra para cada parte poder criar um equilíbrio e poder (Larsson, 2002)». A autora considera que os *media*, principalmente a televisão, são instrumentos de consolidação da ordem política, funcionando ao mesmo tempo como caixa-de-ressonância para certas estratégias políticas.

Foi na década de 90 que as grandes alterações no campo político e mediático ocorreram. Foi nesta altura que os *media* passaram a deter posições chave no campo político, que originam uma complexa rede de relações entre políticos, conselheiros, assessores de imprensa e jornalistas. Os políticos fazem tudo para chamar a atenção dos jornalistas e as estratégias que utilizam conduzem à profissionalização da produção e disseminação de mensagens políticas. Blumber e Gurevitch (Serrano, 1995) escreveram acerca das consequências das mudanças operadas na sociedade, especialmente nos *media* e no jornalismo. Para estes autores, o enfraquecimento dos partidos políticos enquanto forças mobilizadoras dos cidadãos para defesa dos seus interesses e das suas causas corresponde ao aspeto mais sensível do nosso tempo. Este vazio foi ocupado pelos *media*, cujo papel relativamente à política também evoluiu no sentido de uma crescente dependência dos políticos e dos votantes face aos órgãos de comunicação social e às mensagens que fornecem. O mesmo é dizer que atualmente os políticos estão reféns dos *media*.

O próprio jornalismo, como havíamos feito referência, vive os seus dilemas, que radicam da tensão entre o pólo cultural e o pólo comercial, isto é, entre a dimensão normativa do jornalismo que evoca a responsabilidade social de esclarecer o leitor e eleitor (contribuindo assim para o bem público), e a dimensão funcional (economicamente rentável) que coloca o exercício do jornalismo como mera mercadoria. Neste conflito profissional é preciso ter ainda em conta a dimensão instrumental que os políticos conferem aos meios de comunicação social, aproveitando-se inclusivamente das fragilidades da classe jornalística.

Importa também distinguir a legitimidade de cada um destes grupos profissionais. A legitimidade dos atores políticos é baseada no sufrágio universal que por sua vez é validada pelos cidadãos que votam. A legitimidade dos políticos encontra-se na causa que abraçam e naquilo que defendem supostamente em prole dos cidadãos. A preocupação destes é persuadir o público e, nesse sentido, recorrem aos meios de comunicação social, que lhes conferem tempo e espaço, para difundir as suas mensagens.

Já nos jornalistas a legitimação está centrada na fidelidade a códigos deontológicos e nos valores profissionais. A primeira preocupação deve ser o direito do público à informação, devendo ficar fora do plano jornalístico tudo aquilo que não tem um carácter informativo. No entanto, nem sempre os órgãos de comunicação social fazem a separação entre o que é informativo e o que é apenas comunicacional. Com alguma frequência, aquilo que os políticos expõe nos ecrãs de televisão não são mais do que comunicados sem valor informacional e conferências de imprensa sem novidade alguma para a vida real dos cidadãos. Desta forma, os atores políticos mantém vivo, intencionalmente, o seu discurso persuasivo e os meios de comunicação social tornam-se meramente correntes de transmissão dos políticos.

3.2. A dimensão política do jornalismo

Em tom de crítica à abordagem que a ciência política usualmente faz do jornalismo, na obra *Taking Journalism Seriously* (2004), Barbie Zelizer concluí que a conexão entre o jornalismo e a política tem sido mais debatida do que propriamente desafiada. Considera que o jornalismo não está a ser levado a sério, não pelos

profissionais que o exercem, mas sim pelas pessoas que o consomem e os académicos que o estudam²⁷. Segundo a investigadora, a ciência política permanece agarrada ao quadro geral, ou seja, por um lado, a ciência política socorre-se da ideia de que o jornalismo pode e deve ser imparcial, ou pelo menos trabalhar para o bem do público, e por outro lado, ignora outras dimensões do próprio jornalismo, tais como o contexto histórico-político em que a profissão se desenvolve e se envolve. Zelizer espelha bem a sua crítica à academia quando refere que «os cientistas políticos estudam os efeitos do jornalismo, os historiadores estudam o passado do jornalismo, mas não há um “lugar” onde os cientistas políticos, os historiadores e os sociólogos falem entre si e que lhes permita em conjunto encontrar um entendimento sobre o jornalismo que se aproxime da sua importância no mundo»

Para a investigadora, a ciência política dá como adquirida a noção de que os jornalistas podem trabalhar autonomamente do campo político e de que o jornalismo, apesar de tudo, possui as suas próprias formas de conhecimento. Zelizer não foi a primeira a considerar que o jornalismo deve ser analisado à luz de outros campos, tais como o político, o histórico, o cultural, o sociológico e o linguístico. Autores de referência como Alexis Tocqueville, Gabriel Tarde, Walter Lippmann e John Dewey foram pioneiros na ideia de que o jornalismo desempenha um papel político na sociedade e a perceber que a sua dimensão política tem um carácter multidisciplinar (Serrano, 2006). E, por isso mesmo, não deve ser estudada apenas pela ciência política, mas também por outras disciplinas como a sociologia, a semiologia, a ciência da comunicação, entre outras.

Resumidamente, Zelizer defende que a ciência política encara o jornalismo de um ponto de vista normativo, como instrumento ao serviço dos ideais democráticos, isto porque defende o público e tem a preocupação em perceber como é que o jornalismo pode servi-lo melhor, de acordo com os princípios que regem as democracias, e em geral, as sociedades “liberais”. Esta centra-se no modo como o jornalismo deve operar em determinados sistemas políticos, com ênfase na questão de saber se, e em que medida, o jornalismo influencia o processo eleitoral e a tomada de decisão política. Em suma, a disciplina ciência política tem estudado apenas a intersecção do jornalismo e da política, renegando outras dimensões implícitas que conduzem precisamente a essa intersecção.

²⁷ Ver entrevista de Rita Figueiras (2007) a Barbie Zelizer, na revista Comunicação e Cultura, nº4, pp.177-183

Nas palavras de Zelizer, a intersecção entre o jornalismo e a política tem sido a intersecção mais enfatizada, em detrimento de outras.

Considerando válidas as críticas formuladas por Zelizer, ao elaborar um estudo sobre comentário político num jornal de referência, parece-nos pertinente fazê-lo recordando traços característicos da sociedade portuguesa que julgamos serem determinantes, mas não únicas, no comportamento que os cidadãos demonstram em relação ao sistema político onde se inserem e, através da análise dessas características, levar a cabo uma reflexão sobre as particularidades do sistema mediático português, que nunca pode ser desligado do sistema político na qual vigora.

3.3 – Sistema político e sistema mediático português

No essencial, a visão normativa e instrumental do jornalismo está intimamente relacionada com o contexto histórico-político de 48 anos de ditadura Salazarista e com o processo democrático que se seguiu. Portugal, Espanha e Grécia foram os últimos regimes autoritários da Europa Ocidental a iniciar a transição para democracias liberais, nos anos de 1974 e 1975.

O facto de os regimes ditatoriais terem permanecido durante quase meio século, fez com que estes países partilhassem uma experiência histórica diferente com implicações no sistema político – caracterizado como pluralista polarizado – no sistema mediático dos países do sul da Europa, considerado politizado em termos partidários e com fraca autonomia profissional e nos padrões de relacionamento entre os média e os políticos.

Comparando os vários modelos mediáticos²⁸, Hallin e Mancini (2010: 150) concluem que a longa e contraditória transição para o capitalismo e para a democracia burguesa no Sul da Europa produziu um sistema de mediático em que os media serviam para representar um amplo espectro de forças políticas que lutavam por possuir influência, não só nas negociações que efetuavam entre si como nos esforços que desenvolviam para consolidar as suas próprias vozes políticas.

²⁸ Hallin e Mancini (2010) na obra *Sistemas Mediáticos Comparados*, definem três modelos de análise de 18 democracias. O modelo Corporativista Democrático, o modelo Pluralista Polarizado e o modelo Liberal

Uma das características do modelo mediático português enunciadas e pormenorizadas pelos autores apontam para a predominância de um modelo societal baseado no clientelismo, ao invés de um sistema burocrático-legal como nos países do norte da Europa, Canadá e Estados Unidos. O clientelismo, tal como explicam Hallin e Mancini (2010), é um padrão de organização social em que o acesso a recursos é controlado por patronos e facultado a clientes em troca de deferência e vários tipos de apoio.

«Nos sistemas clientelistas, a informação é tratada como um recurso privado, não partilhado publicamente, e esta é uma das razões por que o jornalismo foi lento a desenvolver-se como instituição (...) O clientelismo tem sido minado, nos últimos anos, por muitas forças, desde o crescimento económico à integração europeia (...) O clientelismo aumenta a importância das ligações particularistas entre os actores sociais, em especial das ligações aos partidos políticos»

Os autores atribuem ao sistema mediático características históricas que determinaram a realidade dos *media* em Portugal. A saber: a) a lenta transição democrática; b) o elevado paralelismo político, onde os jornais são meios de expressão e transmissão de ideologias políticas; c) a rádio e a televisão são tendencialmente politizadas a nível partidário; d) os jornais eram tradicionalmente associados à política e literatura; e) taxa de literacia baixa; f) o principal alvo dos jornais era uma elite instruída e interessada no mundo da política. A imprensa desportiva é a única que é popular; g) os jornais de circulação maciça nunca se desenvolveu em parte porque as condições económicas e políticas necessárias ao desenvolvimento dos mercados dos *media* não existiam até meados do século XIX; h) a profissionalização do sector era fraca: ou seja, o corpo de jornalistas era um agregado uniforme de autores e editores, e o jornalismo um caminho de passagem e não um ponto de chegada; i) por isso, o jornalismo era uma ocupação secundária, mal remunerada e que muitas vezes servia de trampolim para uma carreira na política ou na literatura.

No que ao sistema político português concerne, este tem vindo a revelar problemas, não de representação política, mas sim problemas políticos com a representação, como defende António Barreto, num texto a propósito do 35º aniversário da Constituição Portuguesa, em 2009.

Esses problemas a que o autor chama de “sinais do tempo” vão desde a abstenção, com destaque para a abstenção jovem, que denota “raturas geracionais que podem significar uma crise profunda na organização da sociedade”; o voto em branco e o voto nulo, que “traduzem uma forma específica de protesto e de não identificação com as escolhas propostas aos cidadãos”; “a decrescente confiança nas instituições democráticas”; o facto de a representação de interesses conseguir “com maior eficácia influenciar os órgãos de poder e de administração da vida pública”; “a indiferença, falta de participação, não reconhecimento e desconfiança por parte de muitas pessoas relativamente ao cuidado e à gestão da vida pública e política em particular”; “a indiferença e a falta de participação dos cidadãos que se traduz (...) por reduzidas taxas de inscrição ou filiação em associações de carácter político, cívico ou social”; a dificuldade em constituir governos maioritários e de sólida base de apoio parlamentar decorrente das “regras políticas de representação política nacional, acompanhadas das circunstâncias históricas”.

Além dos “sinais do tempo”, António Barreto enuncia diversos problemas políticos estruturais resultantes do facto de “os fundadores do sistema político, receando todas as formas que poderiam desvirtuar um sistema democrático puro e invulnerável, criaram mecanismos de autodefesa, que passadas algumas décadas se revelaram negativos”. Dos problemas políticos descritos por Barreto, salientamos quatro: 1) o método eleitoral que reforça o monopólio partidário (e este acompanha a falta de representação e interesses como complemento da representação política); 2) o sistema de listas partidárias que reforça o poder dos partidos e limita as capacidades de escolha dos cidadãos; 3) a impossibilidade de eleger independentes, representantes de movimentos cívicos ou partidos locais; 4) a disciplina partidária que reforça o “carácter oligárquico” que os partidos assumem cada vez mais, num processo parlamentar quase automático e previsível.

A esta lista somam-se ainda outros problemas como o “curto-circuito de legitimidade e de critérios de representação” entre Parlamento, Governo e Presidente da República, o enfraquecimento dos órgãos representativos em favor de órgãos executivos, assim como a “fraqueza dos órgãos nacionais, a favor de órgãos internacionais” contribuem para a redução da representação do cidadão na política.

Várias são as personalidades que se têm posicionado a favor de uma reforma do sistema político português. No passado mês de Agosto (2014), distintas personalidades criaram um manifesto para a reforma do sistema eleitoral. “O deputado do CDS-PP Ribeiro e Castro e o ex-ministro das Finanças Campos e Cunha são algumas das 30 personalidades que subscrevem o manifesto "Por uma Democracia de Qualidade" (*Expresso*, 24 de Agosto). A ideia do manifesto é pedir uma reforma do sistema eleitoral para aproximar os deputados dos cidadãos:

«.... O objetivo é dar mais poderes aos eleitores e aproximar os deputados eleitos dos cidadãos, explica Ribeiro e Castro, recordando que esta reforma eleitoral já teria sido possível desde há 17 anos. "É o atraso dessa reforma que contribui para um certo atoleiro, um certo pântano em que se tem vindo a viver e um descontentamento crescente da cidadania", apontou, acrescentando que esta é "prioritária", "possível" e que seria melhor que fosse realizada antes do ciclo político que se inicia em 2015. O manifesto inclina-se para "um modelo de conjugação entre a eleição dos deputados em listas plurinominais e a introdução de uma componente de círculos uninominais", que "garanta sempre a proporcionalidade justa e impecável da representação parlamentar", segundo o que fica explícito no próprio documento. A reforma é essencial face aos "efeitos de desmoralização profundíssima na sociedade portuguesa", explica Ribeiro e Castro [...]»

Expresso, 24 de Agosto de 2014

No manifesto é também assinalada a questão do financiamento dos partidos. Os signatários do “Por uma Democracia de Qualidade” defendem que as contas dos partidos políticos sejam auditadas por entidades independentes e credíveis.

3.4 - Eleições: A lei do *blackout* informativo e o progressivo abstencionismo

Sendo as eleições o expoente máximo de um sistema democrático, há que recordar que os últimos atos eleitorais de 2014 tiveram uma particularidade suscetível de análise - a lei do *blackout* informativo dos órgãos de comunicação social às campanhas eleitorais, cujo resultado foi o enfraquecimento da divulgação das propostas políticas dos vários candidatos. Uma situação inédita em períodos pré eleitorais que poderá ter consequências no já evidente desinteresse dos cidadãos às instituições democráticas e àqueles que as representam. O *blackout* informativo tem sido a alvo de críticas da parte daqueles que defendem a democracia e o direito à informação especialmente em momentos tão basilares de uma sociedade como os que antecedem um ato eleitoral.

Atendendo às teorias dos efeitos da comunicação²⁹, formuladas a partir da década de 50, que conferem um papel fundamental aos *media* como mecanismo interferente nas atitudes e escolhas dos cidadãos, podemos afirmar com convicção que o *blackout* tem, direta ou indiretamente, contribuído para agravar o afastamento dos portugueses da política nacional e das instituições democráticas: na exata medida em que os debates televisivos, mesmo que não sejam esclarecedores no conteúdo, conseguem envolver os

²⁹ **Teoria das Balas Mágicas ou da Agulha Hipodérmica**, que subentende que a comunicação social, na altura dos primeiros estudos a propósito da propaganda da I Guerra Mundial, tem influência directa sobre as pessoas e a sociedade, podendo só por si provocar mudanças de opinião e de comportamento das pessoas); **Teoria do Two Step e Multi-Step Flow of Communication** (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet publicaram “*The People’s Choice: How the voters makes his Mind in a Presidential Campaign*”, em 1944, relativamente à influência da imprensa e da rádio sobre a decisão de voto dos cidadãos. Em 1954, Lazarsfeld e Mcphee escreveram a obra “*Voting: a Study of Opinon Formation During a Campaign*”); Estudos sobre a persuasão (Hovland, Lumsdaine e Shelffiel – 1949), Wolf (1987); **Teoria do Agenda Setting ou Teoria do Agendamento** (McCombs e Shaw, 1972): os meios de comunicação social tem a capacidade de agendar temas que são objecto de debate público em determinados momentos. Quanto maior é enfase dos media sobre determinado tema e quanto mais tempo esse tema perdura na agenda noticiosa, maior é a importância que o público confere a esse tema na sua própria agenda; **Teoria da Tematização** (Niklas Luhmann, 1978): para Luhmann (1978) e restantes teóricos da tematização (como Saperas, 1993), a opinião pública não é inteiramente livre, pois manifesta-se como uma estrutura dependente da valorização que os meios de comunicação social dão aos temas políticos, valorização essa que é feita em função dos critérios de noticiabilidade. Dito de outra maneira, passa por ser opinião pública aquilo que se diz nos *media* sobre os grandes temas políticos. **Espiral do Silêncio** (Elisabeth Noelle-Neumann): verifica-se quando os cidadãos aceitam aquela que parece ser a opinião dominante como sendo a sua, inibindo-se de revelar a sua verdadeira opinião e entrando numa “espiral de silêncio” no processo de formação de opinião pública. A respeito destas e de outras teorias dos efeitos da comunicação, ler o capítulo 7 da obra de Jorge Pedro Sousa, *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* (2006), Porto, 2ª edição revista e ampliada. Disponível online em www.bocc.ubi.pt

cidadãos no debate e suscitar interesse na questão de saber quem ganha e quem perde na argumentação e, posteriormente, no ato eleitoral.

Os debates políticos permitem fortalecer algumas das ideias preconcebidas dos indivíduos, se essas forem também as ideias defendidas por um dos intervenientes. São, independentemente da capacidade política e argumentativa dos seus intervenientes, momentos confrontacionais saudáveis para a democracia e o para o debate público. Num sistema democrático é a pluralidade de visões que permite aos cidadãos efetuarem escolhas. Ora, quanto menos informação disponibilizada, mais os cidadãos se inibem de tomar decisões. Principalmente aqueles que não procuram informação nos jornais e se baseiam unicamente naquilo que o meio televisivo lhes oferece.

Apesar de no geral as várias teorias dos efeitos da comunicação revelarem que os *media* têm maior impacto ao nível das perceções da realidade e das cognições do que propriamente ao nível da mudança de atitude e comportamentos (na hora do voto, por exemplo) e que os efeitos dos *media* variam consoante o recetor e o contexto da receção, Semetko (1995) citado por Jorge Pedro Sousa, sustenta que as pessoas com pouca informação política são mais influenciáveis pelas notícias, alterando mais facilmente atitudes e comportamentos do que as pessoas com mais informação (Sousa, 2006: 482).

Mesmo assim e aceitando a tese de Semetko, decisões como a do *blackout* informativo afastam ainda mais os cidadãos do debate e, conseqüentemente, do voto. Primeiro, porque as pessoas com pouca informação política são precisamente aquelas que não procuram informação. Segundo, porque a sua decisão de votar ou não baseia-se na informação disponibilizada pelo seu meio preferencial, neste caso, a televisão. E terceiro, tomando como exemplo as últimas eleições europeias, porque o debate político e o debate de ideias na campanha eleitoral se faz sobretudo nos jornais considerados de referência, como é o caso do *Público*, com um público-alvo de uma classe política, social, económica e cultural específica e pouco abrangente, afastando da discussão aqueles que apenas veem o noticiário das 20 horas na televisão e que à partida já se encontram tremendamente desmotivados para a política. Essa desmotivação e descrença na política está muito relacionada com o confronto de expectativas e desilusões que a classe política têm provocado nos cidadãos/eleitores desde o 25 de Abril de 1974.

A este cenário de afastamento dos cidadãos da política soma-se ainda a sensação generalizada de que os políticos “são todos iguais”, incompetentes e desonestos e que,

por essa razão, não vale a pena votar em qualquer que seja o político. Esta ideia sucessivamente repetida generalizou-se na sociedade, sem que a maioria dos cidadãos consigam fundamentar que características político-ideológicas ou de personalidade os tornam espelhos uns dos outros. Consideramos que generalizações deste tipo, além de serem perigosas e injustas, contribuem avultadamente para o desinteresse e apatia política que se reflete nos momentos concretos de manifestação cívica.

É amplamente notório que a participação cívica dos portugueses está a deteriorar-se, ao mesmo tempo que o debate político está a deixar de ser um debate de ideias para passar a ser apenas propaganda de *slogans* publicitários de frases feitas, que não é capaz de promover a participação democrática dos portugueses. Tal como refere Estrela Serrano (1999) as notícias sobre a política são, sobretudo sobre a luta pelo poder, deixando para outro plano a governação, isto é, os políticos dedicam mais tempo a dar visibilidade às suas ações do que propriamente a refletir e a decidir.

Apesar da panóplia de meios informativos, potenciados pelas inovações tecnológicas que nos provocam a sensação de superinformação, vivemos uma época paradoxal. Por um lado, há mais informação do que nunca disponível em múltiplos formatos, por outro lado, os discursos informativos não conseguem potenciar o telespectador/consumidor de conteúdos como cidadão ativo na vida democrática. A televisão, e todos os outros meios de comunicação social, assim como os políticos e as suas equipas de comunicação, cada vez menos conseguem mobilizar e envolver os cidadãos no sentido objetivo do voto. A renovação e reinvenção dos dois campos poderá ser a solução para inverter este panorama. Patterson (2011) refletiu sobre esta problemática no Seminário “Media, Jornalismo e Democracia” organizado pelo Centro de Investigação de Media e Jornalismo, em Lisboa, apresentando-nos um ponto de vista com o qual tendemos a concordar. O professor e investigador está convencido que demasiados *media* podem resultar num público menos informado porque com mais hipóteses de escolha, nomeadamente devido à disseminação dos canais por cabo, os cidadãos tendem a optar por consumir apenas aquilo que realmente gostam, ou seja, entretenimento. Segundo o autor, o estado de “desinformação geral” deve-se à «alteração

radical das condições de receção: a disseminação de canais por cabo destruiu o hábito de consumir notícias» (Patterson, 2011: 7³⁰)

Comentadores políticos

3.5- “Autoridades cognitivas” e “líderes de opinião”

Não é tarefa fácil atribuir uma definição absoluta do que é ser comentador político. Ser comentador não pode ser considerado uma profissão, no sentido em que não há um código de conduta escrito, um corpo de conhecimentos, uma autoridade profissional e uma cultura profissional. No entanto, podemos caracterizar estas personalidades, tal como Zelizer o fez, como “autoridades cognitivas” de elevado estatuto simbólico na sociedade e com poder na formação de opinião pública e com elevada capacidade de influência social. Brian McNair (2011: 81) utiliza a expressão “*pundit* journalits” ou “*experts*” para se referir a este grupo restrito de pessoas. *Pundit* é um termo que data do século XIX que ainda sobrevive na Índia. Segundo o autor, o termo refere-se a uma pessoa culta ou a um professor que não representa apenas uma autoridade mas uma figura pública reconhecida. O jornalista *pundit* é alguém que o leitor de um jornal reconhece como uma autoridade em assuntos políticos, transforma-se numa fonte que forma opinião, marca a agenda e a evolução de determinados temas. Para alcançar esse estatuto, o jornalista *pundit* tem de ser aceite pela classe política onde se move, obtém informação e estabelece julgamento.

Esta conceção aplica-se aos comentadores da área da política, sobretudo os que intervêm na televisão, com a particularidade que estes na sua grande maioria são indivíduos que pertencem ou pertenceram ao mundo da política e que mantêm proximidade com o poder político. Podemos ainda classificar este grupo como “líderes de opinião”. Estes são indivíduos “muito envolvidos e interessados no tema e dotados de melhores conhecimentos sobre ele [...] Representam uma parcela da opinião pública que procura influenciar o resto do eleitorado” (Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, 1944:49 cit *in* Wolf).

³⁰ Revista Jornalismo e Jornalistas, n.º. 45. Tema 1: Democracia, Media e Jornalismo – Mais informação, menos conhecimento e pior democracia, pp. 6 - 11

A influência dos comentadores na formação de opinião pública e até mesmo na maneira como os políticos dirigem determinados temas é enorme. Um comentário na televisão, um editorial ou um artigo de opinião chegam a atingir um impacto que muitas organizações políticas não conseguem. É, de certa forma, para colmatar o vazio democrático resultante do enfraquecimento dos partidos políticos enquanto forças mobilizadoras dos cidadãos, que os media passaram a ter um papel decisivo no campo político.

Os atores políticos desejam atrair a atenção e o apoio dos eleitores fazendo tudo para interessar os jornalistas, através de estratégias que, por sua vez, dão origem a uma complexa rede de relações entre políticos, conselheiros e jornalistas. O que nos remete para a ideia de que o centro do novo sistema político ser o espaço mediático. Os comentadores, por seu turno, são indivíduos com características especiais no que toca à capacidade de comunicação – dominam a linguagem dos *media* e sabem com exatidão a que público que se dirigem. Fazem um trabalho de desconstrução dos discursos políticos que os jornalistas não fazem para não serem acusados de falta de independência. A desconstrução feita pelos comentadores/analistas permite explicar ao público, com clareza, determinados assuntos ou comportamentos de atores políticos que através da leitura da notícia não seria possível.

«Na lógica jornalística, a informação disponibilizada sob a forma de notícia não é suficiente para satisfazer as necessidades de informação do público» (Figueiras, 2008), sobretudo numa sociedade de superinformação tendencialmente caótica devido à proliferação de plataformas noticiosas, onde qualquer indivíduo pode participar. Por isso, o comentário é considerado como um complemento da notícia e converte-se assim num género jornalístico explicativo e contextualizante dos factos mais destacados da atualidade. Os comentadores afiguram-se, tal como os jornalistas, como “comunidades interpretativas”, ideia difundida por Zelizer e apropriada nos demais estudos sobre o tema.

3.6 – Comentadores como aglutinadores de opinião pública

Partindo da premissa de que os *media* sustentam e produzem aquilo a que chamamos comumente de opinião pública, e os comentadores assumem uma grande importância na consolidação dessa opinião, torna-se imperioso aflorar o que é afinal a

opinião pública no contexto de uma democracia representativa e à luz da representação que os *media* fazem do ideal democrático. As abordagens do termo são múltiplas e variadas:

Em primeiro lugar, o espaço opinião como reflexo do espaço público mostra-nos a “representação da representação” que as publicações possuem do que consideram ser o imaginário democrático do seu público leitor – imaginário social que reflete a cultura ateniense do que é a democracia (Figueiras, 2008).

Para Rita Figueiras, a imprensa reproduz essa representação da democracia através de duas etapas: primeiro, do lado dos *media*, através de discursos e estratégias argumentativas dos protagonistas socialmente reconhecidos para tal, para os quais existem diversos conceitos abordados anteriormente: “jornalistas *pundit*” (McNair), “líderes de opinião” (Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, Wolf), “comunidade interpretativa” (Zelizer) ou ainda *opinion makers*, conceito utilizado para denominar a tarefa dos comentadores como “fazedores” de opinião). Segundo, do lado do leitor, que opta pelo modelo democrático presente nos jornais, mediante o seu modelo cognitivo e a sua representação social de democracia (Figueiras, 2008).

É preciso, ainda, fazer uma diferenciação entre dois sentidos distintos atribuídos ao conceito. Segundo a tradição liberal, a opinião pública é identificada com os membros mais esclarecidos da comunidade, com competências socialmente reconhecidas para produzir opiniões válidas. A questão da legitimidade traduz-se na qualidade da opinião produzida relacionada com a competência reconhecida de quem a produz, os *opinion makers*. Este tipo de opinião pública encontra-se, por exemplo, as colunas de opinião e nos editoriais dos jornais.

Num sentido contemporâneo, esclarece-nos Rita Figueiras (2008) a opinião pública corresponde à democracia de massas, ou seja, a sua legitimidade radica no valor abstrato da igualdade entre todos os indivíduos. A opinião pública legítima corresponde à opinião da maioria e encontra-se expressa, por exemplo, nas cartas de leitor e nos inquéritos aos cidadãos anónimos. Nos órgãos de comunicação social impera a prática de opinião pública no sentido da tradição liberal, uma vez que são preferencialmente os líderes de opinião a participar nela. Apesar de, com o aparecimento dos canais televisivos de informação contínua e o seu desenvolvimento, já se dê espaço e voz ao “público” em programas denominados, por exemplo, “Opinião Pública”, na *SIC Notícias*, “Discurso

Directo”, na *TVI 24* e “Antena Aberta” na *RTP1*. E nos jornais, noutra dimensão, nas cartas ao diretor.

A Internet e a viralidade das redes sociais permitem que hoje se perceba melhor a opinião pública (que nunca poderá ser o espelho da opinião publicada) dos cidadãos através dos comentários a cada notícia e da facilidade com que o utilizador comum profira também ele próprio a sua análise numa plataforma pública ou privada. Contudo, entendemos que a opinião pública, aquela que é publicada e mediatizada, e que se assume como *agenda-setter*³¹, nunca poderá ser o reflexo exato da opinião da maioria dos indivíduos. Qual é a distância que vai da opinião pública à opinião publicada? A opinião pública, veiculada pelos meios de comunicação social, lugar do debate público contemporâneo (por vezes, meramente simbólico) não corresponde à opinião da maioria, muito menos diz respeito a consensos formados na sociedade.

Vários autores fazem uma abordagem negativa dos efeitos da emergência da comunicação de massas na sociedade e apresentam o conceito de opinião pública intimamente relacionado com a massificação das sociedades e o aumento do fluxo de informação: «A opinião pública dos nossos dias é resultante, por um lado, da crise do seu próprio modelo anterior, o modelo liberal. Mas por outro lado, ela é também o resultado das condições sociais particulares que marcaram o processo de desenvolvimento das nossas sociedades» (Esteves, 1997: 7). Segundo a análise que Esteves faz, essas condições são, de um modo geral, a intersecção de dois fenómenos, a democracia de massas – democracia do público – e a intensificação dos fluxos de comunicação e informação, aquilo a que comumente chamamos sociedade de informação. Para este autor, a opinião pública já não é constituída por públicos mas corresponde a uma opinião da massa, constituída por novas formas de sociabilidade e de novas formas de agregação social dos indivíduos que têm por base relações sociais mais frágeis, superficiais e burocratizadas. «A massificação das sociedades são processos que a partir de determinado momento passam a cruzar-se e a entrelaçar-se de forma mais estreita» (Esteves, 1997: 2). Relativamente ao fenómeno da emergência da democracia de massas, Wolton (1999) identificou duas consequências contraditórias que resultaram na crise do elo social.

³¹ Teoria do Agendamento ou Agenda- Setting de McCombs (1972), segundo a qual os meios de comunicação social têm a capacidade de agendar temas que são objecto de debate público em determinados momentos. Quanto maior é ênfase dos media sobre determinado tema e quanto mais tempo esse tema perdura na agenda noticiosa, maior é a importância que o público confere a esse tema na sua própria agenda.

«... O resultado é, aquilo a que eu chamo a *sociedade individualista de massas*, na qual coabitam dois dados estruturais, ambos normativos mas contraditórios, constitutivos da nossa realidade social e política: a valorização do indivíduo em nome dos valores da filosofia liberal e da modernidade; a valorização do grande número, em nome da luta política a favor da igualdade [...]» (Wolton, 1999: 80)

Paralelamente à emergência das massas e às novas formas de sociabilidade surgiram aspetos negativos no que toca à participação dos indivíduos na sociedade civil, caracterizada por uma apatia e desinteresse pelos assuntos que engrossam uma opinião massificada, da qual os indivíduos fazem parte quase sem terem contribuído para ela. Os indivíduos abandonam assim a dinâmica de comunicação argumentativa racional, ao ponto de se considerar que «a ascensão da massa corresponde ao marasmo do público» (Esteves, 1997: 3). As consequências da passividade dos cidadãos na formação da opinião pública são nefastas e reafectem-se a nível político mas também a nível social, precisamente no plano dos direitos individuais, do exercício da cidadania e da vida democrática. É cada vez mais evidente afastamento dos portugueses em relação à política, como já o notámos anteriormente, sobretudo nos momentos eleitorais.

Se analisarmos a relação da opinião pública com o Estado, verificamos que existe uma relação de dependência específica entre os dois. «A opinião pública foi indexada por este [pelo Estado], tornou-se uma espécie de organismo oficial, um artefacto político que se destina a produzir um efeito de consenso» (Bordieu, 1984, cit *in* Esteves, 1997: 4), tornando-se assim numa ferramenta poderosa e perigosa do Estado. Trata-se, pois, de uma “força abstrata” (Nilza, 2007: 270) que não tem o mero objetivo de formar uma opinião qualquer, mas sim ser «o reflexo multifacetado de opiniões construídas e cristalizadas previamente» (Esteves, 2007: 6)

Lazarsfeld (1948), partindo da teoria funcionalista dos *mass media*³², sugere que a exposição a grandes quantidades de informação, característica da sociedade de

³² «Na evolução geral do estudo das comunicações de massa – que acentuou progressivamente as relações entre fenómenos comunicativos e contexto social, a teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa que consiste na definição da problemática dos *mass media* a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e do contributo que as suas componentes (*mass media* incluídos) dão a esse funcionamento. Já não é a dinâmica interna dos processos comunicativos (como é típico, sobretudo, da teoria psicológico-experimental) que define o campo de interesse de uma teoria dos *mass media*, é a dinâmica do sistema social e o papel que nela desempenham as comunicações de massa. A teoria funcionalista dos *mass media* representa, assim, uma etapa importante na crescente e progressiva orientação sociológica da *communication research*» (Wolf, 1985: 25)

informação ou sociedade de massas, pode provocar a chamada “disfunção narcotizante” (Wolf, 1985):

«Esta define-se como disfunção e função, partindo do princípio de que a existência de grandes massas de população politicamente apáticas e inertes é contrária ao interesse de uma sociedade moderna [...] O cidadão interessado e informado pode deleitar-se com tudo aquilo que sabe, não percebendo que se abstém de decidir porque e de agir. Em suma, considera o seu contacto indirecto com o mundo da realidade política, a leitura e a audição de rádio como substitutos da acção. Chega a confundir o conhecimento dos problemas e do dia com o fazer qualquer coisa a propósito [...] É evidente que os meios de comunicação melhoram o grau de informação da população. Contudo, pode acontecer que, independentemente das intenções, a expansão das comunicações de massa esteja a desviar as energias humanas da participação activa para a transformar em conhecimento passivo»

Lazarsfeld – Merton, 1948: 85. cit *in* Wolf

Partindo da mesma ideia, Dominique Wolton afirma que há nas sociedades de massas um desfasamento entre conhecimento e ação. "O cidadão ocidental é, como já tenho afirmado muitas vezes, *um anão em matéria de acção e um gigante em matéria de informação* no sentido em que, em meio século, alargou consideravelmente a sua percepção do mundo, sem poder alargar, proporcionalmente, a sua capacidade de ação” (Wolton, 1999: 125).

Em suma, apresentamos aqui diversas abordagens críticas acerca do conceito de opinião pública. Todas elas subentendem o afastamento do cidadão da conceção ativa dessa opinião; consideram-na como uma força institucionalizada, ligada ao poder político, e como tal, um instrumento para criar consensos numa sociedade que, na realidade poderá ser muito mais heterogénea do que aquilo que os *media* refletem. Dito de outra forma, «a opinião pública serve como instrumento de controlo social mas também de coesão social» (Midões, 2008: 13). Mesmo assim, corroboramos a ideia de que «pelo menos, esta superinformação tem a vantagem de dar ao cidadão ocidental - o único que acede livremente a todas as informações - a sensação de estar mais ou menos ao corrente dos problemas essenciais. A situação seria pior se o cidadão não só não tivesse

grande capacidade de ação como estivesse, além disso, isolado do mundo» (Wolton, 1999: 155)

3.7- Homogeneidade da opinião pública dos comentadores

De acordo com Magalhães (cit *in* Figueiras, 2008) as atitudes dos portugueses em relação à democracia são multidimensionais e independentes entre si. Se por um lado, os portugueses atribuem legitimidade aos processos de eleição democrática, por outro lado, existem sentimentos de descontentamento face aos políticos e às instituições.

E o espaço opinião – que é ocupado por uma elite de personalidades com capital social simbólico e notoriedade pública – em vez de funcionar como uma instância agregadora de interesses sob a forma de debate público, expulsa e afasta de si um dos principais protagonistas da comunicação política. Esta foi uma das conclusões da investigação de Rita Figueiras que analisou os espaços de comentário da imprensa de referência em Portugal, de 2000 a 2005. O estudo conclui que se geram no “Espaço Opinião” pouco mais do que “pseudo-debates” estruturados em “pseudo-polémicas” (Figueiras, 2008). O levantamento e estudo de 6870 de artigos de opinião permitiu verificar que a “política nacional” predomina no espaço opinião, representando 42% dos artigos analisados.

As fracas vendas de jornais são mais um indicador do afastamento dos cidadãos da política, como podemos analisar através da quebra abrupta de venda de jornais na última década. Vários fatores concorrem para o desapego dos portugueses à leitura de jornais, principalmente daqueles que são considerados “elitistas e intelectuais”. Certo é que os jornais de referência portugueses como o *Público* e o *Expresso* têm uma relação estreita com a política e são, ao mesmo tempo, dependentes dos grandes grupos económicos que os detêm, e estes terão um interesse particular em manter vivas as suas publicações politizadas. Deter um jornal é, porventura, a melhor maneira de garantir poder numa sociedade, mesmo que na prática o jornal não se materialize diretamente em lucros para os empresários que o financiam. Parece-nos que é consensual que os jornais não são propriamente uma fonte de lucro.

Ainda assim, não podemos reduzir a questão desta forma, desde logo porque existem outros aspetos a ter conta quando falamos do desinteresse dos cidadãos pelos jornais. Os portugueses não são um povo dado a leituras de jornais, essencialmente porque a sociedade portuguesa está melhor formatada para ouvir do que para ler³³. É fácil perceber isso quando olhamos para os níveis de analfabetismo no país e a sua lenta diminuição – em 2012, de acordo com dados do INE, meio milhão de portugueses eram analfabetos (*Expresso*, 20 de Novembro de 2012). Apesar de a taxa de analfabetismo ter caído para metade em dez anos, continua a ser o valor mais elevado da Europa. O desinteresse pela informação no papel agrava-se quando as publicações abordam assuntos que não despertam interesse ao público que prefere outros formatos de notícia – os jornais tabloide, como o *Correio da Manhã*, e os jornais desportivos – *a Bola* e o *Record*.

Consideramos, mesmo assim, que não se trata só de uma questão de desinteresse político, mas também de dificuldade de compreensão e interpretação dos textos noticiosos. Os dois fatores juntos são, em nosso entender, a grande base da fraca circulação de jornais em Portugal. Exatamente por essa razão devemos atender ao papel dos que intervêm de modo ativo na formação de opinião pública sobre determinadas matérias políticas. Isto porque o discurso dos comentadores da área da política corrobora a ideia de uma opinião dominante e dominadora, seja ela a favorável ou desfavorável ao Governo que afasta o cidadão comum, inibindo-o de tomar uma posição concreta face à informação que lhe é facultada.

Não é nossa pretensão afirmar que o espaço dos comentadores não é, em termos estruturais, um aspeto positivo da deslocação do debate público político para os *media*. O debate político, pelo menos aquele que é feito nos *media* e em especial nas televisões, está nas mãos de determinadas elites próximas do poder, aquilo a que a investigadora da área dos *media*, Felisbela Lopes (2014)³⁴, denomina “confraria restrita” de indivíduos que se movimenta nos *media* numa estrutura circular. O cidadão, unidade individual da massa,

³³ O analfabetismo em Portugal está certamente relacionado com a própria história e a cultura religiosa católica do país. O costume antigo de ir à missa ouvir o padre ler e interpretar o que está escrito na Bíblia, quando comparado com o número de pessoas que autonomamente a liam, revela que não surgiu agora na sociedade portuguesa a “cultura do ouvir”. Esta ideia reflecte totalmente a crítica de Zelizer quando se refere à necessidade de incluir nos estudos sobre jornalismo outros domínios da sociedade, muito além do da política, como por exemplo a religião.

³⁴ LOPES (2014), Felisbela (Coordenadora), LOUREIRO, Miguel, NETO, Ivo, *O real (ainda) mora aqui?: Os convidados e a participação dos espectadores na tv informativa*, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CES) da Universidade do Minho. Disponível em e-book: http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/124

não participa na discussão de forma ativa, reflexiva e crítica. O seu envolvimento é cada vez mais passivo e a sua participação é muitas vezes induzida pela referida sensação de consenso, e ainda arrastada pelos comentadores para o seu espaço mediático.

Por seu turno, os comentadores, que se regem por uma agenda política e que até podem estar ao serviço dos mais diversos interesses económicos e políticos sem que nos apercebamos disso, seleccionam os temas que consideram importantes e sobre os quais querem falar. Ao fazê-lo estão a formar opinião e atribuí-la voluntária ou involuntariamente ao público quando na verdade aquela é apenas a opinião do comentador ou dos seus grupos de socialização.

Nos artigos analisados respeitantes à imprensa de referência nacional, Rita Figueiras (2008) identificou uma homogeneidade da agenda dos comentadores e das opiniões, caracterizada pelo elevado criticismo e negativismo, decorrente de mecanismos de construção coletiva de quadros mentais. A explicação encontrada reside no facto de os comentadores serem geralmente indivíduos que frequentam os mesmos locais de debate, que partilham ideias, discutem-nas entre si, e que nos dão a sensação de que escrevem sobretudo para se lerem uns aos outros. O que nos leva a outro aspeto dos debates/análises políticas nos órgãos de comunicação social: a hegemonia³⁵ nas ideias transmitidas pelas individualidades mediáticas que tornam a sua prestação quase previsível.

Todo o cenário pessimista traçado pelos comentadores tem efeitos também negativos ao nível da qualidade do regime democrático, fazendo com que aumente a distância entre representantes e representados de duas formas. Rita Figueiras (2008) recorrer a uma expressão de Magalhães para explicar o impacto que a homogeneidade de opiniões tem em termos políticos. Por um lado, o discurso negativo e consensual dos comentadores faz com que aumente o universo dos “democratas desafetos”, ou seja, os discursos descredibilizadores das instituições políticas e dos políticos, junto do público que partilha a mesma opinião, reforça esse sentimento. Por outro lado, junto do público que não concorda com a opinião dominante, mas que reconhece a sua relevância simbólica, acaba por considerá-la como dominante e entrar numa “espiral do silêncio” –

³⁵ Apesar de se tratar de um conceito que remonta à tradição marxista num espaço social distinto do actual, por hegemonia entendemos o processo de formação de consensos através do qual o domínio por certos grupos é imposto sobre os outros. Esse domínio não é estável, é uma luta permanente entre as várias forças sociais que vigoram na sociedade. Os *media* têm um papel activo nesta luta dialéctica: promovem ideias hegemónicas mas, por vezes, constituem-se também como uma figura contra-hegemónica.

teoria social da autoria de Noel Neumam que explica a passividade do ser humano quando é dominado pela ideia da maioria, inibindo-se de defender aquilo em que acredita porque contraria a ideia dominante.

Capítulo IV

O 'Espaço Público' do Público

4.1- A política não é tudo mas envolve tudo

Quantos de nós folheamos o jornal de trás para a frente para ler, primeiro que tudo, os textos de opinião? Ou, quantos de nós clicamos no artigo de opinião daquela personalidade que gostamos de ler e com a qual até simpatizamos? Ou ainda, quantos de nós gostamos de partilhar nas redes sociais uma peça de opinião daquele comentador que não gostamos, contrariando e/ou criticando avidamente os argumentos do autor? Além do carácter informativo, os artigos de opinião fornecem ao leitor posições fundamentadas sobre determinado tema.

É normal que assim seja, num universo de informação tão dilatado, que chega a ser complicado ter uma perceção geral e organizada das notícias. Os comentários surgem como ferramentas indispensáveis para perceber quais são os assuntos que estão na ordem do dia e permitem a leitura de formas estruturadas de pensamento. Isto é, servem o propósito de informa e demonstram, ao mesmo tempo, maneiras de pensar cada assunto.

A preocupação dos investigadores dos *media* reside no facto de estas opiniões mostrarem apenas uma maneira de pensar. Por isso, é frequente falar-se no poder hegemónico dos *media* e da opinião pública. O politólogo André Freire, que também é colunista no *Público*, fala a este respeito de uma “ortodoxia neoliberal hoje hegemónica” (2014). O politólogo evidencia que, mais do que uma hegemonia de partidos políticos (neste caso, do PSD) na televisão, há uma hegemonia nas ideias que todo o universo de comentadores defendem. A constatação de uma presença hegemónica nos *media* de determinadas elites, políticas ou não, contraria a ideia-chave do ideal democrático que requer, não apenas um público informado, mas também que o debate seja aberto a uma pluralidade de vozes e perspectivas capazes de fornecer um espectro reflexivo mais amplo quanto possível.

José Vítor Malheiros, na qualidade de colunista do *Público*, ajuda-nos a compreender a importância dos artigos de opinião, numa altura em que o jornalismo se tornou, na sua opinião, menos informativo em nome de uma certa independência que,

ironicamente, transforma os *media* em correntes de transmissão de ideias hegemónicas. José Vítor Malheiros faz uma análise com a qual tendemos a concordar. O autor reconhece que uma das grandes alterações do panorama mediático dos últimos anos, em Portugal e não só, foi a relevância conquistada pelos artigos de opinião. No entanto e embora também estes sejam “sectários”, esta conquista de espaço da “Opinião” deve-se ao facto de os cidadãos não encontrarem informação necessária nas notícias jornalísticas.

«Hoje em dia, uma percentagem elevada de leitores de jornais e *sites* começa a sua leitura diária pela secção de Opinião e dedica a estes textos um tempo muito superior ao que dedica aos textos noticiosos. O êxito dos *blogs* na primeira década do século ou das redes sociais nesta década é aliás um reflexo desta valorização da opinião, ainda que produzida por autores muitas vezes comprometidos ou mesmo fortemente sectários. Porque é que essa parcialidade dos pontos de vista não reduz de forma dramática a audiência e a credibilidade dos opinadores? Porque a parcialidade é compensada pela enorme riqueza e variedade de pontos de vista disponível na Internet e pelo controlo que o sistema de comentários consegue fazer, corrigindo erros e compensando exageros»

14 de Janeiro, *Público*

Para o jornalista, a emergência da opinião não seria um problema se não se desse o facto de que os cidadãos procuram cada vez mais informar-se através dos artigos de opinião e/ou humorísticos exatamente porque a “informação já não pode ser extraída da atividade jornalística e das notícias em particular”. José Vítor Malheiros critica aquilo a que chama a presença de propaganda partidária hegemónica nos órgãos de comunicação social. Diz-nos o jornalista:

«Quem quiser saber o que se passa de facto na política portuguesa ou europeia, quais serão os impactos desta ou daquela política, tem hoje de dedicar um tempo insano à leitura de *blogs* de especialistas e comentadores independentes, de textos de organizações partidárias e profissionais, de estudos académicos. O jornalismo costumava fazer-nos poupar tempo mas deixou de o fazer. O que o grosso do jornalismo hoje nos oferece (e a televisão tem aqui o principal papel) não é mais do que a repetição de um discurso hegemónico, de carácter propagandístico, de direita (defensor da desigualdade), que nos repete que não há alternativa

(TINA [There is no alternative]) ao crescimento da pobreza, à desigualdade, ao enriquecimento dos mais ricos, à destruição do estado social, à degradação do trabalho, à exclusão dos pobres.

Isto não significa que a função de *fact checking* do discurso do poder não seja feita (esporadicamente) por alguns jornalistas e órgãos de imprensa, mas significa que essa função é silenciada por uma enxurrada de propaganda, que os media repetem, com a desculpa de que estão “a citar o primeiro-ministro” ou outra semelhante e com o argumento (verdadeiro) de que não possuem meios para verificar tudo o que o homem diz [...]»

***Público*, 14 de Janeiro de 2014**

É importante referir que muitos assuntos começam por ser discutidos por estarem na ordem do dia, sem que pertençam à esfera política, mas depressa podem deslocar-se para esse campo e ocupar a agenda política e a agenda dos comentadores. O debate sobre as praxes académicas, resultante do caso das mortes de estudantes na praia do Meco, e a morte de Eusébio, envolvendo toda a discussão sobre o Panteão Nacional, são dois exemplos que expressam bem essa situação.

Questões como a co-adoção de crianças por casais do mesmo sexo (projeto-lei apresentado pela deputada socialista Isabel Moreira) são transversais a várias áreas do jornalismo. No jornal *Público* o tema da co-adoção é tratado pela secção sociedade. Todavia, no período analisado, a discussão fez-se sobretudo ao nível político, tendo suscitado outros debates como o da disciplina de voto a que os deputados social-democratas tiveram de seguir, aquando da votação do projeto lei da co-adoção. Por se tratar de um tema fraturante em termos sociais, mas também por expor os políticos a profundas divergências ideológicas, nomeadamente no seio do PSD, e por ter levantado outras questões relativas à organização dos partidos tidas como pouco democráticas, o assunto foi muito discutido no ‘Espaço Público’ do jornal.

Outro exemplo da transversalidade da política foi a discussão da “crise na Ciência” – um tema que poderia ser incluído na secção ‘educação’ ou ‘ciência’ – originou muitas críticas ao Governo, nomeadamente à atuação do Ministério da Educação e Ciência, liderado por Nuno Crato. A discussão sobre os cortes nas bolsas para investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) prolongou-se no tempo,

tendo resultado num debate público sobre as consequências desastrosas para o futuro do país da austeridade implementada pelo governo de Pedro Passos Coelho. Esta foi uma altura em que a opinião publicada condenou severamente a “ideologia da direita” e a responsabilizou por retrocessos no âmbito da educação, formação, ciência e investigação. No *Público*, foi notória a homogeneidade de opiniões críticas em relação ao executivo. Tendo em conta a ligação do jornal ao universo académico, é natural que o tema tenha suscitado debate.

Comentadores como Santana Castilho, André Freire, Vasco Pulido Valente, João Carlos Espada, Rui Tavares e José Vítor Malheiros revelaram unanimidade na crítica à política de cortes na educação e na ciência, bem patente no texto “Atacaram o Portugal do futuro” de Rui Tavares:

«Este governo, decididamente, está a deixar obra para lá do seu mandato. Não quer só destruir o país agora. Quer deixá-lo sem possibilidades de se reconstruir depois. Em três anos, deve haver poucas coisas que escapem à sanha empobrecedora deste governo. Àquelas a que o memorando da *troika* não obriga lá chegarão eles certamente. (...) É pois perfeitamente adequado que a última vítima do governo tenha sido o investimento em ciência. Porque não?»

***Público*, 22 de Janeiro de 2014**

Pelo contrário, José Manuel Fernandes defende um ponto de vista distinto, considerando que «ao lado da excelência há muitas Instituições medianas e medíocres, incapazes de se renovarem e cheias de ‘instalados’» (*Público*, 24 de Janeiro). O antigo colunista do *Público* e atual diretor do jornal *online Observador* destaca-se dos restantes colunistas por ser otimista em relação ao futuro do país. Veja, por exemplo, a crónica «O mundo não está assim tão mal» (*Público*, 3 de Janeiro): «O pessimismo está na moda, pelo que vou ser otimista. Racionalmente otimista: houve mais progressos do que retrocessos em 2013»

A morte do antigo futebolista Eusébio da Silva Ferreira a 6 de Janeiro também esteve na agenda política. Os discursos políticos que levantaram a questão do Panteão Nacional foram encarados pelos colunistas do jornal como um oportunismo político. “Eusébio, o Panteão e certas conveniências políticas” (editorial, 7 de Janeiro), “Eusébio

nacionalizado” (Manuel Loff); “Eusébio e o Panteão Nacional” (Vasco Pulido Valente) são alguns exemplos. O tema permaneceu no ‘Espaço Público’ durante várias semanas.

4.2- *Corpus* de análise e procedimentos metodológicos

O estudo em causa envolve a utilização de uma metodologia quantitativa para determinar a dimensão da amostra e poder classificá-la de acordo com os propósitos da investigação. Para estudar o “Espaço Público” do jornal, escolhemos o período temporal do estágio curricular, os meses de Janeiro a Março de 2014. Durante este período foram publicados 670 artigos de opinião, incluindo os editoriais. Através deles pretendemos determinar a predominância de peças dedicadas à política nacional - tematização dos artigos -, o que implica definir uma grelha de temas tendo em conta dois aspetos centrais. Por um lado, os temas não são estanques – dependem fortemente da agenda noticiosa do período em análise que, por sua vez, se reveste de um carácter de imprevisibilidade próprio do universo noticioso. Por outro lado, essa mesma agenda revela-se dominada pela crise que o país atravessa, sobretudo desde 2008, período em que Portugal foi submetido a intervenção externa financeira. Esta particularidade pode ter sido, aliás, uma dificuldade metodológica acrescida, uma vez que, nunca como agora, os temas nacionais se fundiram tanto com os assuntos da “União Europeia”, e estes com assuntos políticos, económicos e/ou sociais. A questão não reside tanto no facto de a delimitação de cada tema nem sempre ser clara. A especificidade da conjuntura política, económica e social, não permite que os vários campos se autonomizem e, conseqüentemente, que o discurso político ignore o contexto social e económico do país.

Esta permeabilidade do campo da política a outros campos, e vice-versa, é uma característica intrínseca ao próprio exercício da política e à disputa pelo poder (seja do lado de quem faz oposição, seja da parte de quem está no poder). Há, por certo, uma relação direta entre a crise e a tendência para uma crescente politização de todos os campos da sociedade e uma centralização da política. O discurso político diz-nos que a política é, resumidamente, a razão de todos os problemas, mas ao mesmo tempo, a solução para esses mesmos problemas.

Além da tematização dos artigos, pareceu-nos oportuno traçar um perfil dos autores desses mesmos textos. Consideramos importante perceber quem são os intervenientes na formação de opinião no jornal, relacionando os campos profissionais onde atuam com a discussão política. Para isso recorreremos a um perfil socioprofissional constituído por categorias estabelecidas tendo em conta os vários campos do poder³⁶: **Academia**: docência, investigação ou publicações científicas; **Cultura**: atividades relacionadas com as artes (atores, artistas plásticos, escritores.); **Igreja**: sacerdócio ou grupos afetos à Igreja; **Media**: jornalistas ou personalidades mediáticas, nomeadamente televisivas; **Militar**: membros das forças armadas; **Política**: deputados, governantes, militantes; **Profissões Liberais/Quadros Superiores**: profissionais liberais, quadros superiores de instituições públicas/privadas.

4.3 – Tematização dos artigos de opinião

Durante os três primeiros meses do ano, foram publicados no ‘Espaço Público’ do jornal 670 peças de opinião, incluindo editoriais dos vários membros da direção. Por se tratar de um número avultado de artigos para os objetivos de um relatório de estágio, consideramos adequado selecionar apenas os editoriais e artigos dos comentaristas que têm um espaço fixo e regular no jornal, embora tenhamos verificado que os comentadores que não têm um espaço permanente de opinião no jornal, acabam por colaborar com o jornal mais vezes. Escolhemos analisar os textos dos comentadores “residentes”/”fixos” porque nos parecem, depois de uma leitura geral de todos os artigos, representativos da opinião do ‘Espaço Público’ do jornal. Mas também por se tratar de um grupo de indivíduos que melhor satisfaz o estudo em causa, pela frequência com que expõe a sua opinião e pela notoriedade pública e política que têm.

Para proceder à tematização dos artigos foi preciso levar a cabo a um levantamento dos múltiplos temas abordados durante o período em análise, uma vez que,

³⁶ A partir de MILLS, W., 1981, *A Elite do Poder* e BOTTOMORE, T., B., 1974, *As elites e a sociedade*.

em regra, estes variam conforme aquilo que vai marcando a atualidade. Comum a praticamente todos os artigos de opinião estão as palavras “crise”, “austeridade” e “*troika*”. Se não está na forma escrita, está por certo subjacente ao conteúdo das peças. Assim, determinamos os seguintes macro temas: Política Nacional, Economia, União Europeia (política e instituições); Política Internacional; Questões sociais (emigração, desemprego, pobreza, contestação social, praxes académicas, co-adoção³⁷...); Justiça, Educação (“Crise na Ciência”); Saúde; Natureza/Ambiente/Clima; Património e Cultura; Conflitos Internacionais; Religião; Obituário e Reflexões (sobre o estado da democracia, por exemplo). Sendo que, no nosso trabalho, o foco recai naturalmente para a discussão política.

4.3.1 – ‘Política nacional’

A secção opinião do jornal *Público* é, como já tínhamos previsto, um espaço profundamente ligado à política nacional – durante os três primeiros meses do ano publicaram-se 108 artigos de opinião de teor claramente político. Os temas com mais incidência recaíram sobre a ação do governo PSD/CDS, nas suas medidas de austeridade em relação à função pública e aos reformados, na injustiça e na falta de equidade na aplicação das medidas. Transversal a estes artigos é o tom de crítica face à política da coligação Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, assim como um pessimismo quanto aos cenários políticos possíveis, resultantes das eleições europeias, realizadas em Maio deste ano (2014) e das eleições legislativas, que se realizarão no próximo ano, 2015. Um futuro que está irremediavelmente preso à política europeia.

Concretamente, em termos políticos o ano começou com a decisão do Presidente da República de não pedir a fiscalização preventiva do Orçamento do Estado para 2014. “A surpresa é que não houve surpresas” (1 de Janeiro de 2014) escreveu a direção do jornal, referindo-se à decisão de Cavaco Silva de não pedir a fiscalização do Orçamento, uma decisão que o jornal considerou ser de “alto risco”.

³⁷ A co-adoção por casais do mesmo sexo, uma proposta de lei socialista, foi discutida ao nível da política e reabriu o debate em torno do sistema político, nomeadamente da organização interna do PSD que impõe a disciplina de voto aos seus deputados parlamentares.

Assim, o mês de Janeiro iniciou-se com a discussão sobre as medidas de austeridade previstas no documento (o aumento das contribuições para os subsistemas de saúde, a ADSE, entre outros, e a aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade, CES, como alternativas aos cortes nas pensões de reforma, anteriormente rejeitados pelo Tribunal Constitucional). Para o jornal, tais medidas de austeridade eram injustas e serviram, no imediato, para “tapar buracos” orçamentais, porque as verdadeiras reformas “levam tempo”, segundo se pode ler noutra editorial dedicado ao tema, no dia 3 de Janeiro.

Neste mês, além do debate em torno do OE, vários comentaristas fizeram uma retrospectiva política do ano que terminava, condenando, em geral, a política do Governo PSD/CDS. O advogado Francisco Teixeira da Mota, na sua rubrica semanal “Escrever Direito”, assina o artigo “Ano Novo, Vida Velha”, revestido de um certo negativismo, ironizando Paulo Portas, quando este se referiu ao ano de 2014 como o “ano da libertação” do país da *troika*:

«... Pelo seu lado, o nosso vice primeiro-ministro e líder do CDS, durante um debate na Assembleia da República, afirmou que “em 2011, Portugal viveu uma espécie de 1580 financeiro (com a entrada da troika no país). Em Junho de 2014, podemos viver uma espécie de 1640 financeiro [com a saída da troika] (...) O ano de 2014, na verdade, vai ser muito duro para os portugueses porque as mutações que estamos a viver a nível internacional, as nossas qualidades e a qualidade e a política dos nossos governantes nos vão manter na “mó de baixo” sem qualquer alternativa ou esperança».

***Público*, 3 de Janeiro de 2014**

Vasco Pulido Valente fez uma análise de 2013, distribuída por três crónicas, nas quais identifica “os piores” (*Público*, 3 de Janeiro) e “os melhores” (*Público*, 4 de Janeiro) políticos do ano, bem como os momentos e ideias-chave da agenda política em 2013 (*Troika*, Medidas do Governo, Plano cauteloso, Protectorado, Tribunal Constitucional, Plano secreto do Governo e Nova Europa), num artigo intitulado “2013 – as confusões” (*Público*, 5 de Janeiro).

O historiador elegeu Cavaco Silva, Pedro Passos Coelho e José Sócrates, como os piores políticos de 2013. Sobre o Presidente da República escreveu **que** este «inventou

uma nova maneira de interpretar o seu etéreo cargo: a ausência. Não se mostra, não fala, não faz nada. Isto, como se calculará, é um método para evitar sarilhos: os dele e, sobretudo, os do país. Acabou, com o tempo, numa espécie de fantasma, em que já ninguém acredita. Ele também não se importa. Conta os dias para a reforma definitiva». Relativamente ao primeiro-ministro Passos Coelho, Vasco Pulido Valente salienta, num tom depreciativo, que este «governa Portugal como governaria a JSD». Ou seja, «com muita balbúrdia, muita incoerência, uma espécie de entusiasmo juvenil, e discursos de acaso que não fazem geralmente sentido. Há quem julgue que ele conspira. Conspira sempre contra si próprio quando abre a boca...» (*Público*, 3 de Janeiro de 2014). Para o historiador, os melhores da política em 2013 foram o ex-ministro das Finanças Vítor Gaspar, o autarca independente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira e o professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Esta forma de produzir opinião assente em “mecanismos classificatórios” são muito recorrentes no comentário político, sobretudo na televisão, mas também está presente nos artigos da imprensa escrita. Pacheco Pereira refere que “o poder de classificar é um meio eficaz de deter influência política, bastante mais eficaz do que a qualidade das análises que suportam a classificação” (Pacheco Pereira, cit *in* Estrela Serrano).

O recentemente desaparecido Miguel Gaspar, jornalista e diretor-adjunto do jornal, recorreu à ironia para falar do país e do governo, “Feliz ano novo, senhor primeiro-ministro”:

«A *selfie* de Passos Coelho não cola com a do país. Mas o Governo saiu melhor de 2013 do que entrou”, escreveu Miguel Gaspar, a propósito do discurso de Natal de Pedro Passos Coelho, no qual o PM se congratulou com o facto de o país estar melhor [as pessoas é que não]. “[...] Por ilusória e pouco significativa que possa ser, a retoma económica está a permitir a Passos Coelho esconder os erros da governação e reforçar a mensagem de que a crise e o resgate são culpa dos excessos do socratismo. Enquanto conseguir sustentar esta narrativa, Passos Coelho pode pensar em ser reeleito em 2015. Mesmo depois de ter dito que se estava nas tintas para eleições. É difícil que o consiga, mas a novidade é que passou a haver uma janela de oportunidade. Há um desgaste muito pesado da governação, como era inevitável, mas há também um desgaste da oposição. Para conseguir vencer

a barreira substantiva que o separa do PS nas sondagens, Passos Coelho precisa do CDS e de ir a votos nas legislativas em listas conjuntas, como já acontecerá nas europeias [...]»

***Público*, 2 de Janeiro de 2014**

Janeiro ficou também marcado pelo XXV Congresso do CDS/PP, em Oliveira do Bairro, o que suscitou debate em torno do líder do partido, Paulo Portas, e na análise do “estado de saúde” da coligação para os próximos atos eleitorais. O jornal dedica dois editoriais ao tema, um antes e outro depois de realizado o Congresso. O primeiro intitulado “CDS e o culto da amnésia política” (*Público*, 8 de Janeiro de 2014) e o segundo “A história de um Congresso sem história” (*Público*, 11 de Janeiro de 2014). Ambos críticos da opção de Paulo Portas de não ter prestado esclarecimentos sobre a sua “irrevogável” demissão no “Verão quente” de 2013, provocando uma crise política que, depois de negociações, levou Paulo Portas ao lugar de vice-primeiro-ministro.

Os artigos da análise semanal de São José Almeida “A pensar nas legislativas” (*Público*, 4 de Janeiro) e “Os esqueletos no armário de Paulo Portas” (*Público*, 11 de Janeiro), mas igualmente o artigo de Miguel Gaspar já referido “Feliz Ano Novo, senhor primeiro-ministro” (*Público*, 2 de Janeiro) colocam o dirigente do CDS/PP como elemento chave no panorama eleitoral, enaltecendo o tacticismo político do líder centrista e a dependência do PSD deste nas eleições europeias e nas eleições legislativas.

- Crise da partidocracia

O termo partidocracia é utilizado nalguns contextos europeus, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, para referenciar um fenómeno que, embora não fosse necessariamente novo, intensificou-se nesta altura devido ao fim do partido dos notáveis e à consolidação social e política dos partidos de massas. A partidocracia corresponde a «uma nova fase política que tem sido definida como a irrupção das massas no cenário político e ao aparecimento e consolidação do partidos de integração social [...] a partidocracia identifica-se então com o predomínio dos partidos em todos os sectores: político, social e económico. Caracteriza-se por um constante esforço dos partidos em penetrar em novos e amplos espaços e culmina no controlo total da sociedade» (Bobbio *et al* 1998:906). Os instrumentos da partidocracia dividem-se essencialmente em dois

aspectos fundamentais que têm sido objeto de críticas, quer pelos académicos que se debruçam sobre esta temática, quer pelos próprios políticos: a) o financiamento público dos partidos; b) a atribuição de cargos em vastos sectores da sociedade e da economia, segundo critérios predominantemente políticos, isto é, critérios de adesão partidária como vantagem na sociedade. Segundo Bobbio, a partidocracia tornou-se voraz e ramificada.

Apesar de esta nova fase da vida dos partidos tivesse permitido a consolidação da democracia, na Alemanha pós-nazista por exemplo, vários autores já desde a década de 60 se referiam à partidocracia de forma crítica. Para Gaule (*cit in* Bobbio et al), os partidos afiguram-se como corpos intermédios que distorcem a vontade dos cidadãos e que se penetram de forma obsessiva nas sociedades. Bobbio faz uma crítica idêntica: os partidos transformaram-se em diafragma em vez de se afigurarem competentes na transmissão da vontade geral dos cidadãos. Pizzorno (*cit in* Bobbio et al) diz que os partidos se tornaram incapazes de desempenhar as funções de transmissão dos problemas sociais e procura de soluções, entre outras coisas, devido à burocratização do partidos e a resistência à mudança. Nas palavras de Bobbio, a partidocracia pretende deter a necessidade de mudança, quer canalizar tudo para a política institucional dos partidos, e não deixa espaço para as verdadeiras aspirações das massas. E acrescenta: «os ataques à partidocracia são também ataques à política dos “profissionais” de uma nova classe que se recruta e se mantém por si mesma, que vive da política e não para a política, como Weber tinha profeticamente advertido» (Bobbio *et al* 1998: 906).

Estes aspetos críticos relativos à partidocracia continuam na sua essência a ser os mesmos, tendo-se tornado mais evidentes nos últimos anos de crise e fazendo com que emergissem novos movimentos políticos independentes das grandes forças partidárias vigentes em Portugal. A crise da partidocracia (dos principais partidos portugueses) foi também objeto de reflexão dos colunistas do *Público* durante o período em que incidiu o nosso estudo.

No mês de Fevereiro foi a vez de Pedro Passos Coelho enfrentar os militantes no Congresso do partido, no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Foi natural que a agenda dos comentadores se tenha debruçado sobre o PSD, em concreto, e sobre a crise da partidocracia, em geral – discussão motivada, inclusivamente, pelas expulsões de militantes dos seus partidos. Foi neste mês que se começou a falar intensamente de

“consensos políticos” entre o PSD e o PS, impossíveis de concretizar devido às alegadas “divergências insanáveis” entre eles.

Pacheco Pereira, no artigo “Discurso geracional e guerra aos ‘velhos’”, analisa o estado da partidocracia, tomando como exemplo o Partido Social – Democrata (PSD), do qual é militante:

«Estes antigos “jotas” do “discurso geracional” que hoje estão no poder são a encarnação viva da partidocracia. (...) A moção de Passos Coelho nada tem a ver com a matriz social-democrata do partido, nem com o seu programa genético definidos pelos seus fundadores, em particular Soares Carneiro, mas já tem mais que ver com a história concreta dos partidos portugueses nos últimos anos, em particular nas “jotas” e o seu papel na ascensão de políticas profissionais dentro dos partidos (...)»

Público, 1 de Fevereiro de 2014

Numa outra peça, intitulada “O que diria no Congresso”, à imagem do artigo acima citado, Pacheco Pereira vai mais além na crítica ao PSD e naquilo que considera ser a “descaracterização” do partido – “até que ponto o programa da *troika*, que o PSD ajudou a delinear, não é o governo PSD”, interroga-se. Para Pacheco Pereira, a austeridade aplicada pelo Governo “não é aceitável num partido social-democrata”:

«...O PSD considerava-se um partido da "classe média", dos *self made man*, do mundo do trabalho intelectual e fabril, a que atribua o valor de elemento fundador da dignidade humana. Agora parece um blogue radical de direita, de gente que acha que a culpa de tudo é sempre dos mais fracos, trabalhadores dos estaleiros, funcionários dos escalões inferiores, velhos, pensionista e reformados (...) a continuar assim acabará com o papel histórico do PSD na sociedade portuguesa (...)»

Público, 23 de Fevereiro de 2014

Seguindo um raciocínio idêntico, Vasco Pulido Valente refere-se à “irresistível à ascensão dos jotás” nos partidos, que “nem vagamente percebem o mundo real”, deixando de fora de todo o processo, cada vez mais, o cidadão comum:

«... Pedro Passos Coelho atravessa uma sala quase vazia e vai pôr o seu boletim de voto numa caixa meio improvisada. E assim é consumado o acto fundador da nossa democracia (...) O tal “cidadão comum” tão apetecido em época de eleições não consegue nunca atravessar a barreira burocrática e pessoal, que o aparelho fabricou para o manter ao largo. Por isso, de há um tempo para cá assistimos com espanto à irresistível ascensão dos “jotas”, que “trabalharam” no “partido” desde a adolescência e nem vagamente percebem o mundo real. “Esta ridícula “eleição” de Passos Coelho, com um programa autoritário e absurdo, que ninguém discutiu, mostra com mais nitidez do que, por exemplo, a “chicana” parlamentar corrente, o abismo em que caiu a nossa democracia [...]»

Público, 1 de Fevereiro de 2014

O eurodeputado social-democrata, Paulo Rangel, também havia de escrever sobre a necessidade de renovação do sistema eleitoral dos partidos, referindo-se concretamente ao seu partido – “Que os partidos se abram ao mundo: voto preferencial já!” (*Público*, 15 de Janeiro de 2014).

Partilhando a mesma visão, o antigo militante do Bloco de Esquerda e atual líder do partido Livre considera a disciplina de voto nos partidos como uma “vergonha”. O tema ocupou a agenda dos comentadores no começo do ano, a propósito da aprovação parlamentar da proposta de referendo à lei da co-adoção, que permitia a adoção por casais do mesmo sexo.

«Desta vez o cerne do problema político português ficou à vista de todos e não há como negar. [...] o partidarismo está a asfixiar o parlamentarismo. Mas falta pouco para o matar. A Assembleia da Republica aprovou o referendo iníquo que porá a maioria a decidir sobre os direitos de uma minoria [...] A Assembleia da República aprovou esse referendo quando a maioria dos seus deputados estavam contra: de acordo com as suas declarações de votos a proposta do referendo teria sido derrotada facilmente [...]»

Público, 29 de Janeiro de 2014

João Miguel Tavares considerou a votação parlamentar da maioria PSD/CDS um “oportunismo político” e uma “vergonha”, no artigo do dia 21 de Janeiro de 2014 “Uma vergonha chamada PSD”:

«Na passada sexta-feira, eu tive vergonha da democracia portuguesa, vergonha de ter contribuído com o meu voto para eleger deputados do PSD, vergonha de quem inventou um referendo por puro oportunismo político, vergonha de quem aceitou a disciplina de voto numa matéria de consciência individual, e vergonha por a co-adopção continuar a ser discutida como se fosse um assunto sobre direitos de adultos quando é, sempre foi e será uma questão básica de direitos das crianças [...]»

Público, 21 de Janeiro de 2014

Também a direção editorial se posicionou quanto ao tema: “O referendo é um assunto sério – Cavaco não pode pactuar com uma proposta de referendo que é um atentado ao instituto do referendo.” (29 de Janeiro de 2014). E assim sucedeu, o Presidente da República vetou a proposta de referendo e o assunto voltaria à “estaca certa”, tal como escreveu a direção no dia 20 de Fevereiro.

- O “milagre económico” do início do ano

Numa altura em que os indicadores macros económicos melhoravam (dia 14 de Fevereiro foram revelados os dados do PIB relativamente a ao último trimestre de 2013 – pela primeira vez desde de 2010 registou-se um crescimento económico (*Público*, dia 14 de Fevereiro de 2014). Neste contexto, a expressão “milagre económico”³⁸ surgiu na agenda dos comentadores do universo político e mediático, revestida de ironia e de “desconfiança” em relação às proclamadas melhorias económicas. A este respeito, a direção do *Público* interrogou-se: “Ora, se as coisas não estão a correr mal, o problema está em saber até que ponto estão mesmo a correr bem” (*Público*, 15 de Fevereiro de 2014). Ou ainda, noutra editorial, intitulado “Más notícias? Só depois das eleições” (*Público*, 22 de Fevereiro)

Pacheco Pereira escreve o artigo “Perguntas que eu gostaria de fazer a propósito do milagre económico”, dirigindo vinte questões aos políticos governantes. A questão

³⁸ O autor da expressão “milagre económico” foi o ministro da economia Pires de Lima e apropriada, posteriormente, por outros intervenientes políticos, comentadores e jornalistas.

central do artigo resume-se nesta pergunta: «Como é que o Governo pode pensar que em Portugal se vai dar um “milagre” económico com a pauperização do principal sector dinâmico da sociedade, a classe média?». Pacheco Pereira referiu-se à incoerência do facto de se falar em milagre económico quando as principais metas não iriam ser atingidas – o défice orçamental e a dívida do PIB (que em 2013 já rondava os 130% do PIB quando o limite máximo era de 114%) e numa altura em que os níveis de pobreza da população aumenta. « (...) Quando o Governo fala dos portugueses, considera que está a falar destes muitos milhões de pessoas para quem não existe qualquer perspectiva de futuro e para quem o Governo não tem quaisquer políticas e aparenta não se preocupar por não ter? Afinal quem são os portugueses reais se não são estes milhões de portugueses?» (*Público*, 15 de Fevereiro)

- “Uma oposição cortada às fatias”

A opinião publicada no jornal *Público*, entre Janeiro e Março de 2014, não foi só desfavorável ao Primeiro-ministro, à sua governação e ao seu partido. O espaço opinião dedicado ao maior partido da oposição, o PS, também não foi muito abonatório. Entre os comentadores parece ser unânime a ideia de que o papel de António de José Seguro na oposição ao Governo é frágil. Os jornalistas Miguel Gaspar, São José Almeida e João Miguel Tavares e o historiador Vasco Pulido Valente partilham, com evidência, a mesma opinião depreciativa do líder do PS.

“Depois de cortarem o país às postas, PSD e CDS contam com a ajuda de uma oposição cortada às fatias” (16 de Janeiro), escreveu Miguel Gaspar, num artigo crítico de todo o panorama político nacional. Para Vasco Pulido Valente, “na mediocridade do Portugal de hoje, Seguro serve [para primeiro-ministro] ”.

«O PS julga e proclama que a direita está isolada. Mas não compreende que ele também está. Isolado da esquerda radical – o PC e o BE e miudezas várias – que o desacredita e o impede de crescer. Isolado na maioria das questões que importam aos portugueses. Pior ainda: isolado na “Europa” [...] A política de Seguro é, no fundo, a de efecvitar qualquer contaminação [...] da franja lunática doméstica, que o empurraria para fora do ‘arco da governação’ [...] da ‘austeridade’ [...] da

Sra. Merkel [...] Ora a melhor maneira de continuar ‘puro’ é, na prática, continuar sozinho [...]».

Público, 1 de Março de 2014

Por seu turno, João Miguel Tavares, jornalista e comentador no programa de televisão “Governo Sombra”, acreditava que se António José Seguro pudesse voltar atrás no tempo, «até ao famoso Verão quente de 2013, ele estaria hoje aos pés de Cavaco Silva, a agarrar com as duas mãos e as duas pernas a oportunidade que o Presidente da República lhe deu e ter eleições antecipadas em Junho de 2014 em troca de um compromisso de médio prazo com o PSD e o CDS [...]» (*Público*, 4 de Março de 2014). O jornalista considerou que, por não ter aceitado um acordo com os partidos da governação em 2013, António José Seguro prejudicou o seu percurso político posicionando-se numa espécie de “labirinto” político.

Seguindo a política de “evitar a contaminação” com a austeridade, descrita por Pulido Valente, e por não querer “aparecer na fotografia ao lado do Governo nas vésperas das eleições europeias”, o PS ficou de fora, por exemplo, na discussão de investimentos nos transportes até 2020. A este respeito, a direção do jornal escreve “Uma ausência que fica mal ao PS”. «É preocupante ver o Governo reunir-se com o Bloco, o PCP e os Verdes (...) e ver o PS ficar de fora. É politicamente compreensível que António José Seguro não queira aparecer na fotografia ao lado do Governo, nas vésperas das eleições europeias, a discutir e a secundar medidas de austeridade» (*Público*, 3 de Março de 2014).

- Apelos ao “consenso” político interpartidário

Dadas as divergências entre os principais partidos do chamado “arco da governação”, não tardaria a chegar à agenda noticiosa os “apelos ao consenso político” entre as principais forças políticas – PSD e PS. No dia 18 de Fevereiro, o editorial do jornal refere que “os apelos ao consenso voltaram à ordem do dia. Mas o tempo para entendimentos parece ter passado”. Mais tarde e apesar da dificuldade de formar “consenso político”, a direção realça que estes são possíveis, porque, segundo a direção editorial do jornal, “é mais aquilo que os une [PSD e PS] do que aquilo que os separa na discussão sobre a simplificação administrativa”.

«...Pedir ao PS que se cole demasiado ao Governo, na véspera de eleições europeias, é uma quase impossibilidade política. Mas o que aconteceu esta semana é a prova de que quando os dois partidos se sentam à mesma mesa para discutir assuntos concretos não só é possível o diálogo como ainda é possível encontrar muitos pontos em que ambos estão de acordo. Foi assim com a reforma do IRC e foi assim, embora de uma forma mais tímida, com a discussão sobre os fundos europeus. E esta semana, o Governo, partidos da maioria e o PS finalmente começaram a discutir o programa de investimento em infra-estruturas de transportes [...]»

Público, 8 de Março de 2014

O jornalista Pedro Sousa Carvalho, no seu espaço de análise semanal no *Público*, sobre os sucessivos apelos dos social-democratas ao consenso, escreve o artigo “Para dançar o tango bastam dois políticos e um punhal”, no qual questiona o “amor repentino de Passos Coelho pelo Partido Socialista e por António José Seguro”. Pedro Sousa Carvalho (*Público*, 21 de Fevereiro de 2014) faz uma análise político-tática do significado do apelo ao consenso partidário, onde sugere que o “consenso” é uma estratégia política para 1) passar boa imagem para o exterior e facilitar a saída da *troika* “limpa” ou “à irlandesa” (sem programa cautelar) 2) reduzir a dependência do CDS (que poderia ficar a “dançar o tango sozinho” se tal consenso com o PS se concretizasse, dado que “a relação entre Passos Coelho e Paulo Portas estão longe de ser uma amizade”), formando, em 2015, coligação com os socialistas.

Nesse sentido, «uma forma inteligente de “agarrar” o PS seria envolver o partido na comissão que está a preparar a reforma do IRS, de forma a permitir aos socialistas também aparecerem na fotografia do aliviar da austeridade em ano de eleições», no entanto, continua o comentador, «Paulo Portas já se agarrou e está a fazer campanha com a bandeira do IRS e já não há quem lha vá tirar», previu Pedro Sousa Carvalho. (*Público*, 21 de Fevereiro de 2014)

Todavia, um encontro entre o Primeiro-ministro e o líder socialista reforçava a ideia de que entre os dois não era possível formar consensos políticos, devido a “divergências insanáveis” – expressão de António José Seguro. De acordo com o jornalista João Miguel Tavares as divergências entre os dois políticos só existiriam até ao

momento em que o socialista não fosse primeiro-ministro. «O tal Seguro que ainda veremos daqui a dois anos em Berlim, elogiado por Angela Merkel em conferência de imprensa, devido às suas políticas de austeridade e às medidas corajosas que foi obrigado a tomar. Tudo para que Portugal permaneça ‘no bom caminho’, claro». (*Público*, 20 de Março de 2014). Em suma, independentemente do partido que estiver no Governo de Portugal, João Miguel Tavares, assim como a generalidade dos *opinion makers*, acredita que a condução política vai ser irremediavelmente a mesma e vai incluir políticas de austeridade.

- “Desunião das esquerdas”³⁹

No que diz respeito à política nacional, o debate sobre a particularidade da esquerda nacional também marcou a agenda do espaço de opinião do jornal. Em causa esteve, e continua a estar, a “desunião das esquerdas”.

«O Bloco de Esquerda, sem causas, sem a influência dos fundadores e sem destino na política portuguesa, começa a cair aos bocados [...]». (*Público*, 8 de Fevereiro de 2014) Para José Manuel Fernandes, a esquerda não se une, nem se vai unir, porque há uma esquerda que aceita a política possível e outra que se crê moralmente superior. Não há forma de as aproximar de maneira duradoura.

No começo surgiram movimentos políticos, dos quais um ascendeu a partido político, o Livre, um partido de esquerda baseado no argumento de que existe um espaço político de esquerda por ocupar. Foram eles: o movimento 3D, do qual faz parte o Ex-Bloco de Esquerda, Daniel Oliveira; o partido Livre, liderado por Rui Tavares, igualmente dissidente do Bloco. O movimento 3D não conseguiu reunir assinaturas suficientes para iniciar o processo burocrático para se tornar um partido, nem alcançou qualquer acordo de coligação com o Bloco de Esquerda e/ou com o Livre para concorrer às Eleições Europeias de 25 de Maio. Apesar das pretensões do 3D e do Livre de se unirem ao Bloco para ir a votos, o Bloco de Esquerda recusou qualquer aliança com outros partidos. João Miguel Tavares escreve um artigo com um título inteligente “O Bloco ficou Livre do 3D”,

³⁹ “Desunião das esquerdas - entre as elites desavindas e as eventuais soluções”, artigo do politólogo e professor universitário André Freire

resumindo todo... Na sequência dessa decisão, a bloquista Ana Drago demitiu-se da Comissão Política do partido.

4.4 – Perfil dos comentadores do *Público*

O ‘Espaço Opinião’ é uma secção fixa dentro do jornal que vive, precisamente, da assiduidade, compromisso e rotina de participação dos seus colaboradores permanentes (Figueiras, 2008). No nosso estudo, distinguimos os comentadores entre os que têm um espaço no jornal com uma periodicidade predefinida; e os comentadores, que, embora tenham mais do que uma colaboração no ‘Espaço Opinião’ do jornal, fazem-no sem obedecer a qualquer regularidade estabelecida – são comentadores esporádicos.

Ao contrário do que se verifica nos programas de comentário na televisão, onde os políticos ou ex-políticos têm uma predominância muito elevada nos espaços de opinião logo a seguir aos jornalistas, os comentaristas do jornal *Público* são, na sua maioria, professores universitários, com cargos na academia e, muitas vezes, ligados à investigação, onde incluímos também os historiadores. Logo de seguida, estão os advogados, depois os políticos (deputados e ex-deputados) e presidentes ou representantes de associações cívicas.

4.4.1. Comentaristas fixos

Os comentaristas fixos, aqueles que escrevem com uma periodicidade pré-estabelecida, são um grupo de dezoito (18) comentaristas (tabela 1). Destes, seis (6) são jornalistas e seis (6) são comentaristas estão ligados à academia (são professores universitários, investigadores e historiadores); seguem-se três (4) políticos. Por fim, do grupo de comentaristas fixos faz ainda parte um advogado. De realçar o facto de, dos dezoito, só dois elementos serem do sexo feminino: as jornalistas Teresa de Sousa e São José Almeida, ambas pertencentes à redação do jornal e com reconhecida notoriedade pública na função que desempenham no jornalismo e, concretamente, na análise de assuntos políticos.

Academia (docência e investigação)	Jornalista	Advogado	Político
Paulo Trigo Pereira	São José Almeida	Francisco Teixeira da Mota	Paulo Rangel
José Carlos Espada	Teresa de Sousa		Francisco Assis
Santana Castilho	José Vitor Malheiros		António Correia de Campos
Carlos Fiolhais	José Manuel Fernandes		José Pacheco Pereira
Vasco Pulido Valente	Pedro Sousa Carvalho		Rui Tavares
Manuel Loff	Miguel Gaspar		

Tabela 1 – Profissão dos comentadores fixos do “Espaço Público”

No que diz respeito aos políticos, destaque para os candidatos dos maiores partidos portugueses às eleições europeias – Francisco Assis e Paulo Rangel, e o fundador do novo partido, o Livre, e também cabeça de lista às europeias, Rui Tavares. Estes três atores políticos têm uma coluna de opinião semanal no *Público*, a qual foi interrompida no período de campanha eleitoral que se seguiu, durante o mês de Maio.

Se quisermos analisar a distribuição partidária dos comentadores ligados à política vemos que existe um equilíbrio entre os representantes do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, se considerarmos Pacheco Pereira preferencialmente como político (uma vez que este é também historiador). No que concerne à representação de outras forças partidárias, ela não existe neste círculo de comentadores. Apenas Rui Tavares, dissidente do Bloco de Esquerda, preenche esse espaço.

4.4.2. Comentadores esporádicos

Registámos 189 comentadores esporádicos no ‘Espaço Público’ do jornal durante o período analisado. Destes, apenas 37 são mulheres, pelo que continua a ser o sexo masculino a dominar o espaço opinião do jornal. De notar que, mesmo não tendo um espaço predeterminado, alguns dos comentadores colaboraram mais do que uma vez na formação de opinião do jornal, funcionando como colaboradores assíduos desta publicação.

Os dados socioprofissionais relativos a este grupo de *opinion makers* indicam que a maioria dos colaboradores estão ligados à academia, quer pela via da docência quer pela via da investigação (ou os dois em simultâneo). Não negamos que alguns destes elementos tenham proximidade da esfera política, além dos cargos académicos que

ocupam. No entanto, seria demasiado ambicioso e exaustivo, e talvez perigoso, investigar as ligações político-partidárias de cada elemento.

O segundo grupo registado por nós foi o grupo das profissões liberais, quadros superiores de instituições públicas ou privadas. Ou seja, presidentes e/ou representantes de diversas associações/entidades públicas ou privadas. O terceiro grupo mais presente foi o da área da política, englobando políticos e ex-políticos (deputados, eurodeputados, secretários de estado, etc), ainda que acumulem, nalguns casos, cargos de docência académica ou de advocacia, foram considerados preferencialmente como políticos, dada a sua dimensão mediática no espaço público e político.

De realçar que apenas cinco jornalistas escreveram no ‘Espaço Público’ durante os meses analisados. Pressupomos que a tendência, durante os restantes meses do ano, seja a mesma. É neste aspeto onde reside a grande diferença face àquilo que acontece na televisão, onde os jornalistas, apesar da grande presença de políticos, constituem a exceção a esta regra. Felisbela Lopes (2008: 20) chegou à conclusão de que os jornalistas e políticos preenchem preferencialmente os espaços de comentário no *plateaux* porque estes reúnem as características necessárias do universo televisivo. Assim, a explicação poderá residir no facto de ser mais fácil estruturar um pensamento através da escrita, do que ser um bom comunicador na televisão. Os jornalistas estão melhor preparados para dominar os códigos da televisão, do improvisado e da velocidade de expressar um pensamento estruturado. «Mas falamos aqui de uma elite, saída sobretudo das direções dos jornais ou rádios e das editorias dos próprios canais de televisão. [...] A consagração desta pequena confraria significa a vitória continuamente reforçada dessa elite, na luta por aquilo que John B. Thompson (2008: 37) designa por “visibilidade mediada” que mais não é que a “luta por ser visto e ouvido, e a luta para fazer com que outros vejam e ouçam”» (Lopes, 2008: 20)

Seguindo a mesma lógica, aplicando-a ao espaço dos comentadores da imprensa escrita, podemos afirmar que qualquer pessoa do universo académico está minimamente apta para escrever um artigo de opinião para qualquer jornal. No entanto, não está preparado para ser comentador na televisão por não dominarem os códigos da televisão que exigem pensamento rápido e boa comunicação oral. Essa razão poderá explicar o facto de existir na imprensa escrita uma ligação à academia que não existe na televisão. Mas, não se pense que a “confraria” de comentadores é uma característica exclusiva da

televisão. Da mesma maneira que o espaço opinião televisivo pertence a uma elite (Lopes, 2008) – seja ela política e/ou jornalística – também nos jornais isso acontece. Embora, neste caso, estejamos a falar sobretudo de uma elite académica e, por isso, aparentemente mais alargada e dispersa, que representa alguma notoriedade pública no meio onde opera.

Conclusão

A caracterização do perfil socioprofissional dos comentaristas esporádicos do espaço opinião do *Público* revela uma forte componente académica, diretamente ligada à docência e à investigação científica. Trata-se de um grupo de comentaristas que colabora de forma assídua com o jornal fazendo uma ponte entre o ensino superior e este veículo de informação. Este grupo de indivíduos pertencentes à academia trazem para discussão pública política assuntos da esfera educativa nacional, relacionando-os frequentemente com uma ideologia política partidária. Esteve em evidência, durante os três meses em análise (Janeiro, Fevereiro e Março), a discussão sobre a crise na ciência, educação e formação resultantes dos cortes orçamentais que a Fundação para a Ciência e Tecnologia, em particular, e o Ensino Superior, em geral, sofreram ao longo dos últimos anos.

Na lista de colaboradores esporádicos, o segundo grupo com maior presença no espaço de comentário é o grupo das profissões liberais, quadros superiores de instituições públicas ou privadas. Ou seja, presidentes/representantes de diversas associações/entidades públicas ou privadas. De seguida, o terceiro grupo mais notado foi o da área da política, englobando políticos e ex-políticos (deputados, eurodeputados, secretários de estado, etc) que acumulam, nalguns casos, cargos de docência académica ou de advocacia, geralmente. Todavia, foram considerados preferencialmente como políticos, dada a sua dimensão mediática no espaço público político.

No entanto, e apesar da aparente diversificação temática dos artigos de opinião resultante da multidisciplinaridade da academia, não parece existir espaço para a opinião do cidadão comum que não represente ou pertença à esfera institucional académica ou outra. Não nos parece desapropriado recordar as palavras de Felisbela Lopes para falar da existência no espaço opinião do jornal de uma “confraria”, neste caso não tão restrita como ocorre na televisão. O espaço de comentário do *Público* parece pertencer a uma elite académica e/ou política e também económica, cujas colaborações no jornal se repetem ao longo do tempo, não havendo muito espaço para colaborações mais espontâneas.

Talvez por essa razão, mas também devido ao discurso elitista e intelectualizado das camadas superiores da sociedade que colaboram regularmente para jornais, o ‘Espaço Público’ tende a não ser atrativo para a generalidade dos portugueses que não se interessam pelos problemas e/ou não se reveem nos interesses institucionais dos diversos campos de poder próximos do poder político e/ou económico do país.

Os jornalistas surgem pouco representados no lote dos comentadores esporádicos. Apenas cinco jornalistas colaboraram para o espaço opinião. No entanto, nos espaços fixos, a tendência altera-se ligeiramente: dos dezoito comentadores fixos, cinco são jornalistas com notoriedade pública acentuada, como é o caso de São José Almeida e de Teresa de Sousa, especialistas em análise política europeia e nacional, respetivamente.

Neste lote de *opinion makers* que têm um espaço de comentário fixo no jornal, o grupo dos indivíduos pertencentes à academia (6) é, ao contrário do que se poderia pensar, superior ao número de políticos (4). Transversal a todos os colunistas deste grupo é a notoriedade pública que lhes é conferida, sobretudo quando falamos dos que estão diretamente ligados ao exercício da política, como é o caso dos eurodeputados Paulo Rangel (PSD), Francisco Assis (PS) e Rui Tavares (Livre), mas também o caso do historiador social-democrata, Pacheco Pereira, uma figura de relevo no debate público político. À exceção de Rui Tavares, todos eles são comentadores mediáticos na televisão, o que os torna ainda mais responsáveis no processo de formação de opinião pública e capacidade de influência social.

Quanto à agenda destes comentadores, a análise da tematização permite-nos afirmar que a política nacional domina o ‘Espaço Público’, embora tenhamos apenas aprofundado a análise respeitantes aos artigos dos colunistas fixos, em particular os artigos referentes ao panorama político nacional. Nos três meses em análise, o que mais se discutiu, no âmbito político, foi a governação da coligação PSD/CDS baseada na política de austeridade. O tom negativo, de crítica e de desconfiança face ao futuro e aos resultados de medidas de austeridade estiveram presentes na generalidade dos artigos, confirmando assim a homogeneidade de opiniões, resultantes de “mecanismos de construção coletiva”, que Rita Figueiras registou no seu estudo sobre a imprensa de referência nacional.

De salientar que, dado o período excepcional que Portugal atravessou enquanto país intervencionado obrigado a seguir regras impostas por entidades externas, transformou o

debate político nacional numa discussão política a nível europeu, sendo por isso, muitas vezes, impossível separar artigos de política nacional e artigos de política europeia. E o mesmo se sucede com a economia (economia nacional e economia europeia). Se antes de 2008, antes do início da crise económico-financeira, era possível fazer a distinção entre política nacional, política europeia e economia, atualmente tal não é possível, uma vez que a condução política nacional não pode ser vista apenas do ângulo nacional sem se abordar a política europeia. Da mesma forma que a economia invadiu a esfera da política. Falar de economia implica falar de condução política e da tomada de decisões políticas no âmbito nacional e europeu. E vice-versa.

Nos primeiros três meses do ano, a agenda dos comentadores fixos do jornal *Público* ocupou-se de quatro grandes temas: 1- Assuntos diretamente ligados a decisões governamentais estipuladas no Orçamento do Estado para 2014 e a discussão sobre a sua (in) constitucionalidade e falta de equidade fiscal na redistribuição social dos sacrifícios orçamentais. Assim como a discussão do memorando de entendimento de reajustamento financeiro assinado com a *troika* e as sucessivas avaliações externas; 2- A atuação do principal partido da oposição que, na generalidade das análises, se afigurou nos diversos momentos políticos como uma oposição fraca com problemas de liderança. 3- Eleições (Europeias de 2014, Legislativas de 2015 e Presidenciais de 2016), onde predominou a análise do panorama político sobretudo nacional mas também europeu do ponto de vista de antecipar cenários decorrentes das Eleições Europeias, bem como a perspetivação do xadrez político até às Eleições Legislativas, em termos do posicionamento dos diversos partidos políticos e das possíveis coligações que poderão ou não ser feitas. E ainda, o início do debate sobre as Eleições Presidenciais e dos possíveis candidatos dos vários partidos; 4- Ideologias políticas, crise dos partidos e de representação democrática que envolveu, entre outros temas, a discussão de problemas do sistema político português (como foi o caso da disciplina de voto ou voto preferencial nos partidos ou as expulsões de militantes) que têm contribuído para o afastamentos dos portugueses da vida partidária e, conseqüentemente, da vida política do país.

Nalguns casos foi possível encontrar os quatro temas num só artigo, o que na nossa opinião o que poderá ser benéfico para o leitor no sentido em que este adquire uma visão global da atualidade política e conseguir refletir sobre ela de forma mais profunda – o que não acontece ao ler apenas uma notícia. O comentário explica e analisa o panorama político, contribui para o debate público e para a formação de opinião pública de uma

forma sólida e esclarecedora que as notícias não fazem “em louvor da santa objectividade”, utilizando as palavras do jornalista e investigador Mário Mesquita (2003).

Mas, estará a opinião pública dos colunistas do *Público* a contribuir para a formação de opinião e para o enriquecimento do debate político junto dos cidadãos, cuja informação, interesse e participação cívica é reduzida?

A resposta não é linear. Em primeiro lugar, os colunistas são figuras com notoriedade pública reconhecida que pertencem ou estão muito próximas do campo do poder político e, por isso, interessam-se por ele de forma excecional, o que os distingue da generalidade dos portugueses cujo interesse no debate político é reduzido ou nulo. Por sua vez, o debate político feito pelos *opinion makers* em jornais de referência, como o *Público*, tende a excluir o próprio cidadão da discussão, mesmo que o inclua nos argumentos que utiliza no seu comentário. Isto é, o cidadão é utilizado como argumento para discussão política, no entanto, dificilmente participa nessa discussão. Segundo Rita Figueiras, isto acontece porque a maioria dos artigos de opinião tem um cariz institucional que interessa a quem está dentro do sistema, mas também porque os comentários dão pouca relevância ao envolvimento dos cidadãos da discussão pública, ignorando-os como o terceiro vértice da comunicação política (Figueiras, 2008).

Embora a maioria dos leitores se possa identificar com o descontentamento generalizado face à política, instituições e seus representantes, que os colunistas transmitem nos seus textos de opinião, as diferentes aceções que cada grupo tem do que é a democracia, os desníveis informacionais e a própria linguagem que cada um utiliza (caracterizada por uma intelectualização do discurso da parte dos comentadores de imprensa), torna-os distantes quanto à forma lidar com esse descontentamento.

A opinião veiculada no espaço opinião acaba por não conseguir capitalizar o sentimento de descontentamento dos cidadãos em atitudes políticas concretas. Contribui antes para o aumento da tal “função narcotizante” de que Wolton fala, de sociedades ricas em informação mas politicamente apáticas e inertes, sendo esta uma forma de exercer poder sobre os cidadãos. Queremos por fim afirmar que, se não existe democracia sem jornalismo, também não é possível fazer-se jornalismo sem democracia. Com efeito, não poderemos falar de uma democracia verdadeiramente consolidada enquanto se verificarem dependências e interferências, diretas ou indiretas, de poderes instalados na

sociedade no processo de construção de uma opinião pública, que se proclama independente mas que na realidade não o é.

Bibliografia

AGEE, W. e TRAQUINA, N., (s.d.), *O quarto poder frustrado. Os meios de comunicação social no Portugal pós -revolucionário*. Lisboa: Vega Editora

ALBUQUERQUE, Armando (2007), *Ciência Política: Uma introdução*. Universidade Federal de Paraíba. Disponível na Internet em: http://www.armandoalbuquerque.com/_2007.pdf

BARRETO (org.) (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

BOBBIO, Norberto et al (1999), *Dicionário de Política*, (2 volumes). Brasília: Universidade de Brasília

CORREIA (Coord), João (2005), *Comunicação e Política*. Estudos em Comunicação da Universidade da Beira Interior

CORREIA, F. (1997), *Os Jornalistas e as Notícias*. Lisboa, Editorial Caminho

ESTEVES, João, (2007), *Opinião Pública e democracia na sociedade de informação*. Universidade Nova de Lisboa

FIGUEIRAS, Rita (2005), *Os Comentadores e os Media: os autores das colunas de opinião*. Livros Horizonte, Coleção Media e Jornalismo

FIGUEIRAS, Rita (2007), *Entrevista a Barbie Zelizer*, Revista Comunicação e Cultura, nº 4, pp. 177-183

FIGUEIRAS, Rita (2008), *A Agenda dos Comentadores e a “Política Nacional” nos Artigos de Opinião*, Universidade Católica Portuguesa, Observatório da Comunicação pp. 245-262

FIGUEIRAS, Rita (2008), *Comentário Político e a Política do Comentário*. Editor Paulus, Coleção Comunicação

GARCIA, Luís (Org.) (2009), *Estudos sobre os jornalistas portugueses: metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XX*, Lisboa: ICS

- LOPES, Felisbela (Coord) (20014), *O real ainda mora aqui?* Universidade do Minho. Disponível na Internet em:
http://www.ics.uminho.pt/uploads/eventos/EV_8175/20131217454038916250.pdf
- MCNAIR, Brian (2011), *An Introduction to Political Communication*, Routledge, 5ª edição
- MCQUAIL, Denis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco. O Poder dos Media na Sociedade Portuguesa Contemporânea*. Coimbra, Minerva
- MIDÕES, Miguel (2008), *Crise no Espaço Público, Agenda-Setting e Formação da Opinião Pública*, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- PINTO, Manuel (2010), *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*, Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), Pp. 277-294
- RÊGO (1994) Walquiria, *Notas sobre o conceito de democracia em Joseph A. Schumpeter e Hans Kelsen*. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7532&Itemid=363>
- SCHUMPETER, Joseph (1984), *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Brasil, Editora Fundo de Cultura
- SENA, Nilza (2007), *Espaço Público, Opinião e Democracia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa, Estudos em Comunicação nº2, p. 270 - 304
- SERRANO, Estrela (1999), *Jornalismo e elites do poder*, Escola Superior de Comunicação Social
- SERRANO, Estrela (2006) *A dimensão política do jornalismo*. Lisboa: Revista Comunicação & Cultura pp.63-81,
- SOUSA, Jorge Pedro (2008) *O jornalismo na democracia representativa: Um ensaio*. Porto: Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo
- WOLF, Mauro (1999), *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença

WOLTON, Dominique (1999), *Pensar a Comunicação*. Oeiras: Difusão Editorial

ZELIZER, Barbie (2004), *Taking Journalism Seriously*. Londres: Sage Publications

Revistas e outras publicações online:

- Jornalistas e Jornalismo (Clube de Jornalistas), nº. 45, Janeiro/Março de 2011, Lisboa.

<[Http://www.clubedejornalistas.pt/wp-content/uploads/2011/02/JJ-45.pdf](http://www.clubedejornalistas.pt/wp-content/uploads/2011/02/JJ-45.pdf)>

- OberCom 2007 – *Apresentadores e comentadores da Actualidade na TV*

<http://www.obercom.pt/client/?newsId=373&fileName=fr_junho_2007_1.pdf>

- Expresso (expresso.sapo.pt)

<[Http://expresso.sapo.pt/vendas-de-jornais-continuam-em-queda=f848269](http://expresso.sapo.pt/vendas-de-jornais-continuam-em-queda=f848269)>

<[Http://expresso.sapo.pt/personalidades-criam-manifesto-para-reforma-do-sistema-eleitoral=f886892](http://expresso.sapo.pt/personalidades-criam-manifesto-para-reforma-do-sistema-eleitoral=f886892)>

- Público (publico.pt)

<[Http://www.publico.pt/politica/noticia/o-imperio-dos-comentadores-onde-quem-manda-sao-os-politicos-1594179](http://www.publico.pt/politica/noticia/o-imperio-dos-comentadores-onde-quem-manda-sao-os-politicos-1594179)>

ANEXOS

ANEXO I: Crónica sobre o 25 de Abril publicada no P3 já após o fim do estágio no *Público*

Disponível na íntegra em: <<http://p3.publico.pt/actualidade/politica/11705/25-de-abril-nostalgia-de-um-bem-perdido-nunca-alcancado>>

gostam de P3.



Plugin social do Facebook

Actualidade

- Sociedade
- Educação
- Desporto
- Política**
- Economia
- Ciência
- Ambiente
- Media
- Vícios
- Multimédia
- Pquê?

**VODAFONE
MEXFEST**
- 28 a 29 Novembro 2014 -



TAMARA ALVES

Crónica

25 de Abril: a nostalgia de um bem perdido (nunca alcançado)

Não tendo vivido aquele tempo, hoje sei que vivemos num tempo infinitamente melhor

Texto de Melissa Catarina Lopes • 15/04/2014 - 17:12

Distribuir     Imprimir // A A

1551 // Leituras

6 // Eu acho que

Texto

 Gosto 127

 Tweetar 0

 +1 0

 Pin it



Melissa Lopes é (academicamente) quase mestre em jornalismo. Nasceu em 1989



ANEXO II: Crónica sobre a situação dos estagiários, publicada já após o fim do estágio no *Público*

Disponível na íntegra em: <<http://p3.publico.pt/actualidade/media/12876/ser-estagiario-e-mostrar-que-existimos>>

Multimédia
Pquê?

**VODAFONE
MEXEFEST**
- 28 a 29 Novembro 2014 -

HONGOXU/Flickr



Melissa Lopes é (academicamente) quase mestre em jornalismo. Nasceu em 1989

Crónica

Ser estagiário é mostrar que existimos

O estagiário na área do jornalismo realiza-se quando vê conquistada a sua autonomia na redacção. E quando nota que está a ser verdadeiramente útil? É o auge

Texto de Melissa Catarina Lopes • 10/07/2014 - 14:46

Distribuir [f](#) [e](#) [+](#) Imprimir // A A

3022 // Leituras
12 // Eu acho que

Texto

Gosto < 374
Tweeter < 6
G+1 < 0
Pinit

Tags
Media Estágio
Crónica Jornalismo
Actualidade

Vê também
// "A Trainee in Brussels", um blogue português sobre como estagiar em Bruxelas
// Agência Europeia em Lisboa recrutada

O excerto

Se é verdade que ninguém nasce ensinado — por isso encaro com normalidade o período de estágio de um jovem acabado de sair da faculdade —, não menos verdade é que também chegam às redacções pessoas sem a mínima vocação e noção do que é ser jornalista e que, depois dos três meses de experiência, permanecem no mesmo patamar. Poderiam estes ser automaticamente contratados apenas por terem um diploma sem mostrar o que sabem e o que podem vir a saber?

Mesmo sabendo que no final do mês não vai ter um salário, o estagiário quer aprender e aprende, conforme a sua disposição, vontade e talento. É um percurso natural e necessário para quem quer ingressar na profissão. O estagiário realiza-se quando vê conquistada a sua autonomia na redacção. E quando nota que está a ser verdadeiramente útil? É o auge.

Mas até lá, o estagiário passa por um período de adaptação e requer alguma atenção dos outros jornalistas. Nas primeiras semanas (dependendo do caso), o estagiário pouco faz e o que faz fá-lo a um ritmo assustadoramente lento quando comparado com os seniores.

ANEXO III – “Eduardo Lourenço acredita numa revolução ‘eufórica’”

12 | PORTUGAL | PÚBLICO, QUI 23 JAN 2014

Salgueiro Maia no Panteão seria uma forma “digna” de comemorar Abril, diz Vasco Lourenço

Homenagem
Maria Lopes

Associação 25 de Abril já discutira a ideia, mas abandonou-a devido à burocracia. Agora espera pela iniciativa da AR

A trasladação dos restos mortais do capitão de Abril Salgueiro Maia para o Panteão Nacional seria uma forma de “comemoração digna os 40 anos do 25 de Abril” que se assinalam dentro de três meses, defende o presidente da Associação 25 de Abril, Vasco Lourenço. O tenente-coronel, que foi um dos capitães de Abril, considera que a ideia defendida na terça-feira à noite por Manuel Alegre seria a melhor forma de homenagear todos os que fizeram a revolução de 1974.

A questão já fora debatida no seio da associação há algum tempo, porque “o 25 de Abril deveria estar representado no Panteão Nacional” e a figura que simboliza os militares “seria o Salgueiro Maia”. O projecto foi abandonado porque se “levantaram muitos problemas burocráticos” e não se chegou à fase da proposta formal. “Até porque achamos que não devem ser os militares de Abril a fazer essa proposta, mas sim o Parlamento. Quando contactamos com a população, sentimos o carinho e o respeito que sentem por nós. O poder, infelizmente, não tem a mesma opinião”, critica o militar.

“Seria uma boa maneira de a Assembleia da República promover uma comemoração digna dos 40 anos do 25 de Abril”, diz Vasco Lourenço. “[Isso]”, acrescenta, “era se em Portugal

os valores de Abril fossem assumidos de forma correcta. Mas o que estamos a ver é que esses valores estão a ser atacados de uma forma violentíssima pelo poder.” O presidente da associação admite “não esperar muito do actual poder, esteja ele em Belém ou em São Bento” e deseja que haja uma “pressão muito forte por parte da população” para que esta trasladação vá mesmo em frente.

O problema, diz ainda o capitão de Abril, “não é a trasladação em si; o problema é o facto de os valores de Abril serem ou não recuperados. [A trasladação de Salgueiro Maia para o Panteão] seria um bom sinal de que o poder está preocupado com esses valores, em vez de ser hipócrita e comemorar com um simples colóquio ou uma conferência internacional.”

O professor e ensaísta Eduardo Lourenço diz não ter “nada contra”. “Se querem representar o 25 de Abril através de alguém que tenha tido uma atitude importante, porque não? Estará lá melhor que outros.” O líder parlamentar do PS, Alberto Martins, considera que “o 25 de Abril merece honras do Panteão Nacional” e Salgueiro Maia, sendo “o rosto e um símbolo” daquele “momento libertador” e da queda da ditadura, será uma das “opções naturais” para essa representação no monumento. Já a bloquista Cecília Honório admite ser necessária “ponderação e uma avaliação mais calma nesta recente corrida ao Panteão”. Ainda que considere Salgueiro Maia um “exemplo maior do país, um herói da revolução e da democracia que faz muita falta ao país nos dias em que vivemos” e que “merece todas as homenagens”, a deputada não quis adiantar qual a posição do partido.

Se sobre Salgueiro Maia o que há ainda é uma proposta informal, sobre a trasladação de Sophia de Mello Breyner o processo avançou há dois meses e já há anuência da família. Deverá agora ser a própria presidente da Assembleia da República a levar a proposta à conferência de líderes em breve. A trasladação deveria ocorrer no contexto da comemoração dos 40 anos do 25 de Abril. O PÚBLICO questionou o gabinete de Assunção Esteves sobre quais os nomes estudados nos últimos cinco anos e se houve propostas, mas não obteve resposta até ao fecho desta edição. Sophia de Mello Breyner e, eventualmente, Salgueiro Maia juntar-se-iam a Aquilino Ribeiro, Manuel de Arriaga, Amália Rodrigues, Almeida Garrett, Guerra Junqueiro, João de Deus, Humberto Delgado, Óscar Carmona, Sidónio Pais e Teófilo Braga.



Breves

Defesa

Exército para chefiar Estado-Maior General das Forças Armadas

O nome do general Pina Monteiro, chefe de Estado-Maior do Exército, terá sido apresentado no conselho de chefes como a escolha do Governo para suceder ao general da Força Aérea Luís Araújo no cargo de chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. A opção choca com a prática não oficial de rotatividade dos três ramos das Forças Armadas no cargo supremo entre os militares. A escolha parte do executivo liderado por Pedro Passos Coelho, que, depois de ouvidas as chefias castrenses, tem de o apresentar ao Presidente da República, o comandante supremo das Forças Armadas.

Açores

Representante da República promulga orçamento regional

O representante da República, Pedro Catarino, promulgou ontem o orçamento do Estado-Maior para 2014 e reafirmou que na origem do pedido de fiscalização preventiva do documento ao Tribunal Constitucional estiveram motivos “estritamente jurídicos”. “Tendo o Tribunal Constitucional, no seu Acórdão n.º 55/2014, decidido por maioria pronunciar-se pela não inconstitucionalidade do artigo 43.º do Decreto n.º 24/2013 da Assembleia Legislativa Regional, que aprovou o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2014, o representante da República procedeu ontem à assinatura do referido decreto, enviando-o para publicação em *Diário da República*”, revela uma nota do gabinete de Pedro Catarino. O TC não considerou inconstitucional a remuneração complementar de que beneficia a administração pública regional dos Açores.



Eduardo Lourenço e Vasco Lourenço no almoço do blogue *Ánimo*

Eduardo Lourenço acredita numa revolução “eufórica”

Cidadania
Melissa Lopes

O filósofo português acredita que Portugal vai ser capaz de sair da “situação humilhante” em que se encontra

Eduardo Lourenço, que ontem esteve presente num almoço da Associação 25 de Abril, caracterizou a situação de Portugal como “humilhante”, mas acredita que o país vai conseguir resolver os seus problemas.

O quotidiano esteve à mesa e foi o motor para a conversa com Eduardo Lourenço, convidado de honra de mais um AAA (Animado Almoço *Ánimo*), na Associação 25 de Abril, promovido por António Colaço.

Sobre o momento de crise Eduardo Lourenço sublinhou que “Portugal não está sozinho e que a crise é do sistema global”. Apesar de o fim do regime autoritário ter tido muitos aspectos positivos e de ter recuperado “um certo número de atrasos que as pessoas não se dão conta”, estamos hoje, e mais uma vez, numa “situação humilhante, que ainda não sabemos como sair dela”, salientou.

“Apesar das desilusões daqueles que supostamente nos iam resolver a crise [a *troika*]”, Eduardo Lourenço acredita que o país vai conseguir resolver os seus problemas, porque Portugal já arranhou anteriormente “esquemas de sobrevivência”, fazendo referência ao “milagre português” patente na esperança eterna do regresso de D. Sebastião. “O homem é naturalmente religioso (...), não há nada mais supersticioso que os políticos, até mesmo os ateus, que

vão à bruxa em vez de ir a Fátima”, explicou Eduardo Lourenço.

Para solucionar a crise, acredita numa revolução “democrática e eufórica”: “Uma revolução que, democraticamente, ponha fim à humilhação nacional que nos diminui e nos torna indignados por nos terem imposto a tutela da ordem económica para pagar dívidas.” E ironiza: “Dívidas para pagar compras que pessoalmente não pedi para fazerem.”

O desejo de Eduardo Lourenço centra-se sobretudo na capacidade da democracia – “a mais difícil das utopias que se inventou” – de cumprir a sua missão. “A democracia tem de se aguentar, não pode excluir ninguém, nem aqueles que efectivamente não concordam com ela”, disse. O ensaísta falou da questão da identidade portuguesa e da forma como os portugueses se vêem, exemplificando com os recentes momentos de glória nacional – a distinção de Cristiano Ronaldo como melhor jogador de futebol do mundo e a morte de Eusébio, encarada como símbolo do clubismo benfiquista e de idolatria nacional.

O filósofo sublinhou ainda que “Portugal sofre de hiperidentidade”: “É difícil conceber uma orgia identitária como aquela que verificamos com a distinção de Cristiano Ronaldo como o melhor jogador do mundo”, apontou. Momentos de glória distintos dos da época dos Descobrimentos, mas que na prática correspondem a sentimentos de compensação, pelo facto de sermos um país pequeno.

Segundo Vasco Lourenço, presidente da Associação 25 de Abril, Eduardo Lourenço é uma figura necessária à defesa dos ideais e valores democráticos da revolução.



Vasco Lourenço quer Salgueiro Maia no Panteão Nacional

Jornal O Crime com publicação suspensa

Comunicação social
Pedro Sales Dias

Última edição saiu a 5 de Fevereiro. Fonte da administração nega pedido de insolvência e acena com reestruturação profunda

A publicação de *O Crime* foi suspensa. A última edição saiu para as bancas a 5 de Fevereiro, confirmou ao PÚBLICO fonte da administração da sociedade que edita o jornal.

O mesmo responsável, que recusou ser identificado, fez questão de contrariar a informação – avançada por outras fontes ao PÚBLICO – de que o proprietário da publicação teria interposto um pedido de insolvência. A situação decorrerá de dificuldades financeiras na empresa que gere o título e de dívidas que mantêm para com os colaboradores. “Não sei quando o jornal vai retomar a sua publicação, mas vai ser retomada. Não há qualquer pedido de insolvência”, disse a mesma fonte.

O ainda director do semanário, Miguel Curado, comunicou, por correio electrónico, aos jornalistas, a 12 de Fevereiro, que a publicação estava “suspensa por tempo indeterminado”. “O jornal vai passar por uma reestruturação profunda e os pagamentos que vos são devidos a todos serão concretizados no âmbito dessa reestruturação. Não vos vou falar de prazos”, escreveu. O PÚBLICO tentou, várias vezes e sem sucesso, falar com Miguel Curado. Amadeu Araújo, jornalista que trabalhou para o semanário até Janeiro, confirmou que o jornal não lhe paga as verbas devidas pelos seus trabalhos desde Setembro, pelo que cancelou a sua colaboração. Mais jornalistas estarão nesta situação. Fonte ligada à redacção do jornal adiantou, aliás, que foi interposta uma acção no Tribunal de Braga para o arresto dos bens do jornal, para liquidar créditos laborais.

O advogado Victor Manuel Santos de Oliveira é o actual gerente do semanário que saía à quintas-feiras. Terá comprado há cerca de dois anos as acções de uma sociedade responsável pela edição do jornal. Algumas fontes disseram ao PÚBLICO, porém, que o título foi meramente cedido pelo viúvo da fundadora Vera Lagoa, Esteves Pinto, que o PÚBLICO não conseguiu contactar. O advogado de Esteves Pinto, Carlos Cunha, confirmou apenas a cedência do título, sem adiantar nada sobre a situação actual.



Capucho não poupou nas críticas ao PSD, num almoço onde Mário Soares fez questão de aparecer

Para o PSD se regenerar é preciso “sair de cena quem está em cena”, defende Capucho

Partidos
Melissa Lopes

O ex-militante, recentemente expulso, afirmou ter sido convidado por um partido de centro-direita em formação

António Capucho, recentemente expulso do PSD, disse no final de mais um almoço AAA (Animados Almoços Ânimo) na Associação 25 de Abril, que para o PSD se conseguir regenerar “de dentro para fora” é preciso “sair de cena quem está em cena” no partido. No debate que se seguiu ao almoço, onde Mário Soares fez questão de marcar presença, o ex-militante social-democrata falou de tudo, de si, do PSD, dos partidos e do panorama da política nacional.

Depois do debate, em conversa com os jornalistas, António Capucho revelou que foi convidado a encabeçar a lista de um partido em formação para as eleições europeias, partido sobre o qual nada quis adiantar, nem quem são os protagonistas. O partido em formação de que o ex-militante do PSD fala “vai aparecer em cena política muito brevemente”, afirmou. Não se trata de nenhum dos partidos recém-formados já tornados públicos. Tratar-se-á de um partido “reformista” posicionado algures en-

tre o Partido Social-Democrata e o Partido Socialista, adiantou.

No debate, Capucho percorreu diversos temas, sem escamotear a sua “rota de colisão” com o partido que ajudou a fundar. Apontando o dedo à estrutura interna do PSD, caracterizou a atitude de Passos Coelho de não apoiar os candidatos naturais às autarquias como uma “estupidez” e um “erro político”. E essa atitude do líder do PSD “legitimou a rebelião que se verificou” depois no partido. Falou da degradação dos partidos políticos – os “pilares da democracia” – e a necessidade de estes se regenerarem de “dentro para fora”, para que se tornem mais abertos e democráticos. Para Capucho, o PSD, “salvo algumas honrosas excepções, é um conjunto de oligarquias, fechadas sobre si próprias, desviando-se da sociedade e da matriz ideológica que deveriam defender, sem prestar contas à população ou disfarçando essa prestação de contas”.

E vai mais além na crítica quando se refere à existência de militância “barata” e de “barrigas de aluguer” no interior do partido. “Não é admissível que num partido com a dimensão do PSD, os militantes paguem 1 euro por mês de quotas, e que depois sejam os contribuintes a financiar o partido, seja para as campanhas eleitorais, seja para a actividade normal ou para a Assembleia da República”. Passou pelo memo-

rando de entendimento, que considerou ter sido assinado “quase de olhos fechados”, acrescentando que tornou a dívida portuguesa insustentável e que deveria ter sido renegociado assim que se percebeu que a “dose brutal de austeridade ia dar asneira”. Mostrou-se indignado com a distribuição “escandalosa” dos sacrifícios: pensionistas e funcionários públicos são “alvos da fúria daqueles senhores”. Abordou a reforma do Estado, que chegou de forma tardia e “nublosa”. Teceu considerações à actuação do Presidente da República, nomeadamente na crise política de Julho: “Foi uma pena que o Presidente não tenha mandado aqueles meninos para casa”.

Sobre o programa cauteloso e a necessidade de consenso político que Passos Coelho tem pedido, questiona: “A três meses de eleições, estar a pedir consensos políticos sobre aquilo que ele [Passos Coelho] não sabe o que é, sem que o PSD tenha um programa de reforma do Estado e sem um programa pós-*troika* definido (...) são acordos sobre o quê e para quê?” Sobre o próximo congresso do PSD, Capucho frisou que não faz intenções de segui-lo, até porque já está “tudo definido” à partida. “Já sei qual é a moção estratégica que vai ganhar – a moção de Passos, que é um auto-elogio do princípio ao fim”. E rematou dizendo que os congressos “são uma perda de tempo”.



Breves

Assembleia da República PS propõe “grande parada militar” para o 25 de Abril

O deputado socialista Marcos Perestrello propôs ontem “uma grande parada militar”, que parta da Avenida da Liberdade até ao Terreiro do Paço, em Lisboa, para comemorar os 40 anos do 25 de Abril de 1974. “O 25 de Abril foi um golpe militar e, portanto, o que há a fazer é homenagear os militares que o fizeram”, afirmou ao PÚBLICO o deputado do PS. A intenção dos socialistas é que a parada envolva “os três ramos das Forças Armadas”. A proposta reuniu o consenso da Comissão Parlamentar de Defesa. As iniciativas para comemorar a Revolução dos Cravos estão a ser ultimadas pelo grupo de trabalho de deputados constituído para o efeito e deverão ser conhecidas dentro de algumas semanas.

Eleições europeias

MAS e Livre reúnem-se mas o euro divide-os

Há entendimento sobre a necessidade de travar a austeridade, mas o euro divide os partidos mais à esquerda. Movimento Alternativa Socialista (MAS), liderado por Gil Garcia, e dirigentes do Livre estiveram reunidos anteontem, em Lisboa, e prometem “manter o diálogo para eventuais plataformas de unidade”. O MAS propôs uma “ampla convergência à esquerda” nas eleições europeias de 25 de Maio. Há consenso sobre parar com políticas de austeridade, mas também há “dificuldades”. O MAS considera que “a manutenção de Portugal no euro contribuiu decisivamente para afundar o país” e propõe um referendo sobre a matéria. “A opinião é mais favorável à manutenção de Portugal na moeda única”, concluem.

ANEXO V – “Reis Novais pensa que Cavaco não pediu fiscalização da CES para adiar medida”

8 | PORTUGAL | PÚBLICO, QUI 20 MAR 2014

Reis Novais pensa que Cavaco não pediu fiscalização da CES para adiar medida

Debate
Melissa Lopes

O antigo consultor de Jorge Sampaio diz que o Tribunal Constitucional está, pela primeira vez, a levar a sério os direitos sociais

O constitucionalista Jorge Reis Novais considera que foi para adiar o processo de tomada de decisão sobre a contribuição extraordinária de solidariedade (CES) que Cavaco Silva não pediu a fiscalização preventiva da medida. Desafiado a fazer uma previsão sobre a decisão que o Tribunal Constitucional (TC) poderá tomar, quando os partidos da oposição concretizarem o pedido de fiscalização sucessiva, defende que a decisão deve acontecer “o mais rápido possível”, ainda que, “para muitos, agradaria que [a decisão] fosse tomada depois do fim do memorando de entendimento”.

O professor universitário, antigo consultor presidencial de Mário Soares e de Jorge Sampaio, foi o convidado de ontem de mais um dos Anímadados Almoços Ânimo, na Associação 25 de Abril. E se foi duro quando admitiu que durante 30 anos o TC não levou a sério os direitos sociais, elogiou o facto de este órgão estar, “pela primeira vez, a levar a sério os direitos sociais (...) nestes últimos dois anos.”

Para o constitucionalista, “seria uma surpresa se o TC não se pronunciasse sobre a inconstitucionalidade” da CES. Reis Novais defende que essa contribuição viola o princípio fundamental da igualdade, tratando-se, portanto, de “uma indignidade”. E revela que foi com espanto que viu, em 2013, o TC deixar passar o aumento da CES e os cortes na função pública. Na altura, explica, “o Governo dizia que era uma medida transitória, o problema é que agora não se trata de uma medida transitória”.

Os cortes dos rendimentos da função pública e dos pensionistas, considerados “alvos fáceis”, integram, na opinião de Reis Novais, uma estratégia de destruição da função pública, que tem o objectivo de acabar com o Estado social e transferir esses serviços [saúde, educação, trabalho] para o mercado privado. “Já no que toca ao aumento da ADSE e de outros subsistemas de saúde, o ex-consultor acredita que o TC não se deverá opor, uma vez que estes são sistemas opcionais,

não consagrados na Constituição.

Seguindo a “estratégia de destruição do Estado social”, as camadas médias da sociedade vão progressivamente deixar de pagar esses subsistemas e vão ter de optar, ou pelo privado, ou pelo SNS (Sistema Nacional de Saúde), onde já passam a contribuir, prevê Reis Novais.

O ex-consultor da Presidência foi um dos subscritores do manifesto dos 70 sobre a reestruturação da dívida, por acreditar que é preciso “uma folga na defesa dos direitos constitucionais” que estão em risco até 2035. “Numa altura em que se apelava tanto a um consenso, a primeira vez que isso se fez de forma alargada, da direita à esquerda, na questão da reestruturação da dívida, gerou muito impacto”, afirmou. Para o constitucionalista, o documento corresponde a “uma tentativa de alternativa política”.

Sobre a polémica da prescrição do processo judicial contra Jardim Gonçalves e o presidente da associação, Vasco Lourenço, falou de “hipocrisia na classe política que está no poder”. “Fico arrepiado quando vejo o primeiro-ministro dizer que tem muita pena, mas a Justiça ainda não é igual para todos”, disse, pedindo a Passos Coelho “que não lamente, faça coisas”.

Neste assunto, Reis Novais lamenta que existam “poderes ocultos que capturam os aparelhos do Estado”. Trata-se de “uma situação inevitável, comum a todas as democracias, que tem de ser combatida”. Até porque, nas actuais circunstâncias, os pressupostos da democracia não estão a ser “efectivamente realizados”, disse, alertando para o facto de a democracia estar em risco.



Ex-assessor presidencial acredita que TC chumbará a CES



O ministério liderado por Rui Machete crê nas mudanças em Malabo

MNE vê sinais positivos na Guiné Equatorial

Diplomacia
Nuno Ribeiro

A presidente do Senado daquele país admitiu um referendo para abolir a pena de morte, mais um passo para a adesão à CPLP

A presidente do Senado da Guiné Equatorial admitiu ontem, em Genebra, a realização de um referendo para a abolição da pena de morte. “As declarações da presidente do Senado da Guiné Equatorial vêm confirmar o que já tinha sido afirmado pelo ministro das Relações Exteriores e da Cooperação equato-guineense, em Maputo, durante o Conselho de Ministros Extraordinário da CPLP”, reagiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

O Palácio das Necessidades lembra ainda que as declarações de Eftua Asangono, que participa esta semana na Assembleia da União Interparlamentar, confirmam as declarações de Alfonso Nsue Mokuy, vice-primeiro-ministro do regime de Teodoro Nguema Obiang, proferidas em Genebra durante o recente Conselho de Direitos Humanos da ONU. “Ambos afirmaram que a pena de morte foi suspensa naquele país onde, desde 13 de Fevereiro, está em vigor uma moratória”, diz o MNE.

No roteiro imposto pela CPLP ao regime de Malabo – cujo Presidente, Teodoro Obiang, está no poder desde 1979 –, quando a Guiné Equatorial solicitou a adesão plena à CPLP, constam, entre outras medidas, uma moratória sobre a pena de morte. No encontro dos chefes da diplomacia da organização, na capital moçam-

bicana a 20 de Fevereiro, o ministro das Relações Exteriores e da Cooperação da Guiné Equatorial, Agapito Mba Mokuy, revelou a entrada em vigor da moratória oito dias antes. Contudo, este anúncio foi contrariado pela divulgação de nove execuções sumárias de opositores antes moratória.

Em Genebra, Eftua Asangono – a primeira mulher a dirigir um órgão constitucional na Guiné Equatorial –, ao referir a celebração de um referendo, ainda sem data marcada, para a abolição da pena de morte, parece confirmar o compromisso de Malabo. Pelo menos, é esta a interpretação do MNE. “Vem confirmar também o compromisso que tinha sido assumido pelo ministro das Relações Exteriores e da Cooperação, Agapito Mba Mokuy, em Maputo, de que o próximo passo será a abolição da pena de morte”, sintetiza o Palácio das Necessidades.

A necessidade do referendo, segundo a presidente do Senado, advém de que alterações à Constituição do país devem ser aprovadas por referendo, pois tal modificação, disse, implica tanto o Governo de Malabo como o povo da Guiné Equatorial. Para cumprir o roteiro da CPLP, ao país de Obiang são ainda impostas outras medidas. Entre elas a adequação da legislação aos princípios e valores defendidos pela CPLP: as garantias do Estado de direito e do respeito pelos direitos humanos.

Outro ponto reside no ensino e divulgação do Português num país que conta com duas línguas oficiais – o Espanhol e o Francês. Em Janeiro, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação assinou em Malabo protocolos para a promoção e difusão do Português.

BE isolado sobre incidente com Passos

Parlamento
Sofia Rodrigues

Só os bloquistas assumem que houve infracção do regimento quando primeiro-ministro não respondeu a deputada

O líder parlamentar do BE, Pedro Filipe Soares, levantou a questão, na conferência de líderes, da recusa do primeiro-ministro em responder à deputada Catarina Martins, no debate de há 15 dias, mas a presidente da Assembleia da República, os partidos da maioria e o ministro dos Assuntos Parlamentares consideraram que não houve infracção do regimento.

A posição foi transmitida aos jornalistas pelos secretários da mesa da Assembleia da República Pedro Alves e Raul Almeida, no final da conferência de líderes de ontem. No último debate com o primeiro-ministro, Catarina Martins disse que a palavra de Passos Coelho de nada valia, o que levou o chefe de Governo a dizer que não responderia mais às intervenções da coordenadora do BE. Os deputados da bancada bloquista abandonaram o plenário em protesto.

Na conferência de líderes de ontem, o ministro Marques Guedes leu a intervenção de Catarina Martins para concluir que não houve nenhuma pergunta e que, logo, o primeiro-ministro não tinha de responder, estando em causa injúrias e ofensas.

A presidente Assunção Esteves considerou que a questão é política e que não existiu qualquer infracção do regimento. Segundo as mesmas fontes, à excepção do BE, nenhuma das bancadas considerou que tivesse havido infracção do regimento. As posições das bancadas da oposição não foram idênticas, tendo existido “matizes” entre elas.

No final da conferência, Pedro Filipe Soares reiterou que o regimento foi violado e que “o Governo não pode vir à Assembleia e ficar em silêncio perante as perguntas dos deputados”. Relativamente à posição da presidente, o líder da bancada bloquista transmitiu que a presidente declarou que não lhe competia mais do que fazer um apelo à auto-regulação dos deputados.

Nas bancadas da maioria, só o CDS se pronunciou sobre este assunto. Nuno Magalhães, líder do grupo parlamentar, afirmou que PSD e CDS entenderam não ter existido qualquer infracção do regimento.

ANEXO VI – “CDS admite mudar norma para CES não acumule com cortes de pensões”

12 | PORTUGAL | PÚBLICO, QUI 30 JAN 2014



O alargamento da CES e o corte das pensões de viuvez não será cumulativo, garante a maioria

CDS admite mudar norma para que CES não acumule com corte de pensões

Orçamento rectificativo

Maioria garante que clarificação será feita na especialidade. Dirigente da APRe! diz que Governo vai tornar cortes definitivos

O CDS-PP afirmou ontem, pela voz de Cecília Meireles, que a maioria parlamentar apresentará uma norma clarificadora no Orçamento rectificativo para que “não reste nenhuma dúvida” da não-acumulação da contribuição extraordinária de solidariedade [CES] com o corte da pensão de viuvez.

Mais tarde, Duarte Pacheco (PSD) fez uma declaração aos jornalistas, na Assembleia da República, no mesmo sentido: “Se for necessário clarificar essa medida em sede de Orçamento rectificativo, os partidos da maioria – o PSD e o CDS – decerto que apresentarão a proposta de alteração necessária para que isso fique clarinho para qualquer pessoa”. Quanto aos novos pensionistas, Duarte Pacheco afirmou que estes “irão ter a sua pensão calculada pelas novas regras”, acrescentando que “a CES (contribuição extraordinária de solidariedade) reflecte-se sobre todos esses pensionistas”.

Cecília Meireles referiu que, “em relação às novas medidas da CES e

às medidas da pensão de sobrevivência, foi expressamente apresentada a questão [à ministra das Finanças] no debate parlamentar de não acumulação destas medidas”. A questão foi colocada por si a Maria Luís Albuquerque na discussão do Orçamento rectificativo na generalidade, e “foi por ela desmentida logo no debate parlamentar”. “Foi também dito que a maioria apresentará uma proposta que clarifique que estas medidas não acumulam uma com a outra, ou seja, que não haverá efeitos sobrepostos, preocupação que já tinha, aliás, tido lugar na medida inicial da convergência das pensões”, disse.

Por sua vez, Duarte Pacheco acrescentou: “Se existe essa dúvida, porque a redacção possa não estar clara, só há algo a fazer – é alterar a redacção para que fique claro que ninguém sofrerá esse duplo corte”. “É isso que nós estamos dispostos a fazer durante a apresentação das propostas de alteração ao Orçamento rectificativo”, reforçou o social-democrata.

“Roubo definitivo”

As garantias foram dadas pelos deputados depois de o *Diário de Notícias* ter avançado que os 25 mil pensionistas que serão abrangidos pelos cortes das pensões de viuvez arriscam sofrer uma dupla penalização por via da CES.

Pouco antes, a presidente da Asso-

ciação de Pensionistas, Reformados e Aposentados (APRe!) afirmava ser “um caso de polícia”. Se o Orçamento rectificativo for aprovado tal como está, teme que vão surgir casos de viúvos que vão ser alvo de dois cortes nas pensões.

“Estamos fartos daquilo que está acontecer – trata-se de um “roubo legalizado nunca antes visto em democracia”, disse a convidada de honra de mais um AAA (Almoços Animados Ânimo). “É diária a guerra que o Governo faz contra os velhos”, frisou Maria do Rosário Gama, para quem o Governo está a preparar-se para transformar a CES numa medida definitiva. O alargamento da contribuição extraordinária de solidariedade proposta pelo Governo para compensar o buraco orçamental de 388 milhões de euros – resultante do chumbo do Tribunal Constitucional da convergência das pensões – é um “roubo institucionalizado e organizado”, disse a representante da APRe!, que já interpôs duas providências cautelares para contestar a medida.

Rosário Gama contestou também o facto de o Governo alegar que o peso dos pensionistas corresponde a 70% da despesa pública. “As pensões são pagas em regime contributivo, não vem dinheiro do Orçamento para pagar pensões, estas resultam das contribuições de quem está no activo”, respondeu. **Melissa Lopes, com Lusa**



Breves

Co-adopção

Hugo Soares diz que afirmações estão descontextualizadas

O deputado do PSD Hugo Soares, autor da proposta de referendo sobre co-adopção e adopção por casais homossexuais, garante que estão “descontextualizadas” as suas afirmações à TVI sobre sujeitar direitos a consulta popular. “Acho profundamente lamentável que se crie uma notícia à volta de algo que não existe. A peça da TVI está cortada. É evidente que há um conjunto alargado de direitos e de matérias que não são referendáveis. O que estão a dizer está completamente descontextualizado”, afirmou ao PÚBLICO. Isabel Moreira contesta esta versão: “É ver o vídeo da TVI”. A deputada socialista diz ter ficado “em choque” com a afirmação do deputado do PSD.

Europeias

PCPT/MRPP acusa RTP de promover Marinho e Pinto

O PCPT/MRPP questionou a direcção de informação da RTP sobre a “injustificada” permanência de Marinho e Pinto no programa *Justiça Cega*, para o qual foi convidado na qualidade de bastonário da Ordem dos Advogados, cargo que deixou de desempenhar no mês passado. Agora, alega o MRPP, Marinho e Pinto é candidato às eleições europeias, que se realizam a 25 de Maio, pelo Movimento Partido da Terra (MPT), o que permite concluir que a RTP está a “promover” a sua candidatura ao Parlamento Europeu. Aquele partido considera que a opção da direcção de informação da RTP demonstra que a estação de televisão já começou a “seleccionar” os candidatos que pretende “promover”.

Cadilhe: país perdeu a oportunidade das reformas

Reforma do Estado

A presença da *troika* era, para o antigo ministro, o momento de mudar a estrutura do Estado

O antigo ministro das Finanças Miguel Cadilhe mostrou-se ontem preocupado por Portugal ter desaproveitado aquilo que considerou como uma grande oportunidade para realizar uma reforma estrutural do Estado, durante a presença da *troika*. Num debate no Palácio da Bolsa, no Porto, com o conselheiro de Estado e também economista Vítor Bento, o antigo ministro Miguel Cadilhe lamentou que as alterações às funções do Estado não tenham sido realizadas.

“Temos as reformas estruturais do Estado que não foram feitas e continuam não sendo feitas. A reforma estrutural das funções e dos regimes públicos está por fazer. Apareceu um guião que é uma pobreza de política, é de política pequenina, fica-se pelos preliminares. Nesta fase do campeonato, ficar-se pelos preliminares é, de facto, muito pouco”, declarou. Miguel Cadilhe manifestou-se “muito preocupado” por Portugal ter “deixado perder a grande oportunidade que foi o momento ‘troikiano’”. “A *troika* está cá, estava o país todo receptivo a grandes mudanças, mudanças estruturais. A mudança estrutural é aquela que é irreversível”, afirmou.

As críticas de Miguel Cadilhe estenderam-se também àquilo a que chamou uma “injustiça de bradar aos céus” sobre os pensionistas portugueses, que “são titulares de uma espécie de dívida pública da República”, disse. E questionou como pode o Estado cumprir “toda a dívida pública perante os credores externos e internos, mas, perante os pensionistas, não cumprir essa outra espécie de dívida pública que advém de eles terem contribuído toda a vida”.

Por seu lado, em relação à temática do processo de ajustamento realizado por Portugal, Vítor Bento afirmou-se “um pouco mais céptico do que o entusiasmo todo” que vê à volta. “Acho que é notável o que foi feito até agora, sobretudo nas condições muito adversas (aquilo que os consultores costumam chamar ‘ventos contrários’), conseguimos resultados muito notáveis, mas convém não nos entusiasmarmos demasiado, porque ainda há muito para fazer”, afirmou o também presidente da SIBS. **Lusa**

ANEXO VII – “Um protesto de trabalhadores que já é quase uma oração”

8 | PORTUGAL | PÚBLICO, SEX 28 FEV 2014

Um protesto de trabalhadores que já é quase uma oração

CGTP-IN convocou para ontem em Lisboa e no Porto marchas “contra as injustiças e desigualdades”. Os alvos dos protestos, que reuniram milhares de pessoas nas duas cidades, foram a *troika* e o Governo

Protestos
Ana Cristina Pereira,
Melissa Lopes

O secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, não quis deixar em branco a presença da *troika* em Portugal. Parece-lhe que “vale a pena prosseguir a luta para derrotar as políticas de austeridade”. Milhares de pessoas quiseram ontem dizer o mesmo em Lisboa e Porto.

Cada cidade definiu um roteiro simbólico “contra as injustiças e as desigualdades”. Em Lisboa, a manifestação, que terminou junto à residência oficial do primeiro-ministro, partiu de três pontos: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. No Porto, começou no Largo dos Lóios, junto à Praça da Liberdade. Adultos de ar sério, alguns a segurar uma tocha, como fiéis numa cerimónia religiosa, seguiram uns atrás dos outros até ao centro comercial Via Catarina, na mais comercial rua da cidade.

– Abril de Novo, gritava uma voz
– Com a força do povo!, gritavam muitos.

– A luta continua.
– Nas empresas e na rua!
Ia um homem à frente, dentro de um carro cinzento, de microfone na mão. E outro a meio, de alifalante em riste. Atrás de cada um deles, homens e mulheres respondiam sem se atrapalharem, no misto de firmeza e frouxidão de quem mantém a fê mas já conhece o ritual de uma ponta à outra.

– Quem luta sempre alcança.
– Queremos mudança!
– É preciso, é urgente.
– Uma política diferente.
“Somo poucos, mas somos certos”, afiançava Ana Moreira, 70 anos, a erguer um cartaz branco com uma frase a negro: “Fartos de aldrabões, queremos eleições”. Sempre que há manifestação contra as políticas em curso lá está ela – ela e o “companheiro, amigo, amante, camarada”. Ele nem se via. Parecia ter sido engolido pela mancha de bandeiras vermelhas. “Está aí na luta. Trabalhou na siderurgia, descontou cada hora, ficou sem um pulmão e agora está a ser roubado!”

Naquela espécie de prece, os manifestantes subiram a rua de 31 de Ja-



Em Lisboa, a marcha partiu de três pontos da cidade e terminou junto à residência oficial do primeiro-ministro. No Porto, os manifestantes atravessaram a baixa da cidade até à rua de Santa Catarina

neiro. Nos passeios, turistas tiravam fotografias. Ana Moreira agradecia-lhes a vontade de registar aquele sinal de que o país “não está melhor”, como diz o primeiro-ministro. Prova disso era ela mesma: “Ando com uma placa a cair da boca, nem posso falar direito.” Nem por isso se calava. “O que querem é que esteja tudo caladinho. Eu sou analfabeta mas sei que se estivesse tudo bem, não havia tanta emigração.”

Em Lisboa, no fim de tudo, Arménio Carlos haveria de fazer um diagnóstico mais preciso: “No momento em que a *troika* se encontra de novo no nosso país para efectuar a II.ª avaliação do memorando, os factos e os números confirmam que depois destes três anos de submissão ao programa de agressão o investimento caiu a pique, a dívida está no limiar dos 130% e os juros atingiram montantes exorbitantes, tornando a dívida impagável. O país está, assim, numa situação politicamente insustentável, economicamente ruínoza, social e culturalmente catastrófica.”

Nos últimos dias, muito se tem falado na despedida da *troika*. “Com uma saída à irlandesa, um programa cautelar ou o que lhe quiserem chamar, o que pretendem é condenar os trabalhadores e as suas famílias a uma exploração e a um empobrecimento ilimitado no tempo”, sustentou Arménio Carlos. “Agora vêm falar de compromissos. Compromissos com quem?”, perguntou. Os compromissos da CGTP passam por outra política, afirmou, exigindo a renegociação da dívida, a defesa do sector produtivo e o aumento do salário mínimo para 515 euros.

– Este Governo hostil, gritava-se, ainda, no Porto.

– Quer destruir Abril!
– Está na hora, está na hora...
– Do governo ir embora!

A Ilda Figueiredo, ex-eurodeputada do PCP, não parecia relevante discutir se eram muitos ou poucos a marcar presença contra “as injustiças e as desigualdades”. “Há permanentemente acções de rua”, lembrava. “Não se pode olhar para uma de forma isolada, mas para um vasto conjunto em diferentes zonas com diferentes objectivos. Nunca se protestou tanto em Portugal.”

A CGTP-IN já anunciou nova semana de luta a decorrer entre 8 e 15 de Março. Dia 28, há nova manifestação.



Cordão policial impediu trabalhadores de subir escadaria da AR

Trabalhadores da função pública tentaram subir degraus da Assembleia da República

Protestos
Melissa Lopes

Arménio Carlos, Jerónimo de Sousa, Mário Nogueira e Ana Avoila participaram na manifestação

Naquela que foi uma semana de protesto, a Frente Comum juntou ontem Sindicatos da Administração Pública de todo o país, em frente à Assembleia da República, contra a política de austeridade do Governo. Alguns manifestantes tentaram subir a escadaria do Parlamento, mas foram travados por elementos das forças de segurança, que de imediato formaram um cordão policial numeroso.

Os trabalhadores da administração pública pediram a reposição das 35 horas de trabalho semanal e reposição dos cortes nos salários e nas pensões, numa tarde que, apesar de alguns ânimos exaltados, terminou sem qualquer incidente.

O protesto teve três “colunas” de manifestantes: uma proveniente do Ministério das Finanças (onde se reuniram trabalhadores da administração local, que entregaram os acordos assinados entre sindicatos e autarquias para a reposição das 35 horas de trabalho semanal); outra da Rua Braancamp (composta por trabalhadores das Forças Cívicas das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa); e a terceira juntou-se no Jardim do Príncipe Real (onde a Frente Comum reuniu os sindicatos das várias regiões do país).

Do Príncipe Real a manifestação seguiu para o Tribunal Constitucional (TC), onde foi entregue uma resolução. De braços no ar, a ostentar faixas “em defesa da Constituição”,

pedia-se uma “política diferente”. A dada altura, cantava-se *Grândola, vila morena*.

A marcha das “três colunas” culminou no Parlamento, onde haveriam de discursar Arménio Carlos, da CGTP, Mário Nogueira (Fenprof), Ana Avoila, da Frente Comum, e o representante do Sindicato dos Enfermeiros. Antes disso, alguns manifestantes tentaram subir a escadaria da Assembleia, mas a polícia, e também elementos da organização sindical, impediram que tal acontecesse. Manifestantes pediam para que a polícia se juntasse a eles. “Vocês deviam era proteger o povo e não esses ladrões!”, gritavam manifestantes. “Quem nos rouba todos os dias não são os fardados, é quem manda nos fardados”, dizia Arménio Carlos no seu discurso, pedindo a demissão do Governo.

O protesto da Frente Comum encerra a semana de luta decretada pela CGTP, semana essa que Arménio Carlos afirmou “ter valido a pena”: foram assinados “centenas de acordos que garantem as 35 horas de trabalho semanal”; “foram pagos salários e subsídios que estavam em atraso”; e houve a decisão do tribunal que “penaliza o Governo”, que terá de pagar indemnizações, na ordem dos 800 mil euros, aos trabalhadores de estabelecimentos de manutenção militar, resultantes de um subsídio que lhes tinha sido “injustamente retirado”.

“Perante as decisões das instituições, o Governo continua a fazer ouvidos de mercador e a virar as costas.” O dirigente sindical referia-se à decisão sobre ADSE e outros complementos da administração pública. “Quando pega no mesmo documento e o apresenta na AR, o Governo não está a respeitar a lei e as instituições, está a faltar ao respeito e a provocar o povo e os trabalhadores”, disse,

Polícias recorrem a providência cautelar para evitar cortes do Governo

Segurança interna
Pedro Sales Dias

Em causa está a redução até 40% dos valores pagos pelos serviços gratificados de apoio a espectáculos desportivos

Depois de verem reduzidos os seus salários em média 200 euros, os elementos da PSP e da GNR foram agora surpreendidos por cortes nos valores pagos pelos serviços gratificados que prestam em provas desportivas.

Em média os cortes, publicados numa portaria recente do Governo, estão entre os 30% e os 40% e estão a provocar indignação. Desta feita, porém, os polícias optam não pelas manifestações, mas por uma providência cautelar. Os valores das tabelas a aplicar não fo-

ram reduzidos efectivamente. Os cortes são o resultado indirecto da aplicação de uma tabela de valores em euros mais baixos a serviços antes remunerados por uma outra tabela com valores superiores.

A providência, que está a ser preparada, deverá ser interposta para a semana a tempo de evitar a entrada em vigor da portaria. “É grave a forma como isto foi feito. Ninguém falou connosco. Estamos a preparar uma providência cautelar que será colocada já para a semana”, garantiu ao PÚBLICO, o presidente do Sindicato Nacional de Polícia (Sinapol), Armando Ferreira.

O mesmo sindicato diz que vai recorrer ao provedor de Justiça. “Este tipo de questões devem ser negociadas com os sindicatos. Assim diz a lei sindical e portanto vamos apresentar a situação ao provedor. Aliás, queremos também que a questão chegue, por seu intermédio, ao Tri-

bunal Constitucional”, acrescentou Armando Ferreira.

A portaria, à qual o PÚBLICO teve acesso, altera os valores a pagar aos polícias que prestem apoio em espectáculos desportivos, à excepção dos jogos profissionais de futebol. Segundo o documento, “todas as competições desportivas de natureza inferior ao escalão sénior ou equivalente” e “todas as competições desportivas de escalão sénior ou equivalente, de âmbito distrital, local ou nacional” passam a pagar aos polícias pela tabela mais baixa.

Os serviços remunerados são feitos pelos polícias após o horário de trabalho, sendo por isso uma forma de ganharem mais dinheiro. Com estes cortes, por exemplo, um agente da PSP ou guarda da GNR que num período de quatro horas – aos sábados, domingos, feriados e após as 20h – ganhava 51,70 euros passa a auferir 37,60 euros.

O sistema que funciona sem depender de operador telefónico e ainda faz a Gestão Unificada das Redes Fixas, Móveis, Internet e Satélites.

Conquiste a sua Independência nas Telecomunicações Empresariais.



O Passado:

Central Telefónica PBX, RDIS, Analógica e VoIP.

Precisava de estar ligada a um Operador Telefónico. Tinha custos com o aluguer de linhas e tráfego telefónico. Não suportava a gestão de telemóveis, computadores, dados móveis e satélites.

A utilização desta tecnologia oferecia poucos serviços e fazia gastar muito dinheiro mensalmente em tráfego de comunicações e alugueres.



O Presente:

Central Telefónica e de Dados de Comunicações Unificadas sobre IP.

Não precisa de estar ligada a Operador Telefónico para receber e fazer chamadas. Não tem custos com o aluguer de linhas nem com tráfego telefónico e liga para todo o Mundo. Gere tudo o que uma Empresa precisa: Telefones, Telemóveis, Computadores, Dados Móveis e Satélites.

Os telemóveis passam a ter funções profissionais como: Suspende e Transfere Chamadas, Conferências, Consultas e muitos outros serviços.



Estamos em todo o país, informe-se já:

A BELTRONICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

AVEIRO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • ÉVORA • FUNCHAL
RUNDÃO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • LOULÉ • P. DELGADA • PORTALEGRE
PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

ANEXO IX— “As Forças Armadas estão serenas, mas não estão submissas”, diz Lima Coelho”

20 | PORTUGAL | PÚBLICO, DOM 16 MAR 2014

Seguro olha para a Europa e não gosta do que vê

Partidos

Secretário-geral do PS propôs outro papel para o BCE e uma política económica que aposte na criação de emprego

O secretário-geral do Partido Socialista (PS), António José Seguro, reconheceu ontem, em Lisboa, que, quando olha para a Europa, não gosta do que vê. No discurso de encerramento da iniciativa *Novo Rumo para Portugal*, dedicada ao tema da Europa, o líder do PS reafirmou o “compromisso dos socialistas com o projecto europeu”, mas com um projecto que não deixe “ninguém para trás nem nenhum país fora” do progresso e do bem-estar.

“Olhamos para a Europa e não gostamos daquilo que vemos”, reconheceu, criticando o actual projecto europeu por “dividir” países do Norte e países do Sul. “Muito menos gostamos daquilo que a Europa decide aplicar em Portugal”, realçou. Renovando apelo para que todos participem para “mudar Portugal e voltar de novo a dar confiança aos portugueses”, Seguro recordou: “A Europa tem tudo a ver conosco.” “Uma coisa é a sustentabilidade do Estado, outra é reduzi-lo ao mínimo”, distinguiu. “Necessitamos, com urgência, de corrigir os desequilíbrios que a crise gerou na União Europeia”, venceu. Seguro propôs ainda outro papel para o Banco Central Europeu, nomeadamente no combate à especulação financeira e, preocupado com o desemprego jovem, defendeu que a política económica deve apostar na criação de postos de trabalho. Depois de salvo o euro, é preciso “salvar as pessoas”, instou.

Antes do discurso de encerramento do secretário-geral, Francisco Assis, cabeça de lista do PS às eleições europeias de 25 de Maio, afirmou-se “europeísta e disposto a lutar” pelo projecto socialista para uma Europa “mais solidária, mais justa” e “que se recuse a ser de ricos e de pobres”.

Para Assis, o que vai estar em discussão nos próximos tempos é saber como Portugal vai “enfrentar os anos do pós-troika”.

Apelando a uma maioria no Parlamento Europeu para os socialistas, Assis sublinhou que “é melhor um alemão progressista do que um português liberal” à frente da Comissão Europeia, aludindo a Martin Schulz e Durão Barroso, respectivamente.

“As Forças Armadas estão serenas, mas não estão submissas”, diz Lima Coelho

Protestos Melissa Lopes

Milhares de militares manifestaram-se em protesto contra o corte de rendimentos e pensões, em marcha lenta e pacífica

O presidente da Associação Nacional de Sargentos, Lima Coelho, advertiu ontem que as Forças Armadas “estão serenas, mas não estão submissas”, lembrando o momento em que, antes do 25 de Abril de 1974, se dizia que os militares também se encontravam serenos. Foi no final da manifestação que fez desfilar milhares de militares entre o Largo Camões e o Parlamento, em protesto contra o corte de rendimentos e pensões.

“As Forças Armadas estão serenas, mas não estão submissas nem submetidas às más vontades de quem quer que seja”, declarou António Lima Coelho. Resumindo o “estado de espírito” dos militares portugueses, o dirigente frisou que quando “se chega ao limite de terem de se manifestar” é porque “as coisas estão seriamente mal”. E recordou Zeca Afonso: “Não nos obriguem a vir para a rua gritar, porque está na hora de irem zarpar.”

Relativamente aos aumentos das contribuições para a saúde, a ADM,

Lima Coelho afirmou que os subsistemas de saúde são e sempre foram auto-sustentáveis e acusou o Governo de querer tapar outros buracos orçamentais com o aumento destas contribuições. “O Presidente da República apercebeu-se de que a mentira já ia longe de mais”, declarou o representante máximo dos sargentos. “Não baixemos os braços, nós sabemos que um acto só não resolve tudo, mas a continuidade dos actos pode levar à resolução dos problemas”, apelava. “[Todas as manifestações] são rios a fluir para o mesmo mar onde um dia nos vamos encontrar.”

Antes, o presidente da Associação de Praças, Luís Reis, destacou o aumento das situações de insolvência de militares em consequência dos cortes nos vencimentos e nas pensões, e deixou críticas ao ministro da Defesa, Aguiar-Branco, que recebeu os primeiros assobios e vaias dos manifestantes. Luís Reis criticou também as alterações aos regimes específicos dos militares, que disse constituírem um “ataque sem precedentes às Forças Armadas e aos militares que nelas servem”. “As Forças Armadas servem Portugal, não servem o Governo”, frisou. Alguns militares gritavam com indignação “Gatunos” e “Os militares não são ladrões”, pedindo a demissão dos governantes.

Lima Coelho referiu-se à forma or-

deira como decorreu a manifestação até à Assembleia da República, afirmando que os únicos degraus que os militares querem subir “são os degraus da Justiça”. Por isso mesmo, os militares elogiaram os elementos da polícia que se encontravam em serviço na escadaria da Assembleia da República.

Por seu lado, o presidente da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA), Pereira Cracel, enumerou as situações que “vão afectando a vida profissional, mas também social e psicológica dos militares”, o que desmotiva e indigna os militares, provocando-lhes “sentimentos de revolta nada recomendáveis”.

A manifestação da Associação dos Oficiais das Forças Armadas (AOFA) juntou associações de praças, sargentos, ex-combatentes, colégios militares, com especial afirmação de um grupo de alunas do Instituto de Odontologia. Segurando rosas vermelhas, entoavam palavras de ordem e canções em protesto contra o anunciado encerramento da instituição. “Estas são as filhas da nação, já adultas podem crer, ansiosas por saber, se o IO tem solução”, cantava o coro feminino de alunas e familiares.

O protesto iniciou-se no Largo Camões com a canção *E Depois do Adeus*, de Paulo de Carvalho, que foi a senha para o 25 de Abril, e encerrou com o hino nacional. Pelo meio cantou-se a *Grândola*.



Milhares de militares desfilaram em protesto do Largo Camões até à Assembleia da República

Independente João Lavinha é o número dois da lista do BE

Partidos

O Manifesto dos 70 mereceu ontem aplausos do Bloco e do PCP

O independente João Lavinha, antigo director do Instituto Nacional Ricardo Jorge, é o número dois da lista do Bloco de Esquerda (BE) às eleições europeias, anunciou ontem a euro-deputada e cabeça de lista Marisa Matias. O arqueólogo Cláudio Torres é o terceiro nome na lista. As novidades foram apresentadas ontem, durante a reunião da mesa nacional do partido, onde se ficou a saber que a lista é aberta a nomes fora do BE, sendo metade dos candidatos da lista independentes, acontecendo o mesmo com as mulheres.

Mas foi a actualidade política que acabou por marcar o encontro, levando Marisa Matias a acusar Cavaco Silva de “má-fé” e de “enganar os portugueses” quando avisou que pelo menos até 2035 Portugal continuará sujeito a supervisão orçamental. “A dívida é impagável e o que é apresentado pelo Presidente da República [no prefácio do *Roteiros VIII*] é má-fé, é enganar os portugueses”, afirmou. “O roteiro apresentado por Cavaco Silva vem mostrar que estamos condenados à austeridade por mais 35 anos, o que não é o nosso entender”, disse a eurodeputada. E defendeu: “Pagariamos a dívida, mas ficaríamos sem país.”

Marisa Matias falou ainda sobre o manifesto das 74 personalidades que defenderam uma reestruturação da dívida pública, considerando que o documento mostra que se está “a caminhar para o amplo consenso na sociedade portuguesa de que existe alternativa à austeridade”.

Também o secretário-geral do PCP se referiu ontem ao manifesto, considerando que, ainda que “tardio”, vem confirmar a necessidade “urgente” da renegociação da dívida e a ruptura com o actual rumo político. “Uma renegociação que deve ser assumida por iniciativa do Estado português, na plenitude do direito soberano da salvaguarda dos interesses do país e do povo, assente num serviço de dívida compatível com o crescimento económico e a promoção do emprego, tendo como objectivo a sustentabilidade da dívida no médio e longo prazo”, defendeu Jerónimo de Sousa, no comício comemorativo do 93.º aniversário do partido. PÚBLICO/Lusa

ANEXO X – “Renasce em Alcântara o primeiro de 40 murais políticos”

10 | PORTUGAL | PÚBLICO, SEX 28 MAR 2014

Renasce em Alcântara o primeiro de 40 murais políticos

Projecto *40 Anos 40 Murais* pretende celebrar o aniversário do 25 de Abril dando nova vida a murais políticos, que muitos se habituaram a ver depois de 1974, mas que outros tantos nunca viram

25 de Abril
Melissa Lopes

Desde que a liberdade eclodiu em Portugal, António Alves, antigo muralista do MRPP, faz da união das latas de tinta, dos pincéis e das paredes um modo de vida. E foi precisamente da cabeça de António que surgiu a ideia do projecto 40 Anos 40 Murais, que está a cargo da APAUrb.

O que se pretende, explica Octávio Pinho, presidente da Associação Portuguesa de Arte Urbana, é celebrar “os 40 anos do 25 de Abril através da arte”, recriando momentos históricos da Revolução de Abril e outros acontecimentos políticos, mas com a particularidade de não se fazerem referências partidárias, como era comum nos murais políticos que explodiram em Portugal depois da Revolução dos Cravos e que agora estão praticamente extintos.

A imagem do rosto de um homem esculpido na parede (um trabalho mais antigo, da autoria do artista Alexandre Farto), a que a APAUrb aproveitou para juntar um punho levantado e cerrado, não é pura coincidência. O processo artístico envolvido na construção da imagem é simples: é a reprodução de uma fotografia do tempo da revolução.

A imagem salta à vista, pelo tamanho e pelo facto de concentrar duas técnicas distintas, mas também pela simbologia associada ao punho – relacionada com o comunismo e com a luta dos trabalhadores. Apesar de se poder fazer essa leitura, Octávio friso que bandeiras e símbolos partidários não vão ser contemplados nos 40 murais que vão renascer no continente e ilhas.

Encontrámos Octávio Pinho, presidente da Associação Portuguesa de Arte Urbana, sozinho, junto ao primeiro mural, na zona de Alcântara, em Lisboa. Tentava combinar com os outros artistas, reunir esforços para mais um dia de trabalho. A semana ia a meio e ainda faltava pintar dois painéis e limar umas arestas, para que tudo esteja pronto às 15h de amanhã, dia da inauguração.

Aos olhos do artista, a obra estava inacabada, mas quem por ali passava já reagia à “obra feita”. Lisboaetas e até turistas não eram indiferentes às cores e lá viravam a cabeça para o lado da (re)criação. “Quem quer que



FOTOS: RUI GAUDÊNCIO



Em Alcântara, ao fundo da Avenida de Ceuta, o projecto salta à vista

o tenha feito, é uma obra de arte”, “é verdade, lembro-me bem, foi há 40 anos, o meu filho tinha um ano de vida”, diziam umas idosas que por ali deambulavam. Outros, grupos de jovens, comentavam: “Está

bonito, muito melhor que antes”.

Juntar gerações diferentes na iniciativa é também um dos grandes objectivos, algo que o responsável diz estar a correr muito bem – “Os mais velhos, que conheciam os murais,

os mais novos que não sabem o que é um mural político, porque nunca viram nenhum”, conta Octávio.

Trata-se de um projecto “sem financiamento e sem fins comerciais”, continua a explicar, adiantando que

a associação propôs ao órgão máximo municipal que a iniciativa dos 40 Anos 40 Murais integrasse o projecto das celebrações oficiais da câmara, para que a iniciativa “fosse reconhecida”, mas ainda não obteve resposta favorável nesse sentido.

Octávio, que foi também responsável pelas pinturas alusivas à cidade no túnel de Alcântara, queixa-se da dificuldade em falar com os organismos camarários, sublinhando que a APAUrb não tem quaisquer apoios financeiros: “O que podem fazer [a câmara] é tentar localizar paredes disponíveis para pintar” para facilitar alguma burocracia. “Está a sair tudo do nosso bolso”, destacou o presidente e artista da associação.

E acrescenta: “É curioso, toda a gente que aqui passa pensa que o mural é financiado pela câmara, que nos dão as tintas e nos pagam para fazer isto. Mas não.”

Ideia pode saltar fronteiras

Apesar de o projecto estar ainda no início, a APAUrb já tem outras paredes para colorir em Lisboa, nomeadamente no Museu da Cidade, na zona de Aivalade e na zona das escadilhas do Elevador do Lavra.

Octávio lembra que, apesar de o projecto estar a ser gerido pela associação, qualquer um pode juntar-se ao grupo, “contribuir com ideias e com tintas”, ajudando a alargar a dimensão da iniciativa 40 Anos, 40 Murais e a estendê-la a outros artistas.

São já 14 as cidades que vão seguir a iniciativa, por exemplo, Aveiro, Coimbra, Ovar, Lagos, mas também nos Açores e na Madeira. E já há algum interesse estrangeiro na ideia, nomeadamente de artistas parisienses que estão em Lisboa e que, por também estarem a comemorar a revolução da liberdade, eventualmente farão o mesmo no seu país.

Octávio Pinho não pôe de parte a ideia de quebrar os muros fronteiriços do país para dar continuidade ao projecto lá fora: “Estou a ver que daqui a nada estão eles lá em Paris a fazer o mesmo que nós, mas com apoios de toda a gente, e nós aqui...”, desabafou.

 **Veja mais murais, vídeos históricos e outras histórias em**
www.publico.pt/25-de-abril

Vitorino sossega Governo: no livro de Gaspar não “há um xeque-mate ao rei”

Executivo de Passos em peso no lançamento do livro *Vitor Gaspar por Maria João Avillez*, uma espécie de retrato cronológico do percurso do ex-ministro das Finanças desde a sua demissão até aos anos 80

Livro
Melissa Lopes

“Tranquilizem-se os governantes desta maioria, [no livro de Gaspar] nunca há um xeque-mate ao rei”. Foi desta forma que António Vitorino classificou a posição que Vítor Gaspar tomou, no livro apresentado ontem, em relação ao Governo de Passos Coelho.

O livro *Vitor Gaspar por Maria João Avillez*, apresentado pelo socialista e ex-comissário europeu António Vitorino, decorreu no Centro Cultural de Belém (CCB), em Lisboa. Uma obra assente numa longa entrevista sobre o passado mais recente da política contemporânea do país. O livro faz um retrato cronológico do percurso de Vítor Gaspar, que começa no momento da sua demissão, no Verão de 2013, e recua até aos anos 80.

António Vitorino utilizou a “ironia e a subtilidade” na apresentação do livro, caracterizando a posição de Vítor Gaspar face às questões “directas e acutilantes” da jornalista Maria João Avillez como um “jogo de xadrez” e um “jogo do gato e do rato”. Gaspar responde às perguntas “ora como perito económico, ora como político, sempre com habilidade política”, afirmou António Vitorino, que considera o ex-governante “um perito económico emprestado à política”.

O ex-ministro das Finanças, explica Vitorino, contornou as perguntas da jornalista, especialmente no capítulo sobre a sua governação, relativizando as querelas políticas – aquilo a que Vítor Gaspar apelida de “normalidades da vida política”. “Neste livro não tem o sangue que tantos esperavam”, destacou.

Neste jogo de Gaspar, as fugas às



O ex-comissário europeu António Vitorino apresentou ontem o livro *Vitor Gaspar por Maria João Avillez*

perguntas da jornalista, bem como as subtilidades com que fala de todos as pessoas com quem trabalhou no tempo em que foi ministro, são como um “movimento lateral de cavalo”.

Quando questionado sobre os impactos recessivos da crise, a atitude de Gaspar corresponde ao “movimento de bispo”: “As transformações sociais levam tempo a ter um retorno efectivo”, defende Gaspar no livro.

No que diz respeito aos resultados económicos obtidos, o socialista diz que Vítor Gaspar “ai avança tipo torre”, congratulando-se com o sucesso

das políticas por ele implementadas, e seguidas pela sucessora Maria Luís Albuquerque.

Neste jogo, “tranquilizem-se os governantes desta maioria, nunca há um cheque mate ao rei [Pedro Passos Coelho]”. Com esta expressão, o ex-ministro socialista quer dizer que Vítor Gaspar nunca critica o primeiro-ministro, muito antes pelo contrário. “Exceptuando duas ou três referências mais ríspidas”, Gaspar elogia todos os ministros, sobretudo a ministra que ficou com a sua pasta.

Na sua intervenção de ontem, Vítor Gaspar citou Adam Smith e a “te-

oria dos sentimentos morais” para caracterizar Pedro Passos Coelho, que se encontrava na sessão. Segundo a teoria de Adam Smith, o líder partidário se tiver autoridade suficiente para controlar os seus amigos (.) poderá assumir o mais nobre de todos os papéis – o de reformador”, e avança “para mim, Passos Coelho é um líder reformador”.

No entanto, a ironia de António Vitorino sobre como se posicionou Vítor Gaspar em relação ao Governo estende-se também à coligação PSD/CDS: “Quando o rei está coligado com o cavalo faz roque”, disse, salientando que, relativamente à co-

ligação de Paulo Portas com Passos Coelho, Gaspar revela algum desconforto, nomeadamente em relação às atitudes políticas de Paulo Portas (a negociação da Taxa Social Única e a demissão irrevogável), que eclodiram numa crise política, com consequências negativas para o mercado da dívida portuguesa.

Antecipando aquela que seria a pergunta dos jornalistas, sobre a razão que o levou a apresentar o livro de um membro de um Governo PSD/CDS, António Vitorino disse: “Aceitei o desafio da Maria João Avillez, porque começar por dizer não à Maria João é uma perda de tempo”. E destacou que a razão por ter aceite o convite reside também no facto de Vítor Gaspar o ter surpreendido “duas vezes, em dois anos” – quando aceitou ser ministro e quando se demitiu por carta. A autora garantiu que António Vitorino foi a primeira e única escolha por ter a certeza que este “podia perceber tudo o que está no livro”, dada a sua vasta experiência e cultura.

Na opinião de António Vitorino, a “proximidade temporal” do período contado no livro leva a que nem tudo o que é relevante tenha sido dito, mas fica sobretudo uma questão no ar: “Voltará Vítor Gaspar à janela onde se colocou [da política]?”

Na cerimónia estiveram presentes, além do primeiro-ministro, vários elementos do seu executivo, os ministros Nuno Crato, Póiares Maduro e Pires de Lima, alguns secretários de Estado como Carlos Moedas, Hélder Reis e Manuel Rodrigues, e personalidades da cultura portuguesa, como Eduardo Lourenço, os ex-ministros Marçal Grilo e Luís Amado, Alexandre Relvas, director da campanha de Cavaco Silva, Vítor Bento e João Talone.



Disponível na Loja Apple **uni>ersia**

Novo Macbook Pro

com ecrã Retina

Mais potência por detrás dos píxeis.

lojaapple.universia.pt

ANEXO XII – “As candidaturas de Assis e Rangel são ‘siamesas’, diz PCP”

10 | PORTUGAL | PÚBLICO, TER 11 MAR 2014

GNR tira a farda em sessão de striptease

Polémica
Pedro Sales Dias

A GNR decidiu ontem suspender um dos seus militares depois de ter descoberto que este tinha protagonizado um *striptease* num clube nocturno, sábado passado, numa festa dedicada ao Dia da Mulher. Em causa está o facto de o cabo ter usado a farda da corporação, assim como o restante equipamento que lhe estava distribuído, durante a sua actuação.

Fonte da GNR explicou ao PÚBLICO que tudo ocorreu no Love Clube, em Cesar, Oliveira de Azeméis, numa noite em que a área foi alvo de uma mega-operação de controlo de trânsito liderada pela própria GNR. Os militares, porém, não imaginavam que um colega estaria num estabelecimento nocturno próximo, naquelas poses.

A situação foi descoberta através das redes sociais. Aquela clube nocturno, com quem o PÚBLICO tentou sem sucesso contactar, publicou no Facebook as fotos do guarda fardado, mas fora de serviço, a fazer o *striptease*, e as imagens rapidamente se tornaram virais. Alguns militares da GNR que viram as imagens contactaram a discoteca para confirmar que se tratava de um colega e denunciaram o caso ao Comando-Geral da Guarda, em Lisboa. Nas imagens, às quais o PÚBLICO teve acesso, o cabo, no meio de uma extensa plateia feminina, vai tirando o uniforme até ficar sem uma única peça de roupa.

“O militar foi suspenso de imediato e assim ficará enquanto decorre o processo disciplinar instaurado. Esta situação afecta a imagem da GNR, mas isso será ultrapassado. Este tipo de actuação não é compatível com os valores da GNR e dos seus regulamentos. Recebemos até denúncias de cidadãos incomodados com esta situação”, disse ao PÚBLICO o major Marco Cruz, porta-voz da GNR.

Segundo o responsável, o processo disciplinar será “rápido” e dentro de “um ou dois meses” haverá conclusões. A GNR irá também comunicar o caso ao Ministério Público, por eventual ilícito criminal. “Não posso deixar de assumir o meu espanto quando vejo um militar da GNR envolvido neste tipo de situações com o uniforme da GNR. Na GNR temos todos os hábitos de respeitar os valores e os regulamentos da instituição. Isto não é admissível”, defendeu o presidente da Associação Sócio-Profissional Independente da Guarda (ASPIG), José Alho.



João Ferreira e Jerónimo de Sousa não poupam PSD/CDS e PS

As candidaturas de Assis e Rangel são “siamesas”, diz PCP

Eleições europeias
Melissa Lopes

Comunistas assumem-se como uma alternativa à política de direita da União Europeia

O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, afirmou ontem, na apresentação da declaração programática do partido às eleições europeias de 25 de Maio, que as candidaturas de Francisco Assis (PS) e Paulo Rangel (PSD/CDS) são “siamesas” e que estes discutem apenas assuntos de pormenor. “Com algumas mudanças de linguagem, o que têm para oferecer é mais do mesmo (...) falsas soluções que nos levaram à crise”, disse o líder comunista.

“Bastaria relembrar que Francisco Assis tem sido um dos mais entusiásticos defensores daquilo que o PSD e Cavaco andam há muito a defender, um mal chamado bloco central para continuar a política de direita para lá do pacto de agressão, o tal pacto não de regime, mas contra o regime democrático”, acrescentou o secretário-geral comunista.

No meio de uma chuva de críticas à “política de direita” de Portugal – na qual o PCP e o CDU incluem o Governo PSD/CDS mas também o PS – e da União Europeia, João Ferreira, o primeiro candidato do CDU ao Parlamento Europeu, proferiu as linhas orientadoras do programa do partido. Ferreira é, até agora, o único nome apresentado para integrar a equipa comunista às europeias.

A palavra-chave de toda a apresentação programática foi “ruptura”. Na declaração, o eurodeputado João Ferreira reconheceu que as propos-

tas que o PCP faz constituem uma “ruptura com a UE das assimetrias de desenvolvimento, da colonização económica, das *troikas*, da guerra e da ingerência (...) do ressurgimento do fascismo, dos nacionalismos, da xenofobia e do racismo”. Jerónimo de Sousa havia de dizer mais à frente que o programa do partido é simultaneamente um compromisso e um desafio para os trabalhadores e para o povo porque é exactamente nele “que reside o poder” de criar condições para a ruptura política.

O documento intitulado *Um Portugal com Futuro numa Europa dos Trabalhadores e dos Povos* consagra seis “direções fundamentais” para as europeias: a defesa da democracia e soberania; a defesa do direito do desenvolvimento económico; a defesa do emprego, o progresso e justiça social; a promoção da cultura e língua portuguesas; a defesa do ambiente e salvaguarda dos recursos naturais; e a paz, amizade e solidariedade com todos os povos do mundo.

Evocando o princípio da igualdade e da “efectiva representatividade plural dos Estados”, os comunistas recusam a redução do número de deputados no Parlamento Europeu e defendem a ideia de “um país, um voto”, em matérias discutidas na Comissão Europeia, bem como o direito ao veto.

Nas linhas orientadoras do desenvolvimento económico, os comunistas rejeitam o federalismo e as “imposições supranacionais”, que ponham em causa a soberania dos Estados-membros. O PCP quer o fim dos programas de ajustamento/memorandos de entendimento com a *troika* e o FMI, e a “imediate renegociação das dívidas públicas – nos seus prazos, juros e montantes, com a anulação da sua componente ilegítima e especulativa”.

Pais do Instituto de Odivelas contra Aguiar-Branco por proibir admissão de novas alunas e não dar informação

Educação
Maria Lopes

Aguiar-Branco recebeu carta aberta muito crítica de pais, docentes e funcionários, e há outra missiva a circular

Os pais das alunas do Instituto de Odivelas (IO), a par de docentes e funcionários, escreveram uma carta aberta ao ministro da Defesa criticando duramente as recentes decisões de José Pedro Aguiar-Branco sobre aquela escola, nomeadamente o novo método de funcionamento na sequência da fusão em curso com o Colégio Militar (CM), e o facto de terem sido proibidas novas admissões. Um despacho recente de Aguiar-Branco estabelece que o Instituto de Odivelas encerra no ano lectivo de 2015/16.

Na missiva, a que o PÚBLICO teve acesso, os pais fazem uma série de perguntas ao ministro, para as quais pedem “resposta urgente” sobre questões práticas de funcionamento, que, dizem, nunca foram respondidas por o processo de fusão ter sido uma imposição do gabinete de Aguiar-Branco. Querem saber, por exemplo, qual o estatuto das alunas de Odivelas no Colégio Militar, ou seja, a que escola pertencem – se ao IO ou ao CM –, a que director respondem, que farda devem usar, e se terão que formar na parada, marchar e receber obrigatoriamente instrução militar como as alunas e alunos do colégio. E também se terão que manusear “armas de guerra” – algo de que ninguém os terá informado que seria obrigatório a partir de 2014. No Instituto de Odivelas não

há essa componente militar.

Tendo em conta que o Colégio Militar não tem internato para as alunas – o ministro anunciou a obra de 2,5 milhões de euros, mas não o prazo –, as que estão em Odivelas têm que fazer o percurso diariamente para o Colégio Militar. As perguntas dos pais abordam também questões de natureza prática como os horários e as componentes ministradas, onde as meninas mudam de roupa e tomam banho para as actividades desportivas. Questionam ainda se, com os esvaziamento do instituto, os docentes e os funcionários de Odivelas também serão deslocados para Benfca, onde fica localizado o CM, e como será feito o apoio e asseguradas as aulas das turmas que se manterão em Odivelas.

O ministro é acusado pelos pais de ter alterado “abusiva e unilateralmente” as regras dos “contratos de educação” que os pais fizeram com o Instituto de Odivelas quando ali matricularam as filhas, em regime de internato e com um “projecto educativo específico para a totalidade do percurso escolar”, ou seja, no limite, até ao ano lectivo de 2019/2020, mas que foi agora suspenso com o processo de fusão. A falta de informação, queixam-se os pais, “configura um abuso, uma violação do direito de informação”, que dizem que Aguiar-Branco decidiu “humilhar e suprimir um projecto educativo centenário, criado nos tempos da monarquia, e que nem a República ou o Estado Novo se atreveram a encerrar”.

Além desta, existe outra missiva que circula entre os militares que têm filhas no Instituto de Odivelas, assinada por “um militar e pai orgulhoso de uma menina de Odivelas”. O texto insurge-se contra a decisão do ministro da Defesa de proibir a admissão de novas alunas para o próximo ano lectivo e defende os resultados escolares do Instituto de Odivelas. Para além de deixar também duras críticas. “O despudor com que se ignora a identidade e história secular destas escolas e ignora os desejos e opções de camaradas e suas famílias é constrangedor e sinal do atismo que é reconhecido ao dr. Aguiar-Branco”, lê-se na carta.

“A fusão no Colégio Militar está longe de ser o sucesso apregoado pela máquina de propaganda do regime. De cerca de 300 alunas possíveis do Instituto de Odivelas, apenas quatro foram para o CM”, porque o ministro não terá permitido o regime de externato no 7.º ano.



Pais criticam Aguiar-Branco

ANEXO XIII – “Sarmento conclui que ‘vitória tangencial’ do PS nas europeias põe Seguro em risco

12 | PORTUGAL | PÚBLICO, QUA 26 FEV 2014



Morais Sarmento admite que o Presidente possa voltar a insistir num consenso após europeias

Sarmento conclui que “vitória tangencial” do PS nas europeias põe Seguro em risco

Partidos
Melissa Lopes

Centrado na saída da *troika* e nas eleições europeias, o ex-ministro do PSD traçou cenários para o Governo e para a oposição

“O risco das eleições é um risco PS”, ou seja, “uma derrota ou uma vitória tangencial do PS põe em causa a liderança de Seguro no partido”. Foi este um dos cenários políticos que o antigo ministro do PSD Nuno Morais Sarmento colocou para o período que se segue às eleições europeias de 25 de Maio. Sarmento, que participava ontem num debate organizado pela Câmara de Comércio Luso-Britânica em Lisboa, prevê que as eleições europeias coloquem pressão no PS, mas acredita que em Junho o foco possa voltar para o lado do Governo de Passos e na gestão das expectativas do pós-*troika*.

Se o cenário de um mau resultado para o PS se confirmar, “o quadro altera-se completamente”: “António Costa pode voltar a emergir como putativo líder do PS”, prevê o comentador da RTP. E António Costa, explica o social-democrata, não tem os mesmos problemas que Seguro. “Seguro tem problemas criados por si próprio”, afirmou. Um deles vem

do momento em que pediu eleições antecipadas em Julho passado, com a “posição extrema de ‘eleições já!’” e sem aceitar “nenhuma proposta” do Governo. Para Sarmento, nessa altura o líder socialista “colocou-se num beco sem saída, bloqueado pela decisão que tomou”. E depois, “tentou correr atrás do prejuízo, primeiro com a previsão da espiral recessiva e depois negando os sinais positivos da economia”.

Sarmento, que voltou a falar da importância de um “consenso alargado com o PS”, considerou que a posição de Pedro Passos Coelho saiu reforçada do congresso do PSD o que, na sua opinião, coloca o líder social-democrata numa “posição descontraída”. Pelo menos para já. O ex-dirigente do PSD defende que a pressão está agora sobre o PS de António José Seguro, que acusa de criar “disfuncionalidades no sistema político”, através da “campanha política muito pouco objectiva” que já começou a fazer. Mas se o PS tiver um mau resultado e se António Costa for para a liderança do partido, “a pressão volta a estar do lado do Governo e de Passos Coelho”, acredita.

Riscos para a maioria

Mas, prosseguiu, se “Seguro ultrapassar as eleições europeias” com uma vitória que lhe permita continuar na liderança do partido, o foco também volta para o Governo, que terá

de gerir um conjunto de factores, tais como as expectativas dos portugueses para o fim do programa de reajustamento financeiro, que coincide no tempo com o sufrágio para o Parlamento Europeu. “O pobre do português ouve dizer que isto está melhor e depois chega a Julho e está tudo na mesma, numa situação que não é sustentável e que corresponde a um universo grande de pessoas”, reconheceu.

Sobre a saída da *troika*, o convidado da Câmara de Comércio Luso-Britânica disse: “A questão coloca-se em saber se a Europa está disposta ou não a um programa cauteloso. E parece que não”. Assim, o Governo PSD/CDS irá governar “sem guião”, e logo sem “metas e compromissos”. E vai “descomprimir”. Mas aí surge outro risco, porque, depois do memorando, “os portugueses vão achar que temos opções daí para a frente e que a responsabilidade pelo caminho tomado é do Governo”.

Seja como for, considera que o cenário de eleições legislativas antecipadas não se coloca “antes do final do ano” em curso e a liderança do PSD não irá ser posta em causa. A não ser que o Presidente da República coloque a hipótese do “consenso alargado” como prioridade máxima. “Se os partidos não chegarem a acordo, alterações [nas lideranças] nos partidos têm de ser feitas”, considera.

PSD vai pedir audiências aos partidos e aos parceiros sociais

Partidos
Margarida Gomes

Marco António Costa diz que “é tempo de os partidos serem capazes de demonstrar sentido de responsabilidade”

O PSD não desiste de tentar envolver os partidos num consenso político e de alargar esse entendimento aos parceiros sociais. Apesar dos “sinais negativos do PS”, o vice-presidente e porta-voz do partido, Marco António Costa, anunciou ontem que o PSD vai solicitar audiências a todos os partidos com assento parlamentar e aos parceiros sociais para “iniciar uma linha de diálogo político-institucional e partidário em volta de temas que sejam centrais e fundamentais para a construção dos consensos que são indispensáveis”.

Esta decisão consta das conclusões da primeira reunião da nova Comissão Política Nacional após a realização do XXXV congresso, que decorreu este fim-de-semana em Lisboa. Mas um dos temas que foram debatidos na reunião de ontem dos sociais-democratas foram as Jornadas Parlamentares do PS.

Segundo Marco António, as audiências que o partido vai solicitar esta semana destinam-se a apresentar as conclusões da reunião magna do PSD. Contra “tacticismos e calculismos políticos”, o vice-presidente evidenciou a “boa-fé” por parte dos sociais-democratas e disse que “é tempo de os partidos políticos serem capazes de demonstrar sentido de responsabilidade em Portugal”. “Pela nossa parte,

estamos como sempre estivemos dispostos a colaborar com sinceridade neste processo”, sublinhou.

Sobre as Jornadas Parlamentares do PS, Marco António manifestou “preocupação” pelos “sinais negativos que emergem” no PS. E advertiu que [estes sinais] “são o contrário daquilo que os portugueses desejam”. “Esta atitude de intransigência absoluta relativamente à construção do diálogo e de afastamento relativamente ao consenso. Entendemos que são sinais negativos que emergem das jornadas parlamentares”, disse.

Marco António Costa, que falou aos jornalistas enquanto decorriam os trabalhos da reunião da comissão política nacional, revelou que o PSD irá continuar “na linha de busca de um diálogo político-partidário que seja capaz de vencer a teimosia e receio que o PS manifesta” e aludiu a declarações recentes de António Costa para evidenciar diferenças. “No dia 7 de Fevereiro, o dr. António Costa disse de forma clara ver grande relevância política num grande consenso social em Portugal”.

Na sequência desta declaração do presidente da Câmara de Lisboa, o porta-voz do PSD referiu-se ao “discurso irrealista” da actual direcção política do PS que – sustentou – “raia o populismo e assenta numa base praticamente demagógica” particularmente em relação às questões europeias. E a este propósito, disse: “Nós compreendemos que o PS tente transmitir uma mensagem simplista aos portugueses no sentido de dizer que todos os problemas que o país atravessa se resolveriam num passo de mágica através de soluções europeias”. “Este discurso é a negação do discurso da própria família política do PS”, constatou.



Marco António Costa acusa PS de ter discurso “a raia o populismo”

Redução do número de deputados defendida em conferência do PS

Partidos
Nuno Sá Lourenço

Iniciativa sobre boa governação debateu a reforma das instituições e a reorganização da estrutura do Governo

O secretário-geral do PS assinalou este sábado o arranque das iniciativas relacionadas com a Convenção Novo Rumo assumindo que o “país tem um problema de organização e muitas vezes de competência”.

O diagnóstico foi feito no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, no final de uma conferência dedicada ao tema *Boa Governação*. “Precisamos de fazer diferente”, assegurou o líder socialista, ensaiando a demarcação com o actual Governo.

A “mudança” tinha que responder ao sentimento de desconfiança dos cidadãos em relação aos políticos. “Um bom Governo não tem só de cumprir as suas promessas. Isso não é pouco, mas tem de ser capaz de liderar, de mobilizar”, disse António José Seguro. Por isso defendeu um “contrato de confiança” com os portugueses para o desenvolvimento do país. E defendeu a aposta nas “energias renováveis, numa economia mais verde, na agricultura”. Definiu também como objectivo um

“plano concreto” para a indústria e uma economia que “aposte nos serviços”.

Mas a conferência esteve mais centrada no que fazer com a estrutura central de governação e as reformas institucionais. E aí a intervenção inicial do coordenador do tema no Laboratório de Ideias para Portugal (Lipp), Nuno Cunha Rolo, deixou algumas pistas. Ainda assim, sem que da iniciativa saíssem “propostas concretas” que Seguro tem assumido como sendo essenciais para estabelecer uma relação de confiança com os eleitores até ao momento das eleições legislativas.

Coordenador do Lipp defendeu a “dedicação exclusiva” dos deputados

Ao nível das instituições políticas, Rolo defendeu ser necessário equacionar, por exemplo, a “redução do número de deputados”. Há mais de um ano, Seguro levantara a questão, tendo gerado críticas, até mesmo no interior do PS. Mas Rolo foi mais longe ao propor que se estudasse “a definição do papel do ministro, do secretário de Estado e até do deputado”. Fosse através de uma “vinculação pessoal antes sequer das eleições”,

da assinatura “de um código de ética” ou até pela “dedicação exclusiva” dos deputados à função.

Rolo acrescentou depois que as funções do Estado tinham de ser “repensadas”, admitindo mesmo “algum recuo”. Mas tendo como contrapartida a devolução de poderes “à comunidade”. Na administração pública, Rolo defendeu a redução de estruturas hierárquicas, por forma a atingir-se uma “organização mais ágil e flexível”.

Essa reorganização foi também defendida por Arminda Neves, quando falou da necessidade de “arrumar os sectores de actuação” do Governo. No estudo feito aos governos, Arminda Neves afirmou ter detectado 40. Mas defendeu que tudo se poderia organizar em cinco: as questões sociais, as da soberania, a economia, o território e o conhecimento.

Um futuro executivo do PS deveria, na opinião da especialista, assumir um “novo urbanismo governativo”. Que se sustentaria no “reforço do núcleo duro do Governo”, onde se concentraria o que actualmente são as responsabilidades tuteladas pelo primeiro-ministro, a que juntaria os Negócios Estrangeiros, as Finanças e a Administração Pública.

No Conselho de Ministros ficariam os ministérios de “representação sectorial” – e que Arminda Neves defendeu que poderiam ser menos –, mas também representantes regionais.

“Divergências” sobre convergência levam a demissão no Bloco de Esquerda

Partidos
Melissa Lopes

As razões da demissão prendem-se com “divergências” em relação à estratégia para as europeias

Ana Drago apresentou a demissão da comissão política do Bloco de Esquerda na mesa nacional do partido. Para a bloquista, uma candidatura convergente com o 3D e o Partido Livre seria “desejável” para o Bloco e para a construção de uma esquerda que fosse alternativa para o país.

Na carta de demissão de Ana Drago, apresentada neste sábado na mesa nacional do Bloco de Esquerda, pode ler-se: “As discussões que ocorreram ao longo das últimas semanas no seio da comissão política tornaram clara uma divergência profunda e fundamental sobre a estratégia do Bloco na presente conjuntura”.

A bloquista refere-se concretamente à questão da possibilidade – que foi colocada ao Bloco – de integrar uma candidatura convergente com o Manifesto 3D (Dignidade, Democracia e Desenvolvimento) e o Partido Livre para as eleições europeias, a realizar a 25 de Maio. A ex-deputada aponta que o partido, que recusou a proposta de convergência, não “equacionou” sequer a possibilidade de isso acontecer.

Para Ana Drago, uma candidatura convergente com outros movimentos de esquerda era “não só desejável como determinante para este campo político de esquerda, e portanto para o Bloco”. Além disso, “significaria uma vontade política de construir uma alternativa sustentada e credível de esquerda, num país que vive um ataque sem precedente ao modelo social e político da sua democracia”.

E critica: “Um modelo de articulação não chegou sequer a ser equacionado – a direcção política do Bloco de Esquerda não se mostrou disponível para iniciar um debate programático com alguns dos possíveis participantes nessa convergência”. Assim sendo, para a bloquista, a possibilidade de uma candidatura alargada fracassou.

Ana Drago, que deixou o Parlamento em Agosto passado, acredita que, “se não for com estes actores [3D e PL], não se fará convergência com ninguém – e o Bloco fica sem qualquer estratégia de alargamen-



Ana Drago foi deputada até há poucos meses

to e convergência”. E sublinha que a unidade da esquerda é “urgente” e deve “ser mais ampla”.

A convergência à esquerda seria, no seu entender, um passo essencial na construção de uma esquerda alternativa para o país que, embora não fosse fácil nem correspondesse à solução para todos os problemas, iria permitir debater a Europa e “lançar uma dinâmica de alargamento e mobilização que fazem hoje tanta falta ao Bloco”.

Ainda no mesmo documento, Ana Drago salienta que a decisão a entrar, mas foi muito ponderada. E termina dizendo que não sabe se irá ter um dia a solução para a esquerda, mas não quer neste momento fazer parte do problema.

Na conferência de imprensa deste sábado, Catarina Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda, não quis pronunciar-se sobre a demissão de Ana Drago. Referiu-se, no entanto, à “abertura” e “disponibilidade” do partido para uma convergência “com todas as forças que rejeitem a austeridade e o tratado orçamental”.

Sem ter feito qualquer referência ao Partido Livre, a coordenadora bloquista defendeu que o BE fez uma “proposta concreta” de plataforma comum com o 3D, para preparar a candidatura às europeias e que é importante manter o diálogo, ficando todo o processo dependente da resposta do 3D à “proposta concreta” do Bloco.

Também Daniel Oliveira, militante histórico do Bloco de Esquerda – que abandonou o partido em Março do ano passado – alegou divergências sobre a estratégia do partido, sobretudo a inexistência de relação com outros partidos de esquerda.



Seguro defendeu que o PS tem de assinar um “contrato de confiança” com os portugueses

Autonomia na gestão dos currículos abre portas à especialização das escolas básicas

Educação
Graça Barbosa Ribeiro

Representante do ensino privado diz que, no limite, é possível preparar crianças desde o 5.º ano para entrarem em Medicina

A alteração à portaria relativa à autonomia curricular, que o Ministério da Educação e Ciência (MEC) enviou para publicação em *Diário da República*, vai permitir a mais de duas centenas de escolas especializarem-se desde o ensino básico. O documento permite roubar até 25% da carga curricular de algumas disciplinas para reforçar outras, que sejam consideradas mais relevantes. “No limite, permite começar a preparar uma criança para entrar em Medicina desde o 5.º ano”, exemplificou ontem o director executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), Queirós e Melo.

O texto da portaria, apresentado na quarta-feira pelo ministro da Educação, apanhou de surpresa os representantes dos directores das escolas públicas. Mas não surpreendeu os dirigentes da AEEP, frisou Queirós e Melo, congratulando-se por a decisão do MEC “estar na linha do que a associação propõe há anos” e elogiando “a coragem do Governo” por “afrontar os interesses dos adultos e colocar no centro os das crianças”.

A portaria determina que, desde que obtenha o parecer favorável do conselho pedagógico e a aprovação do conselho geral, as 212 escolas com autonomia vão ter flexibilidade para gerir os tempos lectivos a atribuir a cada disciplina, para criar novas disciplinas e distribuí-las de forma diferente ao longo de cada ciclo.

Dois excepções

A excepção é constituída por Português e Matemática, às quais tem de ser atribuída a carga horária total mínima prevista na matriz curricular. Em relação às restantes disciplinas, as regras são diferentes. A cada uma delas a escola pode retirar 25% da carga horária total prevista na matriz nacional para reforçar outras. O limite é que aquelas que são consideradas menos relevantes mantenham pelo menos 45 minutos por semana.

Dois protocolos assinados anteriormente com o Governo já permitiam aos privados “alguma flexibilidade”, mas “nada que se pareça com o que esta mudança permite alcançar”, fri-

sou Queirós e Melo, lembrando que o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo remete para as regras a aplicar pelas escolas com autonomia.

“Este é um momento transformador do sistema educativo. Imagine que uma escola tem um corpo docente com uma vocação sólida na área científica e decide apostar num projecto nesse campo. Pode, por exemplo, tirar 25% da carga lectiva de História e 25% da de Geografia para reforçar Física e Química; e tirar mais 25% a Educação Física e outro tanto a Educação Visual para reforçar Ciências. Se quiser apostar nas humanidades ou nas artes, pode agir de forma inversa”, exemplificou. “A questão é que isto mexe com interesses muito complicados nas escolas públicas: os directores deixam de ter de cumprir as directrizes emanadas pelo poder central e são chamados a gerir recursos humanos, tomando decisões que podem implicar a ausência de componente lectiva para docentes de algumas áreas”, diz.

“Admito que as escolas tomem uma posição defensiva dos professores, mas esse não é o único constrangimento”, contrapôs Eduardo Lemos, presidente do Conselho das Escolas. Tal como Filinto Lima e Manuel Pereira, dirigentes das duas associações de directores escolares, Lemos assegura nunca ter ouvido um professor dizer que apenas precisava de 75% da carga horária para cumprir o programa e as metas (uma exigência do Governo que se mantém). “E se precisarmos de professores numa área em que queremos apostar? O MEC vai permitir que os contratemos? Não acredito”, comentou.

Manuel Pereira, da ANDE, considera que “a portaria abre caminhos perigosos”. “A escola pública, democrática, deve formar cidadãos completos, de forma equilibrada. É inconcebível abrir-se a possibilidade de, por exemplo, reduzir ao mínimo a área das Humanidades”.

Filinto Lima, da ANDAEP, é, nesse aspecto, menos crítico. Considera que “é praticamente impossível colocar a flexibilização em prática”, “dado espartilho dos programas e das metas e o tempo disponível para ensinar turmas que, ao contrário das escolas privadas, são numerosas e heterogéneas”. Ainda assim, não o choca a especialização: “A ser aplicável, teria de passar pelo conselho pedagógico e pelo conselho geral, ou seja, seria resultado da vontade da comunidade em que a escola estivesse inserida e, logo, adequada, em princípio”.



António Cunha, reitor da UM, preocupado com cortes orçamentais

Reitor alerta Crato para “dependência” do ensino superior

Universidade do Minho
Samuel Silva

António Cunha defende que devolução dos 30 milhões de euros não pode ficar dependente da execução orçamental

O reitor da Universidade do Minho (UM), António Cunha, acusa o ministro Nuno Crato de estar a colocar o ensino superior numa situação de “dependência”. Em causa está a forma como o governante se referiu na semana passada à devolução dos 30 milhões de euros que terão sido cortados “em excesso” no orçamento do sector, fazendo-o depender da execução orçamental de cada instituição. Essas afirmações passam também uma mensagem contrária à necessidade de uma boa gestão das organizações, defende.

Na semana passada, Nuno Crato disse que não houve qualquer compromisso no sentido de “pura e simplesmente” entregar às universidades o dinheiro cortado em excesso, esclarecendo que, “durante o primeiro trimestre de 2014”, iria ser “acompanhada a situação das universidades para verificar se era preciso ou não fazer ajustamentos”. Para o reitor da UM, essa possibilidade “coloca as universidades numa situação de dependência de decisões políticas discretionárias”.

O Governo deixa antever que vai devolver o dinheiro às instituições em piores situações que não tenham, por exemplo, verbas para pagar salários na fase final do ano. “Eventualmente” pode valer a pena às universidades gastarem mais dinheiro do que o que têm, afirma Cunha, garantindo,

porém, que aquela instituição “não o fará”. De acordo com o reitor, esta posição de Crato é “surpreendente” e passa uma mensagem “totalmente ao contrário” da que devia estar a ser transmitida pelo Governo para as universidades, não premiando quem faz uma gestão mais cuidada dos respectivos orçamentos.

Dos 30 milhões de euros que os reitores têm dito que foram cortados sem justificação aos orçamentos das instituições, a Universidade do Minho representa cerca de 2 milhões, o que corresponde a 4% das dotações do Estado para o orçamento da instituição. Face ao compromisso assumido pelo primeiro-ministro, numa reunião do final do ano, no sentido da reposição dessa verba, as universidades “têm estado a trabalhar num cenário” de existência dessas verbas. Se esse dinheiro falhar, o funcionamento das instituições será afectado, avisa Cunha. Mas, para o reitor da UM, tão importante como os valores em falta é a instabilidade orçamental que esta indefinição está a provocar nas instituições, que não conseguem fazer planeamento de actividades a médio prazo.

As declarações de António Cunha foram feitas ontem, durante a apresentação do programa que assinala os 40 anos daquela universidade, que se cumprem no início da próxima semana. A data marca a entrada da instituição numa fase de “maturidade”, diz o reitor: “Vamos deixar de nos considerar uma universidade jovem”. As iniciativas que assinalam a efeméride vão prolongar-se até ao final do ano e, além das duas cidades que acolhem os pólos da instituição, Braga e Guimarães, vão alargar-se a toda a região, nomeadamente Viana do Castelo, Barcelos, Ponte de Lima e Póvoa de Varzim.

Erasmus+ vai estabelecer 25 mil parcerias

Educação
Melissa Lopes

“Qualidade, inovação e diferenciação” são as marcas que os promotores do programa Erasmus+ querem que lhes sejam reconhecidas. O programa, apresentado ontem e que arranca no próximo ano lectivo, quer chegar a 100 mil jovens portugueses de todas as condições sociais e de todo o país, com especial atenção às zonas do interior.

Trata-se de um programa de mobilidade “muito ambicioso” no espaço europeu que se destina não apenas a jovens universitários, mas também a jovens de outras entidades não-governamentais, IPSS [Institutos Particulares de Segurança Social], grupos de jovens, juntas de freguesia, bem como associações de juventude e desporto. É a primeira vez que o desporto vai ser financiado pela União Europeia.

Segundo o ministro Nuno Crato, o Erasmus+ vai estabelecer 25 mil parcerias estratégicas e vai envolver 3500 instituições de ensino: “Este programa tem mais dinheiro, mais recursos, e engloba todos os outros programas anteriores, para além de ter alguns novos”. “É, portanto, um programa de mobilidade que é extraordinário para a Europa e para nós. É um programa pelo qual nos debatemos muito nas reuniões do Conselho Europeu”, enalteceu o ministro.

O Erasmus+, agora estruturado de forma “integrada e simplificada”, vem substituir o programa antigo – que tinha uma “abordagem sectorial” e uma “acção individual” – e todas as iniciativas vigentes na União Europeia (UE), em todos os domínios da educação e formação: o Erasmus (ensino superior), o Leonardo da Vinci (ensino profissional), o Comenius (ensino básico e secundário), o Grundtvig (educação de adultos), o programa Juventude em Acção e ainda cinco programas de cooperação internacional (Erasmus Mundus, Tempus, Alfa e Edulink e o programa de cooperação com os países industrializados).

Durante a cerimónia, António Silva Mendes, coordenador europeu do programa, explicou a importância das empresas neste processo: “As alianças com o sector económico são fundamentais para se definir quais são as competências que o mundo do trabalho precisa”, referiu. Estarão disponíveis 650 mil oportunidades de estágio na UE e 200 mil programas para mestrado.

ANEXO XVI – “Governo quer reforçar protecção de crianças”

PÚBLICO, QUI 6 FEV 2014 | 9

Fundos europeus para promover a natalidade

Olhares Cruzados
Manuel Carvalho

D. Manuel Clemente e Pedro Mota Soares debateram a *Situação Social em Portugal*

O Governo está a estudar a possibilidade de recorrer às verbas do Fundo Social Europeu inscritas no próximo ciclo de fundos estruturais para concretizar políticas de promoção da natalidade. Na sua intervenção na sessão de ontem do ciclo *Olhares Cruzados*, organizado pelo PÚBLICO e pela Universidade Católica e que decorreu no auditório da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, o ministro do Emprego e da Solidariedade Social, Pedro Mota Soares, reconheceu que “o Estado não pode ser neutro no debate sobre a questão demográfica” e admitiu o recurso a verbas europeias para financiar “trabalho a tempo parcial” das mães depois do período normal de licença de maternidade. Na sua opinião, uma próxima reforma fiscal em sede do IRS deve igualmente privilegiar as famílias “que querem ter mais filhos”.

O ocaso demográfico e a falta de estruturas de acolhimento dos mais idosos foram reconhecidos pelos participantes da conferência (D. Manuel Clemente, patriarca de Lisboa, e Pedro Mota Soares, cabendo ao presidente da Gulbenkian, Artur Santos Silva, a moderação) como um dos principais desafios com os quais se confronta a sociedade portuguesa. Mas é o desemprego ou, nas palavras de D. Manuel Clemente, o problema do “trabalho”, que mais preocupou o painel. Apesar de Pedro Mota Soa-

res ter apresentado os dados mais recentes sobre o recuo do desemprego, notando “uma lenta mas consistente descida na taxa” de referência, Artur Santos Silva afirmou que a persistência dos actuais valores é “insustentável no futuro próximo”.

Da plateia, Soares dos Santos avisou que a carga fiscal que cai sobre as empresas dificulta a contratação, João Proença chamou a atenção para a relação da taxa de desemprego com a redução da população activa provocada pela emigração e lembrou que a recuperação real de postos de trabalho exige taxas de crescimento do PIB acima dos 2%. Mas nesta maré de estatísticas e de previsões, e apesar do rol de medidas deixadas na sessão por Mota Soares para debelar o desemprego jovem, D. Manuel Clemente deixou um aviso que marcou toda a conferência: “As coisas não voltarão a ser como antes”, disse o patriarca. Nem ao nível do emprego, nem ao nível das dinâmicas sociais.

Para D. Manuel Clemente, “o quadro de recuperação da economia europeia” não será suficiente para “recuperar o que éramos”. Porque, afirmou, “tem de haver uma outra maneira de pensar” que valorize o trabalho enquanto factor de realização das pessoas e não insista em modelos de competição “que afastam as pessoas daquilo que as fazem felizes”. Num tempo “em que o emprego garantido acabou”, é urgente redefinir a formação e os valores do trabalho, disse D. Manuel Clemente. Porque em causa não está um ajustamento, mas uma mudança de paradigma. “A Revolução Industrial tirou multidões da pobreza; não tenho a certeza que a Revolução Tecnológica seja capaz de fazer o mesmo”, disse o patriarca.

Governo quer reforçar protecção de crianças

Apoios sociais
Melissa Lopes

Governo apresentou ontem duas comissões intergovernamentais de protecção de crianças, que funcionam em articulação com o Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.

Durante a cerimónia, Passos Coelho reafirmou que o Governo declarou sempre a relevância de uma Agenda para a Criança “que trouxesse não apenas uma reavaliação de toda a área legislativa que está envolvida na protecção e direitos da criança, mas também que pudesse trazer dados novos sobre a adopção das crianças em Portugal”.

“Finalmente, depois de muito trabalho na área do ministro da Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social, foi possível hoje [ontem] incumbir duas comissões, destas duas tarefas muito específicas, que são muito importantes, sobretudo em tempo de crise económica e financeira”, disse. Passos Coelho salientou que os grupos de risco são os mais vulneráveis, especialmente em tempos de dificuldade económica.

“É sabido que, em qualquer sociedade, os mais velhos, as crianças e os deficientes são sempre os que pagam um peso mais elevado pela crise, e por isso, defendo que é importante que o Estado reforce os mecanismos de protecção relativamente a estes grupos de maior risco”, as crianças neste caso, “mas também relativamente aos idosos e aos deficientes, reformas que também serão feitas no futuro, em colaboração com os IPSS [instituições particulares de solidariedade social], disse.

No seu entendimento, é preciso também projectar a forma como o Governo deve implementar estas reformas para o contexto fora da crise: uma “sociedade com crescimento económico” também precisa de uma agenda social. E para que o trabalho das comissões seja continuado sustentou que é necessário “reforçar as garantias sociais e legais que estes grupos mais frágeis têm”. As duas grandes áreas das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) são o acolhimento de crianças abandonadas pelas famílias - equipa coordenada pelo procurador-geral adjunto Maia Neto - e a adopção de crianças institucionalizadas, da responsabilidade da procuradora-geral adjunta Lucília Gago e outros representantes dos Ministérios da Segurança Social, Justiça, Saúde e Educação.



P
Público

Portugal um país Sustentável

AGRICULTURA
FLORESTAS



9 FEVEREIRO
DOMINGO

Floresta,
economia e
biodiversidade



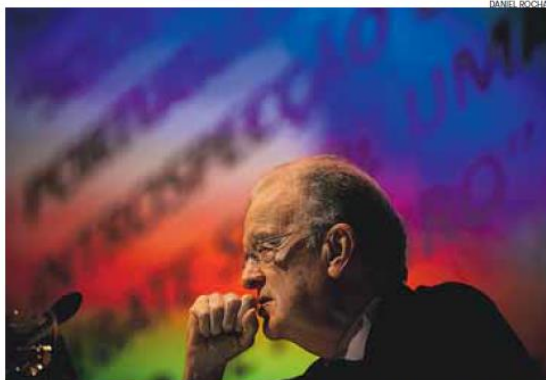
COM O APOIO



Mota Soares e D. Manuel Clemente preocupados com desemprego

ANEXO XVII – “Sampaio alerta para declínio da participação cívica”

PÚBLICO, SEX 21 FEV 2014 | PORTUGAL | 13



Jorge Sampaio falou ontem sobre o futuro num debate no ISCTE

Sampaio alerta para declínio da participação cívica

Debate
Melissa Lopes

Para o antigo Presidente da República, é necessário que os mais jovens se interessem por uma cultura cívica participativa

O antigo Presidente da República Jorge Sampaio defendeu ontem que é necessário “um acréscimo da actividade cívica em Portugal”, através, nomeadamente, de reformas políticas dos partidos e das instituições. “Seja qual for a evolução dos problemas que têm uma lista interminável – a pobreza, as desigualdades sociais, o desemprego, o envelhecimento da população –, é incontornável o reforço das organizações da sociedade civil portuguesa junto das pessoas”.

Sampaio participava no primeiro Fórum Nacional de Redes da Sociedade Civil no ISCTE, num plenário destinado à “introspecção e debate sobre uma visão de futuro”. O ex-Presidente da República acredita que, para ter uma visão de futuro da organização civil em Portugal, é fundamental “fazer um diagnóstico para elaborar uma estratégia”, e resume: “Para desenhar o futuro é preciso conhecer muito bem o presente”.

Na sua intervenção, Sampaio falou com preocupação do decréscimo da participação política através do voto. “Vêm aí as eleições europeias, vamos ver o que é que vai acontecer, se vamos mostrar cartões amarelos e vermelhos”, disse.

Para o ex-chefe de Estado, existe uma “dicotomia fatal entre testemunhos e actores” na participação

cívica em Portugal, que se verifica na falta de iniciativa dos cidadãos. “Com mais iniciativa nos bairros, nas juntas de freguesia, no trabalho, no espaço público, nos executivos camarários, muitas coisas poderiam mudar”, sustentou, frisando que, no actual contexto de crise económica, “crescem as áreas onde a actuação [das organizações da sociedade civil] é necessária”. E sublinhou que se assiste a uma crise partidária, a um declínio das instituições nacionais, nomeadamente do sindicalismo.

“O movimento sindical, que nos anos 70 se dividiu à esquerda, enfraqueceu a organização das massas”, explicou o professor e investigador Tiago Fernandes, que também participou no painel. E em meados da década de 90, a participação cívica afastou-se da política, estando desde essa altura a lutar contra ela, acrescentou o professor.

Para Sampaio, as organizações não-governamentais (ONG) são a força da cidadania e esta relaciona-se directamente com a qualidade da democracia. “A qualidade da democracia depende muito da pujança da cidadania”, afirmou.

A opinião é partilhada por Tiago Fernandes, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Segundo este investigador, a participação cívica depende das especificidades de cada democracia e a portuguesa tem aspectos negativos e positivos, resultantes do legado da transição democrática. De acordo com o seu estudo, apesar de o número de organizações ter crescido exponencialmente desde a revolução de Abril, o nível de participação e filiação associativa tem diminuído, paralelamente.



Breve

Homenagem Parlamento aprova Sophia no Panteão Nacional

O Parlamento aprovou ontem, por unanimidade, a concessão de honras de Panteão Nacional aos restos mortais de Sophia de Mello Breyner Andresen, assinalando os 10 anos da morte da escritora e os 40 anos do 25 de Abril. A concessão de honras de Panteão a Sophia é uma forma de homenagear “a escritora universal, a mulher digna, a cidadã corajosa, a portuguesa insigne” e uma evocação do seu exemplo de “fidelidade aos valores da liberdade e da justiça”.

Estado paga 31 milhões para reembolsos no fundo de pensões dos militares

Defesa
Nuno Sá Lourenço

A secretária de Estado da Defesa, Berta Cabral, apresentou ontem no Parlamento os custos da extinção do Fundo de Pensões dos Militares, decidido este ano pelo Governo. São 31 milhões de euros previstos para “aqueles que vão deixar de fazer parte do fundo” e outros 32 milhões “para continuar a pagar aos que ficam”. A governante garantiu que as verbas estavam acauteladas no Orçamento para 2014, apontando para Junho deste ano a concretização dos reembolsos e a transferência das responsabilidades para a Caixa Geral de Aposentações.

As contas foram feitas por Berta Cabral no debate suscitado pelo PCP a propósito da extinção do fundo. Depois das críticas ao incumprimento das obrigações do Estado,

o comunista António Filipe exigiu, pelo menos, que os militares que já descontam pudessem optar entre o reembolso das verbas para o fundo de pensões ou ficar no sistema. Uma das propostas que o PCP anunciou tentacionar apresentar na Comissão de Defesa.

António Filipe lembrou que o fundo de pensões dos militares havia sido criado pelo Governo de Cavaco Silva, nos anos 90. Que chegou mesmo a captar subscritores através de folhetos em que se garantia que, “pelo preço de alguns cafés” os militares poderiam “garantir o futuro da sua família”.

Mas à saída do plenário, a secretária de Estado deu a entender que o Governo não estava disponível para aceitar a medida, por considerar que tal significaria prolongar o problema. Final, como tinha repetido, “já nem os militares acreditam no fundo”, recordando os meros “2800 activos”.

Porquê estar refém de contratos de “fidelização” forçados?

Sr. Empresário, chegou o momento!

...de eliminar os elevados encargos mensais, com alugueres de linhas telefónicas e com o tráfego de chamadas dos telefones e telemóveis e ainda ter melhores comunicações e serviços avançados na sua Empresa, contribuindo para o aumento da produtividade.

Oportunidade única. *Oferecemos gratuitamente e sem qualquer compromisso, durante 5 anos um “Link” Telefónico e de Dados Profissional Multicanal com a mais avançada tecnologia empresarial de UCoIP - Comunicações Unificadas sobre IP. Inclui ainda uma licença para os seus telemóveis e telefones fazerem chamadas ilimitadas sem custos com o tráfego para as redes fixas e móveis nacionais e internacionais. Conquiste independência! Não necessita de estar ligado ou contratar operador telefónico.

Elimine os encargos mensais com alugueres de linhas e com tráfego de chamadas, mas não só. Principalmente passe a ter funções avançadas como: telemóveis a suspenderem e transferirem chamadas, fazerem reuniões, conferências, consultas durante uma comunicação, envio para identificação do número selecionado e muitos outros serviços que colocam a sua empresa a produzir muito mais. Tal como os telemóveis, os telefones e os computadores também beneficiam de novas funções avançadas que melhoram em muito a qualidade e os serviços da sua empresa.

No caso de existirem filiais as comunicações podem ser unificadas como se estivessem num único edifício. Elimina as distâncias, aumentando em muito a produtividade e solidifica a união da Empresa.

Tudo isto pode estar ao seu alcance completamente *grátis e sem qualquer compromisso durante 5 anos, após os quais a decisão é sua.

Estamos em todo o país, informe-se já:

A BELTRÓNICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

AVERO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • ÉVORA • FUNCHAL
FUNDÃO • GUARDA • LERIA • LISBOA • LOULÉ • P. DELGADA • PORTALEGRE
PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

***Oferta de elevado valor comercial limitada ao período dos dias da publicação deste anúncio informativo, a todas as empresas ou serviços que tiverem condições técnicas locais para receberem esta tecnologia.**

ANEXO XVIII – Distribuição profissional dos comentadores do Público

Distribuição profissional dos comentadores "esporádicos" do Público	
Política (deputados, eurodeputados, ex-governantes, etc)	26
Academia (professores universitários, investigadores)	67
Advogado/Jurista	19
Economista	5
Militar	2
Jornalista	5
Presidentes/representantes de associações e outras entidades	30
Medicina	9
Comissário/a UE	3
Consultor internacional	3
Nações Unidas	2
Artes	9
Ciências (Física, Biologia, Química)	2
Embaixadores	3
Estudante universitário	1
Políticos Internacionais	3
Total	189

ANEXO XIX- Listagem dos nomes e profissões dos comentadores “não residentes”

- 1- Adelino Fortunato – professor universitário
- 2- Adriana Abdenur- professora Instituto Relações Internacionais (Rio de Janeiro)
- 3- Alberto Arons de Carvalho – professor universitário e vice- presidente da ERC
- 4- Alberto Aroso – especialista em transportes e vias de comunicação
- 5- Alexandra Monteiro – investigadora (bolseira)
- 6- Ana Sofia Carvalho – directora do Instituto de Bioética
- 7- António Bagão Felix – ex ministro das finanças e economista
- 8- António Cândido de Oliveira – Presidente de associação nacional de docentes de educação especial
- 9- António Carlos Cortez – professor e crítico literário
- 10- António Costa, Pinto Diogo, Manuel Sobrinho Simões – investigadores
- 11- António Galamba – PS

- 12- António Ganeira – deputado PS
- 13- António Jacinto Pascoal - professor
- 14- António José de Barros Veloso – médico
- 15- António Pinheiro Torres – dirigente de movimentos cívicos
- 16- António Rendas – reitor da Universidade Nova de Lisboa
- 17- António Sérgio Rosa de Carvalho – historiador de arquitectura
- 18- António Valdemar – jornalista e investigador
- 19- António Vicente – presidente de direcção SINEsup
- 20- Artur Osório Araújo – presidente da associação portuguesa hospitalização privada
- 21- Artur Penedos – ex-deputado do PS
- 22- Ban Ki-Moon – Secretário-geral das Nações Unidas
- 23- Boaventura Sousa Santos – sociólogo e director do centro de Estudos Sociais de Coimbra
- 24- Capoulas Santos – deputado europeu e relator
- 25- Carlos Gaspar – Instituto Português de Relações Internacionais
- 26- Carlos Martins Ramos – bastonário ordem dos engenheiros
- 27- Carlos Nolasco – sociólogo
- 28- Carlos Reis dos Santos – jurista e militante PSD
- 29- Castro Guedes – encenador teatro
- 30- Catarina Rodrigues – psicoterapeuta
- 31- Cesar Bessa Monteiro – advogado, presidente de associação de Ciências, coordenador do Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa)
- 32- Cipriano Justo – dirigente da renovação comunista
- 33- Connie Hedegard – comissária da UE para a acção climática
- 34- Daniel Catarino da Silva – estudante universitário
- 35- Daniel Pires – investigador e escritor
- 36- David Baptista da Silva – Jurista
- 37- David Marçal – bioquímico
- 38- David Rodrigues – Professor universitário, presidente da Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial
António Lúcio Baptista – Cirurgião cardiovascular, vice-presidente da APTSBE - Associação Portuguesa de Turismo de Saúde e Bem-Estar
- 39- Diogo Ramada Curto – historiador

- 40- Diogo Simões Pereira – director-geral da Associação de empresários pela inclusão social
- 41- Diogo Vassalo – advogado
- 42- Domingues Lopes – advogado
- 43- Duarte Marques – deputado PSD
- 44- Eduardo Vera Cruz Pinto – director da Faculdade de Direito de Lisboa
- 35- Élio Gaspari – jornalista Folha de São Paulo
- 36- Elísio Estanque – professor universitário e socialista
- 37 - Elza Pais e Jorge Lacão – deputados PS
- 39- Erika Guevara Rosas – directora de departamento Américas da Amnistia
- 40- Esther Mucnick – associação portuguesa estudos judaicos
- 41- Euclides Coimbra – CEO do Kaizen Institute Portugal
- 42- Eugénio Viassa Monteiro – presidente da AAPI
- 43- Fernando Cardoso Rodrigues – reformado da CGA e associado APRe
- 44- Fernando Ka – dirigente associação guineense de solidariedade social
- 45- Fernando Neves - embaixador reformado
- 46- Fernando Nunes da Silva – vereador da mobilidade da câmara de lisboa 2009/2013
- 47- Fernando Vaz – ministro de estado e da presidência do governo de transição da república da guiné-bissau
- 48- Fernando Tenreiro – economista
- 49- Filinto Lima – professor universitário
- 50- Filipe Carreira da Silva – ICS
- 51- Filipe Oliveira – professor universitário
- 52- Filipe Sampaio Rodrigues – professor universitário
- 53- Filipe Fraústo da Silva – advogado especialista em direito do trabalho
- 54- Francisco Espargueira Mendes – advogado
- 55- Francisco Leite- advogado especialista em direito do trabalho
- 56- Francisco M. Rodrigues – psicólogo
- 57- Francisco Miguel Valada – autor, escritor

- 58- Franciso Jaime Quesado – especialista em estratégia, inovação e competitividade
- 59- Glória Rebelo – professora universitária e investigadora
- 60- Gonçalo Calado – biólogo
- 61- Gonçalo Portocarreno de Almeida – licenciado em direito, doutorado em filosofia
- 62- Gonçalo Velho – professor universitário
- 63- Guilherme d’Oliveira Martins – presidente do Tribunal de Contas
- 64- Guilherme Pereira – sociólogo
- 65- Guilherme Valente – editor da Gradiva
- 66- Guta Moura Guedes – presidente da “experimentadesign”
- 67- Henri Malosse – presidente do CESE (Comité Económico e Social Europeu)
- 68- Irene Flunser Pimentel – historiadora
- 69- Isabel do Carmo – investigadora e professora universitária
- 70- Isabel Moreira – deputada PS
- 71- Ivo Miguel Barroso – jurista
- 72- Jack Soiffer – consultor internacional
- 73- Javier Fuentes Merino – CEO do grupo Venta Proactiva
- 74- Joana Carneiro – advogada
- 75- Joana Matos Frias – escritora
- 76- João Albuquerque e Castro – coordenador nacional de uma campanha de saúde
- 77- João Araújo Correia médico
- 78- João Brandão Ferreira – oficial piloto aviador
- 79- João Caraça – professor universitário e físico
- 80- João Ferreira – eurodeputado PCP
- 81- João Ferreira Cruz – economista
- 82- João Fraga de Oliveira – inspector de trabalho (aposentado)
- 83- João Galamba – economista (PS)
- 84- João Magalhães Pereira – ex-presidente PSD
- 85- João Maria de Freitas Banco – filósofo
- 86- João Munoz – Vice-presidente da Associação de
- 87- João Pedro da Ponte – professor universitário
- 88- João Pereira Reis – advogado
- 89- João Tordo – escritor
- 90- Joaquim chissano – antgo presidente de moçambique e actual co-presidente de uma associação

- 91- John Kerry – secretário de estado dos EUA
- 92- Joãa Caraça – físico
- 93- Jorge Cadete – enfermeiro, presidente do conselho directivo regional do norte da ordem dos enfermeiros
- 94- Jorge Couto- administrador empresa de segurança
- 95- Jorge Miranda – professor catedrático, constitucionalista
- 96- José António Pinto – assistente social
- 97- José Augusto Rocha- advogado, membro da ordem dos advogados
- 98- José Cândido de Oliveira – professor universitário
- 99- José Carlos Seabra Pereira – investigador e professor universitário
- 100- José Fernandes e Fernandes – professor catedrático e director a faculdade de medicina do Porto
- 101- José Fontes – professor universitário e politólogo
- 102- José Jorge Letria – escritor, jornalista e presidente da sociedade portuguesa de autores
- 103- José Manuel Neto Simões – capitão-de-fragata
- 104- José Maria Seabra Duque – jurista
- 105- José Miguel Pinto dos Santos. Professor de Finanças, AESE
- 106- José Mouraz Lopes – presidente da associação sindical dos juizes
- 107- José Pereira da Costa – investigador em relações internacionais
- 108- José Reis – professor universitário
- 109- José Sande Lemos- professor universitário
- 110- Laura Ferreira dos Santos – profesora universitária aposentada
- 111- Lina Lopes – professora universitária e dirigente do PSD
- 112- Luís Aguiar Conraria – professor universitário economia
- 113- Luís Campos Ferreira – secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Cooperação
- 114- Luís de Sousa – presidente de uma Associação Cívica
- 115- Luís Filipe Rocha – cineasta
- 116- Luís Raposo – arqueólogo
- 117- Luís Raposo - Presidente do ICOM Portugal; membro da direcção do ICOM Europa
- 118- Luís Reis Torgal – professor catedrático
- 119- Luís Silva Moreira – professor universitário

- 120- M. Fátima Bonifácio – historiadora
 - 121- M. Gaspar Martins – bancário jubilado
 - 122- Macário Correia – ex-autarca de Faro PSD
 - 123- Mafalda Ferreira – professora e investigadora Marketing
 - 124- Manuel Dias Coelho – jornalista
 - 125- Manuel Pedro Ferreira – Membro da Academia Europeia das
 - 126- Margarida Lima de Faria – presidente de associação AMPLOS
 - 127- Maria de Lurdes Rodrigues – professora universitária e ex ministra da educação
- PS
- 128- Maria do Carmo Vieira – fudação aristides de sousa mendes
 - 129- Maria do Rosário Gama – Presidente da Apre
 - 130- Maria Emília Santos – membro do conselho nacional de educação
 - 131- Maria Glória Leitão – advogada
 - 132- Maria Joãa Avillez – jornalista
 - 133- Marisa Matias – BE
 - 134- Michael Leach – professor universitário (austrália)
 - 135- Miguel Magalhães – gestor cultural
 - 136- Miguel Meira e Cruz – mestre em ciências do sono (especialista)
 - 137- Miguel Mota – investigador coordenador, professor catedrático
 - 138- Miguel Real – autor da dramaturgia de Memorial do Convento de Saramago
 - 139- Moisés de Lemos Martins – Centro de investigação ciencias sociais U Minho
 - 140- Mónica Ferro – deputada do PSD
 - 141- Narciso Machado – juiz desembargador jubilado
 - 142- Nataliya ... – Imigrante ucanaiana
 - 143- Navi Pillay – alta comissária das Nações Unids para os Direitos Humanos
 - 144- Nuno Encarnação – deputado PSD
 - 145- Nuno Fadigas – professor
 - 146- Nuno Guerra Santos – Managing director da Accenture responsável pela área da
Saúde
 - 147- Nuno Oliveira Silva – professor universitário e advogado
 - 148- Olinda Magalhães – advogada
 - 149- Parlamentar do PSD para o Ensino Superior
 - 150- Patricia Mota Paula – investigadora CES Coimbra
 - 151- Paul Schmit – embaixador do Luxemburgo em Portugal

- 152- Paulo Cleto Duarte – presidente da associação nacional de farmácias
- 153- Paulo Côrte-Real – presidente de direcção ILGA Portugal
- 154- Paulo Ferrero – Fundador Fórum Cidade Lx
- 155- Paulo Guinote – professor do ensino básico (doutorado em história da educação)
- 156- Paulo Martins Barata - Sócio fundador do Promontorio
- 157- Paulo Moreira – Director do *International Journal of Healthcare Management*,
- 158- Paulo Neto – professor universitário (departamento de economia)
- 159- Paulo Pisco – deputado PS
- 160- Paulo Teixeira Pinto- jurista
- 161- Pedro Lains – historiador e professor universitário
- 162- Pedro Lomba – Secretário de Estado adjunto do ministro-adjunto e do
Desenvolvimento Regional
- 163- Pedro M. Proença – advogado (menor de Massamá)
- 164- Renato Epifânio – director revista Nova Águia e presidente do movimento
internacional lusófono
- 165- Renato Morgado – professor catedrático (coordenador do comité tecnologia
efacec)
- 166- Rita Lobo Xavier e Walter Osswald – Faculdade de Direito e professor de
medicina aposentado (Porto), respectivamente
- 167- Rosa Maria Martelo – escritora e professora universitária
- 168- Rosalvo Almeida – neurologista, membro da comissão de ética ISPUP
- 169- Rui Graça Feijó – professor centro de estudos sociais (Coimbra)
- 170- Rui J. Baptista – ex professor do ensino secundário e universitário
- 171- Rui Manuel Neto e Matos - Presidente da Associação de Reflexão
- 172- Rui Mendes – actor e encenador
- 173- Rui Miguel Duarte – Doutorado em Literatura, Investigador
- 174- Rui Zink – professor universitário
- 175- Salon Bahri – embaixadora portuguesa na Tunísia
- 176- Samuel Mba Mombe – médico e activista político
- 177- Sara Falcão Casaca – professora universitária e investigadora
- 178- Sevinate Pinto – engenheiro agrónomo
- 179- Stefan de Vylder e Jack Soifer – ex-presidente sueco do desenvolvimento e
consultor internacional, respectivamente
- 180- Teolinda Gersão – escritora

- 181- Teresa Rodrigues Cadete – professora universitária e presidente de associação
 - 182- Thierry Repentin e Michael Roth – Secretários-gerais para a cooperação
 - 183- Vítor Baptista – economista e ex- deputado PS
 - 184- Vítor Serrão- historiador
 - 185- Viviane Reding – vice-presidente e comissária a UE para a justiça
- + 4 = 189

ANEXO XX – Reportagem escrita durante o estágio sobre comentário político na televisão, que não chegou a ser editada e publicada (devido ao incidente com a CCPJ)

A moda do comentário político: “rampa de lançamento para a política”? Ou “cemitério dos políticos mortos”? Directores de informação dizem que não. Especialistas têm uma opinião diferente

Os social-democratas Marcelo Rebelo de Sousa, na TVI e Manuela Ferreira Leite na Tvi24, o socialista Augusto Santos Silva na Tvi 24, os social-democratas Nuno Morais Sarmiento na RTP1, Marques Mendes, na SIC e Bagão Félix, Sic Notícias e o bloquista Francisco Louçã na Sic Notícias têm os principais espaços de comentário na televisão nacional.

O debate sobre comentário político feito por políticos está relançado. No centro da discussão estão políticos – associados a partidos – que têm espaços fixos na televisão, geralmente em horário nobre. As últimas semanas trouxeram a discussão à tona: impulsionado pela entrevista de José Rodrigues dos Santos a José Sócrates, no seu próprio espaço de comentário aos domingos, onde o comentador da RTP foi confrontado com perguntas “combativas”, como o próprio entrevistador reconheceu.

José Sócrates, que se estreou há um ano na estação pública como comentador – algo que suscitou polémica na altura – tem visto o espaço de opinião a mudar de formato. Essa situação relançou para o debate público os tempos de antena atribuídos semanalmente a políticos, sem que estes sejam confrontados, tal como Sócrates o foi.

A aposta no comentário político tem sido, ao longo dos anos, forte e assumida pelas televisões como parte integrante da estratégia para captar audiências. Mas não é só

de audiências que se trata. Nisso estão todos de acordo – directores de informação, politólogos e investigadores. A estratégia passa por ter, em antena, políticos ou ex-políticos que tenham notoriedade pública, facilidade de comunicação. Se tiverem proximidade com o poder político, melhor ainda.

De acordo com o estudo de Felisbela Lopes, *O Real (ainda) mora aqui?* (relativo às emissões informativas dos três canais, generalistas e respectivos informativos, nos últimos três anos), ao reinado dos comentadores estão a chegar outros intervenientes, os jornalistas políticos, que começam a ocupar espaços de opinião. O que significa, segundo Felisbela Lopes, uma mudança de paradigma face ao que acontecia nos anos 90, onde quem dominava o *plateaux* era os políticos. Ainda assim, o debate televisivo na RTP1 e na Sic Notícias continua a ser dominado por políticos. Nos restantes canais, são os jornalistas quem tem maior presença nos espaços de análise, mas logo de seguida surge o grupo dos políticos. Estes “nem sempre são convidados para falar daquilo que fazem (...) espera-se deles um comentário da actualidade do dia”, analisa a investigadora, que concretiza a ideia afirmando que esse tipo de estrutura “contribui para acentuar a imagem despolitizada que a televisão reflecte do campo político”.

Aspectos como a abertura à pluralidade de vozes e a centralidade da política nos dias que correm são algumas razões enunciadas pelos canais para justificar a presença de políticos nos ecrãs de televisão. Mas para os investigadores que analisam a relação entre a política e os *media* existem outras questões a ter em conta.

Considerando que, idealmente, o espaço de comentário político deve pertencer aos jornalistas especializados na área da política, e não aos políticos, Adelino Maltez saúda a conclusão do estudo de Felisbela Lopes, mas sublinha que a mudança ainda não é tanta quanto a necessária, referindo que o principal problema do jornalismo é a falta de financiamento. “Quando os jornalistas políticos são bons, vão para direcções de jornais”, lamenta o politólogo, frisando que a falta de investimento em “bons editorialistas” para ocupar o espaço ocupado por políticos.

Para o director de informação da Sic Notícias, António Teixeira, a política é uma actividade nobre, muito importante em democracia e é, por isso, natural que os políticos tenham uma visibilidade significativa no espaço público. E sublinha a importância da comunicação social para a política. Esta “ganha expressão nos *media* e o debate político interessa tanto aos *media* informativos como aos cidadãos em geral”.

António José Teixeira garante que no canal de cabo de Carnaxide a panóplia de comentadores é variada e representativa: “Temos comentadores oriundos de todas as forças partidárias. Mas não são eles que têm mais espaço na nossa antena. Em qualquer caso, “mesmo que assim fosse, não seria tão estranho, uma vez que numa democracia representativa é natural que os que representam mais cidadãos possam ter mais espaço”, justifica.

Já para Alcides Vieira, director de informação da SIC, a representatividade dos partidos na televisão não é uma preocupação, na medida em que os critérios de escolha dos comentadores não se prendem com “quotas de representatividade partidária”. Na sua estação, garante, “os comentadores não são convidados por representarem o partido A ou o partido B, a classe C ou a classe D”. Estes “representam-se a si próprios, têm opinião própria, dão a cara pelas suas opiniões e convicções pessoais, sejam a favor ou contra o grupo em que política e ideologicamente se possam situar”, esclarece o director de informação da SIC, especificando que “o que é importante é que tenham conhecimento dos assuntos, que acrescentem valor às ideias e tenham capacidade de comunicar bem (...) são pessoas com conhecimentos especializados e que dominam as questões políticas, até porque as conheceram por dentro”.

A pró-reitora da Universidade do Minho, investigadora e especialista em assuntos de *media*, não partilha a mesma visão: “A televisão reproduz o poder dominante através de um grupo muito restrito de indivíduos”, aquilo a que chama “confraria” composta por elites próximas do poder mesmo quando se tratam de jornalistas comentadores. O politólogo André Freire fala da presença hegemónica das mesmas ideias.

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Alcides Vieira, o director de informação da SIC Notícias, declara que o interesse das televisões recai para “pessoas credíveis, com ideias próprias, com capacidade de comunicação e os políticos não estão fora deste âmbito. Seria estranho que estivessem.”

Já o politólogo Adelino Maltez não assina a teoria do desprendimento partidário nas intervenções dos comentadores, sobretudo em períodos de campanha eleitoral. “Há alguns [comentadores] que antes de entrarem no ar recebem ou fazem umas chamadas a ministros”, comenta, fazendo referência a Luís Marques Mendes, que muitas vezes anuncia informação em primeira mão no seu espaço de opinião na SIC.

Felisbela Lopes encara este fenómeno da televisão portuguesa como um “autêntico passaporte para a vida política e vice-versa” – ser político também é uma vantagem para entrar para a caixa mágica. Por seu turno, António J. Teixeira afirma que os políticos “não têm de ser apagados do mapa mediático por serem políticos”. E garante: “Nem todos andam à procura de novos lugares na política”. “Ser político não deve ser visto como defeito (...) Não me reconheço num discurso antipolítico, embora esteja na moda. É um discurso ora ingénuo ora manipulador”, defende António J. Teixeira.

O politólogo Adelino Maltez faz uma abordagem mais crítica. Refere-se a estes espaços como o “cemitério dos políticos que se passeiam na televisão, conforme as conveniências das direcções”. Na óptica deste politólogo, as três estações optaram, a certa altura e precisamente ao mesmo tempo, pela via mais barata, convidando políticos que já não estão no activo. “Cartel” é a palavra que utiliza para descrever o fenómeno.

No entanto, deste leque alargado de comentadores, Adelino liberta Marcelo Rebelo de Sousa, distinguindo o professor da outra maré, por considerar que este actua no terreno do jornalismo político, reconhecendo-lhe legitimidade, competência, trabalho e rigor, apesar de também ele ser um político nato. Neste sentido, defende que o problema não reside propriamente no facto de serem políticos a fazer comentário político. A questão é que a maioria “actua por impulso, sem preparação, repetindo as mesmas ideias até à exaustão”.

O director de informação da Sic Notícias aborda o assunto de outra perspectiva: “A crise dos partidos é intrínseca à sua própria organização, à sua dificuldade de representação social, a um certo fechamento das suas estruturas, à crescente demagogia dos seus discursos, ao cinismo cada vez mais acentuado”. E concretiza: “É natural que se note nos *media*”.

Os directores dos três canais são unânimes na importância da política para o debate, sobretudo num momento tão decisivo para o país: “A política é uma dimensão das nossas vidas, mesmo quando acreditamos no contrário”, diz António Teixeira. Alcides Vieira sublinha que há a “obrigação” e o “dever de informar e de ser informado” também nos assuntos políticos, até porque a política “está hoje no centro do debate”.

José Alberto Carvalho reconheceu, numa entrevista dada ao PÚBLICO, que a política é cada vez mais para os espectadores do cabo. Alcides Vieira afirma que “as audiências e

a fidelização dos públicos aos espaços de comentário revelam que, apesar do distanciamento que os portugueses possam ter dos partidos, não se verifica uma rejeição declarada e reiterada ao comentário de temas políticos”.

“A agora dos tempos modernos”

O director de informação da SIC Notícias relembra que o importante é que os *media* sejam espaços abertos, plurais e que dêem espaço a muitas vozes. A política precisa do espaço público. É aí que se dá a conhecer e se valida. É um máximo denominador comum. É pressuposto interessar a todos. Os *media* são a *ágora* dos tempos modernos”. A expressão vulgarizou-se e tornou-se o lema dos órgãos de comunicação social no século XXI. Mas será que nesta praça de discussão, minada de políticos, existe uma discussão que contribua para melhorar a qualidade do debate entre os cidadãos?

António J. Teixeira tem dúvidas de que tal aconteça. O problema são as “disfunções” da democracia que se notam nos espaços de análise: “Há uma erosão, um descrédito e uma degradação, que são preocupantes. O problema essencial não será o espaço e tempo conferidos ao debate político. Há disfunções no funcionamento da democracia que passam por crescentes desigualdades, rompimento reiterado de contratos com o eleitorado, mau funcionamento da justiça”.

Para Adelino Maltez, o comentário político tal como se apresenta hoje em dia só “serve os interesses das direcções”. “É uma ilusão” pensar-se que contribui para o debate entre os cidadãos, até porque as pessoas “perdem o interesse naquilo que já sabem que vai ser dito”. “Costumo desligar o som da televisão, precisamente por isso”, revela.

Alcides Vieira faz uma análise diferente. Segundo este director, nunca como agora se debateu tanto “dentro e fora das televisões”, isto “graças aos canais de cabo e à internet”. No seu entendimento, o espaço de debate plural não se resume ao comentário. O director de informação da SIC prefere realçar os avanços nas coberturas em directo de debates parlamentares e de os frente a frente, mudança que trouxe para o debate público “temas fundamentais que antes estavam escondidos”.

Felisbela admite: Sim, os *media* dizem no que pensar e até como pensar e, por isso, contribuem para algum debate. “É melhor haver este debate do que não haver nenhum”, afirma, no entanto, a professora da Universidade do Minho lamenta que o debate não seja mais diversificado e especializado.

Quanto à escolha dos políticos comentadores, as televisões garantem que têm total autonomia no processo, sendo esta uma decisão exclusivamente da responsabilidade das direcções.

“Não negociamos comentadores com partidos. Todos os comentadores, partidários ou não partidários, são escolha da SIC Notícias”, diz o director de informação que, ao mesmo tempo, reconhece que “os partidos gostariam que assim não fosse”. Mas não seriam apenas os partidos, seriam “todos os interesses que povoam a sociedade. Hoje, corporações, *lobbies* mais ou menos assumidos, todos lutam por visibilidade”.

Para Maltez a autonomia na selecção dos comentadores é natural, mas lamenta que os pressupostos dessas escolhas não sejam claros e conhecidos. Contrária à visão dos directores, Felisbela Lopes constata que os processos de selecção [de comentadores] adoptados pelos coordenadores dos programas tendem sempre a escolher comentadores próximos do chamado arco da governação”.